



Trabalho Final de Mestrado em Engenharia Ambiental
Modalidade: Dissertação

**PROTEÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DE ÁREAS TURÍSTICAS
EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: O CASO DA REGIÃO
DE VISCONDE DE MAUÁ (RJ, MG)**

Autor: *Juliana Martins da Costa Quinteiro*
Orientadora: *Carla Maria Medeiros Pirá*

Centro de Tecnologia e Ciências
Faculdade de Engenharia
Departamento de Engenharia Sanitária e do Meio Ambiente

Março de 2008

Juliana Martins da Costa Quinteiro

**Proteção Ambiental na Gestão de Áreas Turísticas em Unidades de
Conservação: o caso da Região de Visconde de Mauá (RJ, MG)**

Trabalho Final submetido ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Engenharia Ambiental.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Carla Maria de Medeiros Pirá

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Março de 2008

QUINTEIRO, JULIANA MARTINS DA COSTA

Proteção Ambiental na Gestão de Áreas Turísticas em Unidades de Conservação: o caso da Região de Visconde de Mauá (RJ, MG)
[Rio de Janeiro] 2008.

xxiii, 132 p. 29,7 cm (FEN/UERJ, Mestrado, Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental - Área de Concentração: Saúde do Meio Ambiente, 2008.)

Dissertação – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

1. Turismo
2. Ambientalismo
3. Participação Social
4. Legislação Ambiental
5. Percepção Ambiental

I. FEN/UERJ II. Título (série)

À família e aos amigos e moradores de Visconde de Mauá

AGRADECIMENTOS

À Prof^a. e orientadora Carla Pirá, pelo reforço na organização do trabalho.

À Prof^a. Rosane Prado, pelas relevantes contribuições na montagem do questionário e na organização dos depoimentos.

Ao Prof. Elmo Rodrigues, pelas sugestões e ajuda no norteamento do trabalho.

À Prof^a. Rosa Formiga, pela inspiração na abordagem da participação.

Aos moradores da Região de Visconde de Mauá, por se mostrarem abertos e solícitos nas entrevistas.

Ao Cléo, do Museu Büller, pela disponibilização de valioso material sobre a região.

A Agmar e Clerismar, irmãs e artesãs de Visconde de Mauá, que muito foram responsáveis pela motivação do trabalho.

À Martinha, pela amizade e força.

Ao grande companheiro Robson, pela compreensão, carinho e ajuda.

Às queridíssimas avós Lêda e Marinete, pelo grande apoio e incentivo.

À Tia Márcia, pela confiança que me transmite.

Aos meus pais, Leila e Agmar, pela certeza de poder contar com a sua presença.

A irmã Mariana, pelo carinho em uma fase tão importante.

Aos amigos, que sempre me trazem muita alegria.

Ao apoio de Rosa e Nazaré, que me ajudaram a manter a tranquilidade e a harmonia, em todos os momentos.

A Deus.

**Depois de escrever, leio...
Por que escrevi isto?
Onde fui buscar isto?
De onde me veio isto? Isto é melhor do que eu...
Seremos nós neste mundo apenas canetas com tinta
Com que alguém escreve a valer o que nós aqui traçamos?...**

Fernando Pessoa

RESUMO

QUINTEIRO, Juliana Martins da Costa. **Proteção Ambiental na Gestão de Áreas Turísticas em Unidades de Conservação: o caso da Região de Visconde de Mauá (RJ, MG)**. 2008. 132 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Este estudo observa em que medida os instrumentos legais de proteção ambiental são eficientes na gestão do desenvolvimento sustentável de locais especialmente voltados para o turismo, dando uma ênfase à questão da participação, recentemente incorporada à legislação ambiental para a proteção de Unidades de Conservação. Foi baseado em pesquisa de campo, realizada entre setembro de 2006 e novembro de 2007, optando-se por uma abordagem qualitativa. A Região de Visconde de Mauá apresenta importantes elementos deste debate, pois se encontra na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira, no entorno do Parque Nacional de Itatiaia e, ao mesmo tempo, é um antigo pólo turístico. A comunidade presente no local é bastante heterogênea, formada por descendentes de diversos povoados e migrantes vindos de cidades, e o ambiente em que vivem é considerado um dos mais ricos em biodiversidade, pela grande variedade de espécies raras e endêmicas, além de apresentar muitas fontes de recursos hídricos. Apesar disto, a localidade tem recebido um grande contingente de turistas, que representa, hoje, sua principal fonte de sustento. Desta forma, criam-se ali conflitos, contradições e transformações particularmente ricos para a discussão das questões propostas. Este trabalho observa em que medida os instrumentos legais de proteção ambiental são eficientes na gestão do desenvolvimento sustentável de locais especialmente voltados para o turismo. Pretende-se, através do estudo de caso, confrontar as conseqüências da proteção ambiental legal com as ações de gestão pública, e com o desenvolvimento econômico da região, através do levantamento e da análise de alguns riscos e potencialidades da Região de Visconde de Mauá, para a gestão do meio ambiente e do turismo. Busca-se mostrar as implicações da implantação de unidades de conservação da natureza na vida das populações que habitam essas áreas, transmitindo conceitos importantes para a compreensão do engajamento da Região de Visconde de Mauá no processo turístico, com a conscientização sobre o seu desenvolvimento e a participação dos diversos segmentos sociais no planejamento de políticas sócio-ambientais. Apesar de uma boa consciência ambiental, a participação e o conhecimento sobre a legislação ambiental ainda são fracos. Faltam, ainda, medidas práticas que facilitem a difusão da legislação ambiental e o estímulo à participação no conselho gestor. Faz-se necessária a educação para a participação, visando a autonomia dos participantes. Se bem conduzido, o turismo pode se tornar compatível e mesmo contribuir com a proteção ambiental, observando-se as particularidades de cada lugar.

Palavras-Chave: Turismo, Ambientalismo, Participação Social, Legislação Ambiental, Percepção Ambiental

ABSTRACT

QUINTEIRO, Juliana Martins da Costa. **Ambient Protection in Tourist Areas Management in Conservation Unities: a study in Visconde de Mauá Region (RJ, MG).** 2008. 132 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Faculdade de Engenharia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

This study observes how legal instruments of ambient protection are efficient in sustainable development management of places especially directed toward the tourism, showing an emphasis to the question of participation recently incorporated to ambient legislation for Conservation Units protection. It has been based on field research carried through between September 2006 and November 2007, opting to a qualitative boarding. The Visconde de Mauá Region presents important elements of this debate, therefore it finds in Serra da Mantiqueira Ambient Protection Area around Itatiaia National and is an old tourist polar region. The present community in the place is heterogeneous formed by descendants of diverse towns and come migrants of cities and the environment where they live is considered one of the richest in biodiversity for the great variety of rare and endemic species, besides presenting many sources of water resources. Despite, the locality has received a great contingent from tourist who represents today its main sustenance source. Of this form particularly rich conflicts contradictions and transformations for the quarrel of the questions are created there proposals. This work observes where measured the legal instruments of ambient protection are efficient in sustainable development management of places especially directed toward the tourism. It is intended through the case study to collate the consequences of the legal ambient protection with the actions of public administration and with the economic development of the region through the survey and of the analysis of some risks and potentiality of Visconde de Mauá Region for the management of the environment and the tourism. It is tried to show the implications of the implantation of units of conservation of the nature in inhabited populations life transmitting important concepts for the understanding of the enrollment of Visconde de Mauá Region in tourist process, with the awareness on its development and diverse social segments participation in partner-ambient politics planning. Although a good ambient conscience, participation and knowledge on ambient legislation are still weak. It is still lacked practical measures that facilitate diffusion of ambient legislation and stimulatón to participation in the managing advice. Education for the participation becomes necessary, aiming at the autonomy of the participants. If lead well, tourism can become compatible and even able to contribute with ambient protection, observing the particularities of each place.

Keywords: Tourism, Ambientalism, Social Participation, Ambient Legislation, Ambient Perception.

LISTA DE TABELAS E ILUSTRAÇÕES

Tabela 1: Contagem populacional dos Vilarejos de Visconde de Mauá	19
Tabela 2: Detalhamento das UCs que formam o Mosaico Mantiqueira	31
Tabela 3: Produção de lixo nas diversas localidades de Visconde de Mauá	64
Quadro 1: Mudanças de paradigmas previstas com o planejamento participativo	77
Figura 1: Níveis de participação dos membros de um grupo	80

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAR	Agência de Meio Ambiente da Prefeitura de Resende – RJ
ANA	Agência Nacional de Águas
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Proteção Permanente
CEIVAP	Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul
CEPF	Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos
CONAPAM	Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira
E.A.	Educação Ambiental
ECO-92	Conferência do Rio de Janeiro 92
FBDS	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
FECAM	Fundo Estadual de Conservação Ambiental (RJ)
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (RJ)
HA	Hectares
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IEF	Instituto Estadual de Florestas (RJ)
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não-Governamental
PESP	Parque Estadual do Pico do Papagaio
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PNI	Parque Nacional do Itatiaia
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
SERLA	Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (RJ)
SMA	Secretaria de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TON.	Toneladas
UC	Unidade de Conservação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1. Metodologia	6
2. CAPÍTULO I – FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA SERRA DA MANTIQUEIRA.....	9
2.1. A Serra da Mantiqueira: fragmentos de uma história	9
2.2.1. <u>O extermínio dos povos indígenas</u>	9
2.2.2. <u>A Época do Ouro</u>	9
2.2.3. <u>O Ciclo do Café</u>	10
2.2.4. <u>A pecuária extensiva, a indústria e o turismo</u>	11
2.2.5. <u>A migração urbana e o povoado da Serra</u>	11
2.2. A chegada do ambientalismo na Serra.....	12
2.3. A Mantiqueira hoje	13
2.4. A Região de Visconde de Mauá: fragmentos de uma história.....	15
2.5. A dinâmica da população de Visconde de Mauá	18
2.6. Algumas tradições mantidas em Visconde de Mauá	20
3. CAPÍTULO II – AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA	23
3.1. A criação e a regulamentação das unidades de conservação no Brasil	23
3.2. A Serra da Mantiqueira e suas unidades de conservação	27
3.2.1. <u>O Parque Nacional de Itatiaia: a mais antiga UC do Brasil</u>	33
3.2.2. <u>A APA da Serra da Mantiqueira: a UC mais extensa da Mantiqueira</u>	35
3.3. A gestão sócio-ambiental nas UCs da Serra da Mantiqueira	37
3.4. A estratégia para a proteção das montanhas da Serra da Mantiqueira	41
3.5. Os conflitos sócio-ambientais na Serra da Mantiqueira	43
3.6. Os conflitos da legislação ambiental em Visconde de Mauá – alguns depoimentos	45
3.6.1. <u>D. Rosa, e as obras escondidas</u>	45
3.6.2. <u>Saulo, e o personalismo das relações públicas</u>	46
3.6.3. <u>Natália, e a questão dos conflitos pessoais</u>	47
4. CAPÍTULO III – O TURISMO NA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ	49
4.1. A evolução do turismo em UCs no Brasil	49
4.2. O conflito entre proteção ambiental e turismo na Região de Visconde de Mauá	52
4.3. A Região de Visconde de Mauá: apresentação da área de estudo	53
4.4. Aspectos do Turismo na Região de Visconde de Mauá	54

4.5. As Mudanças Sociais	60
4.6. As Mudanças Ambientais	62
4.6.1. <u>Mudanças na cobertura vegetal</u>	62
4.6.2. <u>Criação de Animais</u>	62
4.6.3. <u>Aumento da poluição dos rios</u>	63
4.6.4. <u>Aumento da produção de resíduos sólidos (lixo)</u>	64
4.6.5. <u>Aumento do fluxo de carros</u>	65
4.6.6. <u>Cobrança de entrada nas cachoeiras</u>	65
4.6.7. <u>Obras irregulares</u>	66
4.7. A percepção de ambiente na região – alguns depoimentos	68
4.7.1. <u>Hélio e o “turismo de beleza”</u>	68
4.7.2. <u>Leônidas e o “turismo de alto padrão”</u>	68
4.7.3. <u>Rômulo, e a Maromba que “morreu”</u>	70
4.7.4. <u>Túlio e a capitalização da região</u>	71
4.7.5. <u>Daniel, e a conservação congelada</u>	72
4.7.6. <u>Sandro, e a mensagem para os turistas</u>	73
5. CAPÍTULO IV –A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO SÓCIO	
AMBIENTAL DA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ	75
5.1. Os principais entraves para a gestão de UCs	75
5.2. A questão da participação no contexto ambiental	79
5.3. A gestão sócio-ambiental na Região de Visconde de Mauá	81
5.4. A Região de Visconde de Mauá no contexto da Política de Recursos Hídricos	84
5.5. A participação na Região de Visconde de Mauá	87
5.6. O Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto	89
5.6.1. <u>A Associação de Artesãos e Pequenos Produtores da Região de Visconde de Mauá</u>	
(AAPPRVMauá).....	90
5.6.2. <u>A Associação de hoteleiros e comerciantes de Visconde de Mauá (MAUATUR)</u>	91
5.6.3. <u>As organizações civis ambientalistas atuantes em Visconde de Mauá</u>	92
5.7. Os diferentes aspectos da participação local – alguns depoimentos	94
5.7.1. <u>Sílvia, e a inspiração das escolas</u>	94
5.7.2. <u>Alexandre, e o “seu jeito”</u>	95
5.7.3. <u>Celeste, e o “passo pequeno”</u>	96
5.7.4. <u>Lídio, e a “prefeitura distante”</u>	96
5.7.5. <u>Benedito, e a “luta individual”</u>	97
5.7.6. <u>Otávio, e o “lugar de família”</u>	97

5.7.7. <u>Beatriz, e a “panelinha”</u>	99
5.7.8. <u>Renato, e o hippie como “patrimônio cultural de Mauá”</u>	100
5.7.9. <u>Neli, e a “fuga das leis”</u>	101
5.7.10. <u>Amanda, e o “castelo prestes a cair”</u>	102
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
8. APÊNDICES	112
APÊNDICE A – Fotos da Região de Visconde de Mauá	112
APÊNDICE B – Roteiros de entrevista utilizados na pesquisa	121
Roteiro 1 – Entrevista aos moradores da Região de Visconde de Mauá	121
Roteiro 2 – Entrevista aos representantes do poder público/organizações civis atuantes na Região de Visconde de Mauá	122
9. ANEXOS	
ANEXO A – Mapas	123
Mapa 1 – “Mosaico Mantiqueira”	123
Mapa 2 – Localização da Área de Estudo: a Região de Visconde de Mauá e a APA da Mantiqueira	124
Mapa 3 - Hidrografia e Vilarejos da Região de Visconde de Mauá	125
Mapa 4 – Uso do Solo da Região de Visconde de Mauá	126
Mapa 5 – Principais Vias de Acesso à Região de Visconde de Mauá	127
ANEXO B – Agenda 21, Capítulo XVII: Gerenciamento de Ecossistemas Frágeis: Desenvolvimento Sustentável das Montanhas	128

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho observa em que medida os instrumentos legais de proteção ambiental são eficientes na gestão do desenvolvimento sustentável de locais especialmente voltados para o turismo. A legislação ambiental para a proteção de Unidades de Conservação (UCs) apresenta longa data, mas a ênfase desse trabalho será dada aos novos modos de gestão participativa, e de que forma estes se inserem nas regulamentações mais recentes. A participação é um elemento importante no estudo de caso e suas bases legais foram reconhecidas através do documento “Diretrizes Políticas para Unidades de Conservação”, elaborado no ano de 1994, que busca valorizar o olhar da comunidade inserida nas UCs.

A pesquisa, iniciada em setembro de 2006, realizou-se na Região de Visconde de Mauá, situada em parte dos territórios dos municípios de Itatiaia (RJ), Resende (RJ) e Bocaina de Minas (MG). Objetivou-se, especificamente, levantar os riscos e as potencialidades da Região de Visconde de Mauá para a gestão do meio ambiente e do turismo, mostrar as implicações da implantação de unidades de conservação da natureza na vida das populações que habitam essas áreas e levantar um conjunto de opiniões/visões sobre questões sócio-ambientais que possa subsidiar uma estratégia de gestão participativa.

Outros estudos foram, anteriormente, realizados na Região de Visconde de Mauá, tratando principalmente sobre a sua história, a sua biodiversidade e os impactos do turismo sobre o meio ambiente do lugar. A questão da participação, no entanto, ainda não havia sido abordada em um estudo mais abrangente, envolvendo os diversos aspectos da região – limitando-se, de forma quantitativa, ao levantamento de perfis e de pesquisa de opinião, realizados por algumas prefeituras e ONGs atuantes do local. Esse estudo, entretanto, buscou melhor relacionar esse material ao contexto de inserção em uma unidade de conservação e em uma área de turismo e, ainda, incrementá-lo e torná-lo mais complexo, através da inclusão de alguns depoimentos, uma abordagem qualitativa que buscou valorizar os diferentes olhares da região.

Devido à sua trajetória, a Região de Visconde de Mauá pode ser considerada um dos primeiros lugares da Serra da Mantiqueira a ser freqüentado por turistas – o que data da época da imigração. Ao mesmo tempo, localiza-se em uma Área de Proteção Ambiental, a APA da Mantiqueira, e no entorno do Parque Nacional de Itatiaia (PNI), a mais antiga unidade de conservação do Brasil, que fez 70 anos de criação em 2007.

Mesmo contando com esse histórico, constatam-se falhas na gestão sócio-ambiental da Região, tanto no seu aspecto físico-biológico, como no turístico. Parece haver um esquecimento do local, por parte do poder público, que se mostra pouco presente, e mesmo da população, que não participa dos processos decisórios de gestão do ambiente – o que provavelmente é agravado por consequência do isolamento determinado por áreas de montanha. Como diz a população habitante, “é terra de ninguém”.

A atuação dos órgãos públicos é deficiente, havendo carência de infra-estrutura para os moradores e para o turismo, incluindo problemas com água, lixo, esgoto, especulação imobiliária, bem como postos de saúde, farmácias, bancos, telefones públicos e transporte de qualidade. Apesar disso, o turismo se encontra em um estágio avançado e provavelmente irreversível, visto que a maioria dos moradores depende de alguma forma dessa atividade.

Realizou-se, nesse contexto, o levantamento e a análise de alguns aspectos adversos /riscos da Região de Visconde de Mauá para a gestão do meio ambiente e do turismo, conforme segue:

- A Região abrange dois municípios do estado do Rio de Janeiro: Resende e Itatiaia (separados pelo Rio Marimbondo), e ainda Bocaina de Minas, no estado de Minas Gerais (sendo os dois estados separados pelo Rio Preto). Essa divisão político-administrativa dificulta a gestão e o aporte de verbas públicas para a infra-estrutura, como o saneamento, e ainda indefinições quanto às prioridades de atuação dos diversos governos locais.
- O relevo de montanhas gera certo isolamento do povoado e do meio ambiente, dificultando a presença do poder público no local.
- A heterogeneidade das origens do povoado influencia na abrangência insuficiente da participação da comunidade local nos processos de planejamento ambiental.
- A região está localizada na Serra da Mantiqueira, que integra o Mosaico Mantiqueira, composto por Unidades de Conservação de Uso Integral e de Uso Sustentável, havendo a concomitância de proteção legal federal, estadual, municipal e particular.
- O processo de desenvolvimento turístico, iniciado principalmente a partir da década de 70, que modificou a estrutura econômica e cultural do lugar, parece não contar com nenhum planejamento coletivo, tendo se desenvolvido de acordo com as oportunidades e necessidades particulares dos habitantes e dos que ali se instalaram.

- O zoneamento da APA ainda não foi implantado devidamente.
- A gestão ambiental da região é efetivada de forma deficiente, sem atender adequadamente às demandas por fiscalização, licenciamento e educação ambiental.

Paralelamente à observação dos aspectos negativos da região, esta pesquisa também foi enfocada na observação de fatores positivos/potenciais, do ambiente, da sociedade local e dos poderes públicos envolvidos, com vistas ao desenvolvimento econômico concomitante à conservação do ambiente, como abaixo elencados:

- A chegada de ideais de ambientalismo trazidos pelos “neo-rurais” – população advinda de outros locais atraída pelos encantos da região, ali se fixou – que de alguma forma influenciam os demais moradores.
- A existência de algumas organizações da sociedade civil local, voltadas para melhorias ambientais e sociais, que mobilizam grupos de pessoas.
- A consciência da presença dos problemas ambientais e sociais por parte da comunidade, mesmo que esta ainda acredite que principal responsável pelas mudanças seja o poder público, transferindo a ele toda a responsabilidade.
- A presença, em quase toda a APA da Mantiqueira, de espaços abertos à comunidade, para a discussão dos problemas ambientais e a consulta sobre o planejamento, os conselhos gestores de planejamento sócio-ambiental.
- A criação de novos projetos ambientais para mobilizar recursos para a região, com verbas também estaduais e federais, como o Projeto Corredores Ecológicos.
- O reconhecimento do grande potencial da região para o ecoturismo, que pode trazer divisas para a conservação de seus recursos e para a população residente.
- A existência de uma grande biodiversidade e beleza cênica, apesar de a região sofrer alguns impactos negativos gerados pelo desordenamento urbano.

Busca-se mostrar as implicações da implantação de unidades de conservação da natureza na vida das populações que habitam essas áreas: a ineficiência de muitos instrumentos de gestão, que não saem do papel porque não há participação. Percebe-se que os mesmos instrumentos legais são usados nos conflitos sociais locais, como pretexto para essas disputas de interesses – todas essas situações agravadas pelo “turismo de beleza”, que tem como atrativo principal a beleza do local, e menos a infra-estrutura e os atrativos culturais.

Há, ainda, outros aspectos peculiares da Região de Visconde de Mauá que a torna um rico ambiente para o desenvolvimento da presente pesquisa, dentre os quais podem ser citados:

- a) o posicionamento do povoado faz com que alguns dos seus problemas sejam típicos de comunidades concentradas em regiões de montanha, diferindo-as de outras comunidades;
- b) a história do povoamento da região apresenta fatos que marcaram a história do Estado do Rio de Janeiro, do Brasil e de outros países;
- c) a presença de espécies raras e endêmicas, que reforça a necessidade do cuidado com a biodiversidade local;
- d) a inserção da área de estudo no Vale do Rio Preto, integrante da Bacia do Paraíba do Sul, mostra a necessidade da manutenção da qualidade de seus recursos hídricos, presentes nos rios, córregos, riachos, cascatas e cachoeiras que ocorrem por toda a sua extensão;
- e) a existência de uma extensa área de Mata Atlântica faz da Região de Visconde de Mauá, e da Serra da Mantiqueira como um todo, um espaço importante para a conservação ambiental. A Mata Atlântica é um bioma reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, e que teve seus remanescentes homologados como Reserva da Biosfera em 1991, pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO).

Todas essas características tornam particular a Região de Visconde de Mauá, apesar de a região conviver com problemas muito semelhantes aos de outras regiões montanhosas do Rio de Janeiro e do Brasil. Esta aparente contradição faz deste povoado um foco especial e justifica a sua escolha, pretendendo torná-lo uma contribuição para a gestão sócio-ambiental, onde é preciso estudar a particularidade de cada região, para que se obtenham diferentes respostas aplicáveis à diversidade dos problemas ambientais. Busca-se abrir uma reflexão para todo esse contexto, pois as complicações com a implementação das normas de gestão de UCs se repetem em todo o país.

Pretende-se, também, transmitir conceitos que sejam igualmente importantes para a compreensão do engajamento da Região de Visconde de Mauá no processo turístico, com a conscientização sobre o seu desenvolvimento. Sobretudo, busca-se compreender mais sobre o alvo desse trabalho, a participação dos diversos segmentos sociais no planejamento de políticas ambientais, principalmente relacionadas à atividade turística.

A fundamentação teórica desse trabalho encontra-se distribuída pela dissertação, ao longo dos capítulos, tendo sido dividida de acordo com os assuntos abordados pelos mesmos, dando maior base para a sua discussão. A organização dos capítulos é mostrada a seguir.

No Capítulo I, procura-se resumir o histórico dos povoados e ciclos econômicos da Serra da Mantiqueira e, particularmente, de Visconde de Mauá, desde a época dos nativos indígenas até os dias de hoje. Em sua elaboração, teve-se como foco principal dar base para o entendimento da formação e da dinâmica do povoado atual, mostrando também a trajetória de conservação/devastação pela qual passou a área de estudo – da qual a formação e o funcionamento de unidades de conservação são mostrados no Capítulo II.

Este, por sua vez, objetiva, ainda, apontar as organizações civis atuantes, a influência do poder público, os programas/projetos ambientais instalados e alguns órgãos financiadores desses trabalhos – que, apesar de bem intencionados, nem sempre conseguem cobrir a demanda de conflitos gerados pela legislação ambiental, mostrados em alguns depoimentos, que abrem espaço para a reflexão sobre algumas implicações da fundação de UCs na vida dos habitantes. No capítulo seguinte, são apresentados alguns aspectos do turismo na Região de Visconde de Mauá e as mudanças agravadas pela expansão dessa atividade, buscando-se indicar a atuação governamental e a percepção dos atuais moradores sobre a atividade turística.

A reação do poder público e da comunidade, em termos de participação na tomada de decisões e no planejamento da gestão sócio-ambiental, considerando também a questão do turismo, é explicitada no Capítulo IV. Este apresenta algumas características do cenário de participação da Região de Visconde de Mauá, tratando-se sobre o conselho gestor local e alguns grupos da sociedade civil organizada atuante na questão ambiental, além de alguns pontos de vista de diferentes moradores sobre a participação na região – uma questão delicada e difícil de ser posta em prática, mas que pode auxiliar na promoção do ecodesenvolvimento. Finalmente, nas considerações finais são discutidas algumas sugestões para minimizar ou solucionar os dilemas de desenvolvimento, sustento e meio ambiente.

Espera-se traçar um diagnóstico que poderá ser útil no planejamento da gestão e da administração do turismo da APA e na integração econômica e social das comunidades nela inseridas. É preciso redimensionar a discussão ecológica, não mais se tratando de uma luta meramente preservacionista, mas sim de uma luta que também inclua as esferas política, econômica, social e ideológica, conforme fala Gonçalves no fragmento seguinte:

É preciso ir além daquela formulação tão em voga nos movimentos ecológicos de que os homens estão destruindo a natureza (...), se um trabalhador opera uma serra elétrica que derruba milhares de árvores em algumas horas, não se pode responsabilizá-lo por esse ato sem que enfoquemos as relações sociais sobre a qual vive.

(Gonçalves, 1982: 221-230 *apud* Waldman, 1992:12)

Discute-se, atualmente que a prioridade reside em criar planos viáveis para que as unidades de conservação já existentes funcionem, antes de se estabelecerem novas, visto que o sistema público vem encontrando dificuldades para manejar e gerir essas áreas (Dias, 2001). O atual quadro de ineficiência na implementação da legislação ambiental e dos planos de manejo e a existência freqüente de conflitos de interesses, juntamente com o aumento dos debates relacionando cidadania e meio ambiente, incluíram o discurso sobre a participação no âmbito das áreas protegidas.

Muito embora o discurso ambientalista, e mesmo a legislação brasileira mais recente, comentem sobre a participação dos diferentes atores sociais na criação, implementação e gestão de unidades de conservação, esta prática ainda é inoperante na Região de Visconde de Mauá, onde a comunidade se sente em conflito com as estratégias de conservação ambiental. De acordo com Sachs (2000:67), tentativas de empreender a conservação ambiental, sem a efetiva participação da sociedade civil e das populações locais, vêm se mostrando frustradas em boa parte dos países do Hemisfério Sul, não sendo apenas uma realidade no Brasil. A pouca abrangência dos conselhos gestores na esfera sócio-ambiental, apesar da consciência dos problemas por parte dos moradores e de seu potencial crítico e questionador, é uma questão a ser analisada na pesquisa.

1.1. METODOLOGIA

Foram empregados os princípios da pesquisa qualitativa. Esse método procura descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos. De acordo com Cunha (1995):

A metodologia da pesquisa qualitativa propõe aprofundar a complexidade dos fatos sociais nas suas relações e interdependências. Não se preocupa apenas com os dados evidentes, mas sim com as representações dos 'sujeitos' cotidianos.

Quanto aos procedimentos técnicos (Gil, 2002), a pesquisa se deu considerando as diversas etapas:

- Etapa de estudo de material bibliográfico relacionado à região estudada, realizada a partir de materiais já publicados, principalmente livros, teses e dissertações, artigos, periódicos, legislações ambientais e materiais disponibilizados na *internet*.
- Etapa de coleta de dados e de documentos, na associação de artesãos, no conselho gestor, em instituições ambientais locais, em prefeituras municipais e em jornais locais (“Folha da Serra”, “Informativo do Conselho Gestor do Alto Rio Preto”, “Agora!”, “Entre no Clima”). Nessa etapa, utilizaram-se materiais sem um tratamento analítico, tendo sido levantados também os instrumentos de proteção ambiental (leis, decretos, programas e órgãos públicos atuantes, participação e organização da sociedade civil).
- Etapa de pesquisa de campo, entre os meses de setembro de 2006 e novembro de 2007, durante cerca de 5 dias em cada mês. Durante essa etapa, foram realizados os seguintes procedimentos: conversas informais e entrevistas com moradores, representantes de órgãos públicos e de organizações civis atuantes na região (os roteiros de entrevistas encontram-se no Apêndice B); observação das reuniões com o conselho gestor; conversas informais com os turistas; e observação das condições do meio ambiente físico da região, com a realização de fotografias (Apêndice A).

A ocorrência de uma repetição rotineira de comentários e reclamações sobre as condições de infra-estrutura e ambiente do lugar constituiu-se na principal motivação para a realização desse trabalho. As conversas informais e entrevistas, dessa forma, ofereceram referenciais para a pesquisa, mostrando os principais entraves para a gestão sócio-ambiental local, em questão de comunicação e organização, e permitindo reconhecer as temáticas debatidas pelos moradores e diversos protagonistas sociais da região. As observações do conselho gestor ofereceram referenciais importantes sobre as características sócio-políticas da região, bem como a identificação dos órgãos públicos e privados e dos membros comunitários atuantes no movimento ambiental da região.

A identidade dos entrevistados foi preservada, através da mudança do nome original ou da abreviação deste. Ao todo, foram realizadas 23 entrevistas, das quais as que apresentavam informações mais relevantes foram destacadas como depoimentos, ao final de alguns capítulos, onde são mostradas algumas falas.

As entrevistas foram caracterizadas como semi-estruturadas, não apresentando rigidez em seu andamento. Para tanto, foi utilizada a definição de entrevista semi-estruturada de Queiroz (1988), que a cita como “uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre o informante e o pesquisador, e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos”. O roteiro de entrevistas utilizado foi considerado um instrumento flexível, que orientou e conduziu as entrevistas, sendo constantemente revisto para atender mais pontualmente aos objetivos da investigação.

Sobre o número de entrevistados, o procedimento que se mostrou mais adequado foi o de realizar as entrevistas até que o material obtido permitisse uma análise das relações estabelecidas naquele meio e a compreensão de “significados, sistemas simbólicos e de classificação, códigos, práticas, valores, atitudes, idéias e sentimentos” (Dauster, 2002: 2). No decorrer da pesquisa, foram consideradas pessoas-chave: moradores antigos, membros ativos e participantes de entidades sociopolíticas da região, empresários e turistas.

Eventualmente, foi necessário o retorno ao campo para esclarecer dúvidas, recolher documentos ou coletar novas informações sobre as circunstâncias relevantes que foram pouco exploradas nas entrevistas. A etapa de cruzamento de dados, análises e interpretações estabeleceu-se depois da organização/classificação do material coletado. A análise dos dados propiciou a produção de interpretações e explicações que discutem as dimensões do problema e das demandas que motivaram a investigação.

2. CAPÍTULO I – FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA SERRA DA MANTIQUEIRA

2.1. A SERRA DA MANTIQUEIRA: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA

2.1.1. O extermínio dos povos indígenas

A história de ocupação da Serra da Mantiqueira remonta ao período inicial da colonização do Brasil. A região era habitada primeiramente pelos indígenas, que na região iam pescar, caçar, plantar ou, simplesmente descansar antes de começar uma viagem. Falavam línguas da família tupi-guarani, como os Puris¹, os Coroados e diversos outros, chamados genericamente de Botocudos, descendentes dos Goitacazes.

Com a colonização dos bandeirantes, no século XVI, os índios se deslocavam pela Serra da Mantiqueira em busca de locais onde pudessem praticar o extrativismo, já que não eram agricultores e suas habitações eram facilmente desmontáveis. Alguns conseguiram se confinar na região até por volta dos anos de 1840, quando foram dizimados da Mantiqueira pela Varíola e outras doenças. A maioria dos índios, entretanto, foi morta ou escravizada, sendo gradativamente dizimada enquanto se extraía o ouro. A redução do número de indígenas no litoral do Rio de Janeiro possibilitou o surgimento de novos núcleos de povoamento de origem européia e o crescimento dos já existentes.

2.1.2. A Época do Ouro

Na Serra da Mantiqueira, os municípios de Alagoa e Aiuruoca atestam como a mineração foi ativa no século XVIII. A ocupação foi muito rápida, pois vinham de Portugal milhares de aventureiros em poucas décadas, juntamente com os escravos africanos, que se juntaram aos índios aprisionados. Os mamelucos paulistas ficaram com as tarefas secundárias de plantio e abastecimento das minas. Os campos altos nativos cederam lugar à criação de gado e de burros de carga, dando início à longa tradição de derivados do leite.

¹ Os **puris** formavam uma tribo colonizadora do Vale do Paraíba do Sul. Possuíam estatura baixa, tinham rosto largo, cabelos negros e grossos. Caçavam, pescavam, cultivavam legumes (cará, mandioca e abóbora) e coletavam frutas (abacaxi, goiaba e banana). Construíam casas de madeira, cobertas de capim, palha ou cascas de árvore. Faziam utensílios de barro e de madeira, como panelas e potes. Acreditavam em um ser poderoso, conhecido hoje como Tupã. Existem, hoje, poucos descendentes desses índios na região, e apenas alguns de seus costumes são lembrados, como o uso de plantas medicinais e o artesanato. Recentemente, foi encontrado um sítio arqueológico na Aldeia Velha, que era o cemitério dos Índios Puris.

Com a decadência da mineração, muita gente voltou para São Paulo e Rio de Janeiro, mas alguns se acomodaram em busca da subsistência na montanha, onde as terras eram mais férteis que os cerrados e os carrascos das Minas Gerais. Dos núcleos camponeses, isolados, o mineiro surgiu “com todo o seu retraimento, a sua singeleza e o seu patriarcalismo zeloso das virtudes familiares”. É o camineiro, por excelência, das zonas montanhosas.

Enquanto em São Paulo e no Rio de Janeiro buscava-se o ouro na montanha, o Vale do Paraíba do Sul permanecia coberto pelo mato bravo. Através do século XVIII, é lenta a penetração do colonizador pela floresta densa, que não tinha valor inicial para o colono em busca de riqueza rápida. Minas Gerais deve, muito ao isolamento conferido pela mata, o pitoresco de sua arte original, tipicamente brasileira. Foi a mata, e não a montanha, que retardou a penetração civilizadora por ainda 200 anos após a penetração dos Bandeirantes. Quando em meados do século XVIII Vila Rica, S. João Del Rei e outras cidades mineiras esplendiam em cultura, toda a bacia serrana da Paraíba nas zonas mineira e fluminenses jaziam mergulhadas em mato bravo. Índios Coroados, Puris e de outras tribos, e todo o poder da terra virgem afrontavam a penetração do branco.

Com o término do ciclo do ouro em Minas Gerais, inicia-se o grande ciclo do café. Toda essa região do vale do Paraíba do Sul se transforma em uma grande zona de cafeicultura, tendo Resende como vanguarda.

2.1.3. O Ciclo do Café

Em 1785, o café começa a ser plantado em Resende. A cafeicultura ocorreu no Vale do Paraíba e nas encostas fluminenses da Serra da Mantiqueira, bem como em outras regiões do Brasil, exaurindo e degradando a Mata Atlântica existente com pouquíssimo aproveitamento, tendo em vista somente ceder o solo para um valor de mercado imediato. O desbravamento da floresta se dá pela uniformização da mentalidade coletiva dos seus povoadores, aferrada à monocultura do café.

Através da mão-de-obra escrava, a floresta foi recuada para cristas pedregosas e inaproveitáveis. O ciclo do café ocorreu em um processo que dizimou a floresta atlântica, exceto nas partes mais altas da montanha. Hoje, somente nos pontos altos das serras restam partes de alguns dos ecossistemas que formavam a antiga Mata Atlântica. Um exemplo é o Parque Nacional do Itatiaia que, apesar de tentativas frustradas de colonização por finlandeses e outros, no séc. XIX, não teve sua área totalmente degradada como as partes mais baixas do

vale. Esta região foi alvo de interesse de diversos estudos de naturalistas desde o séc. XIX, mas também de atividades extrativistas e predatórias, devido ao rico potencial botânico e faunístico.

Da esplendorosa cultura cafeeira no Vale do Paraíba, restam apenas ruínas e os sinais do desgaste dos solos. É quando outra vez o fator geográfico mostra sua influência sobre os fatores históricos e econômicos, e uma atividade mais modesta, a pecuária, substitui os cafezais, mantendo o histórico de degradação da Mata Atlântica da Serra.

2.1.4. A pecuária extensiva, a indústria e o turismo

Em nenhum ponto do seu território o brasileiro assistiu, em tão curto espaço de tempo, a uma rotação tão rápida de mentalidades e culturas quanto no Vale do Paraíba, devido à sua posição estratégica de intermediário entre as zonas produtoras minerais e os centros urbanos de consumo e exportação, e ainda com apreciáveis reservas de energia elétrica. Do período agrário, com o ciclo do café do final do Século XVIII ao Século XIX, a Serra da Mantiqueira volta-se provisoriamente à pecuária extensiva, dando continuidade ao processo de desmatamento da Mata Atlântica da região. A pecuária, desenvolvida no Século XX e ainda presente nos dias de hoje em áreas rurais da Serra, realiza-se através de técnicas rudimentares, como o uso das queimadas.

Ainda no século XX, algumas áreas da Serra da Mantiqueira, bem como outras localidades do Vale do Paraíba, ingressaram definitivamente na fase industrial, tornando-se áreas urbanas. Outras áreas, como a Região de Visconde de Mauá, desenvolveram o turismo, principalmente na década de 70, processo que, assim como a industrialização, promoveu a urbanização do local, aumentando o contingente populacional.

2.1.5. A migração urbana e o povoado atual

O ciclo do café e a industrialização do Vale do Paraíba trouxeram mudanças e influências urbanas. Ali, a maior parte das pessoas mora nas cidades. Nos municípios mineiros, principalmente, uma série de atividades e de costumes ligados à vida no campo ainda se conservam. Apesar da constante onda de êxodo rural, em 10 dos 27 municípios da APA, a população rural ainda é maior do que a urbana.

A ocupação extrativista do ambiente montanhoso, iniciada com os bandeirantes, culminou no esgotamento da fertilidade dos solos e em uma pecuária leiteira de baixa produtividade, levando ao abandono dessas atividades produtivas. Em alguns lugares, a mata vai crescendo e se reconstituindo. Sem ganho na roça, alguns moradores se mudam para as cidades. Outros estão enfrentando as restrições que as áreas protegidas por lei impõem ao uso dos recursos naturais em suas propriedades. Muitas pessoas, ainda, procuraram desenvolver outras alternativas de renda, como a apicultura, a fruticultura, o artesanato e o turismo.

As origens do povo atual da Mantiqueira são as mais diversas. Há os descendentes de índios, de negros ou de portugueses, os miscigenados e os descendentes de europeus, que chegaram na época do café. Há ainda, de origem mais recente, os neo-rurais, que vieram das cidades grandes em busca de alternativas de vida.

2.2. A CHEGADA DO AMBIENTALISMO NA SERRA

Principalmente a partir da década de 70, muitos grupos de origem urbana passaram a frequentar a Serra da Mantiqueira, devido à insatisfação com a qualidade de vida nas cidades. Essas pessoas – que migravam para a montanha definitivamente ou apenas possuíam uma casa para os fins de semana e feriados – foram denominadas “neo-rurais” (por estarem em um sentido contrário ao grande fluxo de êxodo rural), “alternativas” (por buscarem uma alternativa às cidades, ou seja, uma vida mais simples, ligada à princípios comunitários) ou “refugiados urbanos” (por estarem, de fato, “fugindo” da qualidade de vida das grandes cidades, repleta de *stress* e cobranças sociais).

A migração urbana, juntamente com o desenvolvimento do turismo, aconteceu em várias regiões da Serra, cujas características, antes consideradas atrasadas, passam a ser valorizadas, e mesmo mais sujeitas a disputas e regulações, devido à procura por lugares mais tranquilos e ligados à natureza, cada vez mais escassos. Segundo a mesma autora, principalmente no final dos anos 70 e início dos anos 80, discutia-se na mídia a idéia de “pólos ecológicos”, centros de ação da demanda de novos grupos que saíam da cidade em direção aos campos.

Nesse contexto, dá-se início à formação de diversos focos de ações cultural-ecológicas, dentre os quais, de acordo com Ribeiro (2005:63), destacam-se como os primeiros focos articuladores os das regiões de Visconde de Mauá (RJ, MG) e Bocaina de Minas (MG),

seguidos pelos focos mais recentes das regiões de Itamonte, Baependi e Aiuruoca (todos em Minas Gerais). Pode-se, dessa forma, afirmar que o movimento ambientalista na Serra da Mantiqueira foi trazido por migrantes de outras cidades, que disseminavam uma forte ideologia de proteção à natureza.

Como uma forma geral, atualmente, o ambientalismo na Serra da Mantiqueira ocorre com influência política e ações muitas vezes opostas aos interesses de outros moradores da região. De acordo com Ribeiro (2005:68), apesar de o movimento ambientalista na Serra da Mantiqueira ser composto em sua maioria por “neo-rurais”, atraídos pelo ideal de “voltar à natureza”, poucas pessoas desse grupo tiram o seu sustento integralmente do local.

Além disso, os “neo-rurais” costumam ter ainda uma forte idéia de “natureza intocada”, frequentemente distinta das visões da população local. Jardim (2003 *apud* Costa, 2003) comenta que, enquanto a população ambientalista neo-rural se percebe dissociada da natureza que procura preservar, a concepção do homem rural é de que a natureza integra o mundo socialmente construído, possuindo um significado como um todo com as áreas de plantio, com as criações, a casa de morada e as próprias pessoas da família. Ainda segundo Costa (2003:141), “o homem rural se vê como parte integrante da natureza, pois está em constante troca com ela, conhece seus limites e potenciais”.

Essa mistura de culturas, se por um lado causa conflitos dos ideais dos migrantes com as tradições locais, em algumas localidades, também gera situações de aprendizagem social. Dessa forma, o contato com a cultura ambientalista vinda das grandes cidades, se for feito de forma inclusiva, mostra um potencial transformador da realidade de conflitos sociais e pouca participação popular, um quadro comum em unidades de conservação do Brasil, e que representa um entrave considerável para a gestão sócio-ambiental.

2.3. A MANTIQUEIRA HOJE

A pecuária leiteira ainda é uma atividade desenvolvida em praticamente toda a Serra da Mantiqueira, embora tenha declinado com o desenvolvimento do turismo, na década de 70, variando a sua abrangência de acordo com o grau de influência do turismo. A forma tradicional de manejar o pasto é através do fogo, por este método apresentar um baixo custo e devido à crença de que, dessa forma, aumenta-se a fertilidade do solo.

Ainda, de acordo com Costa (2003:64), “muitas áreas são mantidas como pastos batidos justamente para evitar que sejam perdidas para uso, uma vez que, pela ação das leis ambientais, as capoeiras não podem mais ser cortadas”. Especialmente na porção sul mineira (abrangendo municípios como Itamonte, Alagoa, Aiuruoca e Pouso Alto), a criação de gado leiteiro é o sistema produtivo que possui maior influência na paisagem e na dinâmica dessa região, por seu caráter extensivo e sua abrangência de mais de 50% das propriedades – enquanto o plantio raramente alcança 20% (Cavallini, 2001:31 *apud* Ribeiro, 2005:61).

Nessa região, encontra-se uma população que vive a partir da agricultura de subsistência e da pecuária leiteira para a comercialização, e, de acordo com Ribeiro, ainda descende da ocupação realizada pelos bandeirantes, a partir do século XVIII. Nas propriedades, geralmente se planta milho e feijão, para consumo interno e alimentação animal. Outras culturas ainda são mantidas na Serra da Mantiqueira, como a criação de galinhas e porcos para a subsistência, embora sejam desenvolvidas atividades alternativas como a apicultura e a piscicultura (principalmente a criação de trutas), com menos penetração nas comunidades rurais.

Também são mantidas na Serra a tradição de cultivo de espécies vegetais e de utilização de espécies arbóreas nativas, para fins artesanais, medicinais, e para o uso de lenha (para lareiras e fogões a lenha) e na construção de casas, cercas e currais. Conforme cita Costa (2003:119), as plantas medicinais formam uma farmácia específica da região, relacionada ao conhecimento indígena e do negro e à variedade de plantas dos diferentes ecossistemas decorrentes das feições da montanha. O cultivo de plantas na região, por ser antigo, provavelmente contribuiu para certa mudança na vegetação da região, pois plantas medicinais são encontradas no meio da paisagem e mesmo na beira das estradas e em matas secundárias.

Outra prática amplamente difundida e mantida é o transporte do leite no lombo de burros e cavalos, desde o alto da montanha, e o feitiço do queijo parmesão, que pode conservar o leite durante todo o período das chuvas e, conforme falam alguns moradores, “é a minha carne” (referindo-se ao acesso mais difícil à carne bovina, que acaba sendo pouco consumida, enquanto o parmesão encontra-se presente em pratos das refeições principais, como o almoço).

Costa (2005:120) cita, ainda, como cultura, a extrema importância dada às relações de vizinhança e de apoio mútuo em comunidades rurais, mesmo as que estão em plena dissolução. Segundo a autora, esse costume pode ter sido relacionado à condição de limitação de recursos e ao isolamento geográfico determinado pelo relevo acidentado e pelo regime de

chuvas característico dessas regiões. Esse mesmo isolamento acaba determinando a heterogeneidade das comunidades rurais da Serra da Mantiqueira, que diferem entre si algumas vezes até mesmo no modo de falar e no modo de agir, visto que determinadas comunidades pouco se comunicam entre si, exceto por meio da cidade.

A situação de isolamento também explica a existência, ainda nos dias de hoje, de professoras leigas nas escolas rurais (mesmo na Região de Visconde de Mauá, que também apresenta áreas rurais) e da falta de programas que estimulem o lazer coletivo.

2.4. A REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ: FRAGMENTOS DE UMA HISTÓRIA

A parte mais alta da Microbacia do Rio Preto², onde se insere a região hoje conhecida como “Visconde de Mauá”, foi o reduto de Índios Puris fugidos da baixada e de eventuais posseiros mineiros, que viviam próximos aos córregos d’água, em uma época de densa vegetação. Na segunda metade do século XIX, o empresário Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, conseguiu autorização para extrair carvão vegetal na Serra da Mantiqueira – usado, principalmente, como combustível para as locomotivas de suas ferrovias. Isso fez com que a mata da região, antes pouco alterada, fosse devastada.

No início da República, com a escassez de mão-de-obra gerada pela abolição da escravidão e crise do café no Vale do Paraíba, despertou-se o interesse para a formação de núcleos coloniais. Foi, então, desenvolvida pelo Estado, uma Política de Colonização, patrocinada por fazendeiros e particulares, que durou do século XIX até meados do século XX.

O governo autorizou a criação de um núcleo colonial na região, indenizando o Barão de Mauá pelo uso das terras. Os imigrantes, no Estado do Rio de Janeiro, foram destinados ao “Núcleo Visconde de Mauá” (no Vale do Rio Preto) e ao “Núcleo Itatiaia” (no Vale do Rio Campo Belo), área que vai, hoje, de Maringá até Campo Alegre. Esses dois núcleos foram instalados nas terras do Comendador Henrique Irineu de Souza, filho e herdeiro de Visconde de Mauá, através de um contrato de concessão³ vigorado em 1889. Os primeiros colonos da Colônia Visconde de Mauá, austríacos e italianos, vieram no mesmo ano.

² O Rio Preto recebeu esse nome devido à suas águas, que refletiam as florestas densas que o margeavam, e mostravam o fundo do rio, coberto por areias carregadas de esmeril.

³ O **contrato** estipulava que o governo seria responsável pela introdução e o transporte dos colonos, comprometendo-se em construir estradas e indenizar o proprietário pelos gastos feitos na instalação dos núcleos e sustento provisório dos imigrantes.

Já no final de 1890, no entanto, a Colônia Visconde de Mauá foi totalmente abandonada pela dispersão de seus membros, principalmente pela não construção de estradas e pelo não cumprimento das determinações regentes no contrato com os colonos. As terras, então ficaram em *pousio*⁴. Nas primeiras décadas do século XX, o Estado interveio a favor dos setores exportadores de forma direta pelo "Convênio de Taubaté", em 1906, e também retomando a alternativa da imigração e da colonização a partir de 1907. Criou-se o Serviço de Povoamento do Solo Nacional⁵, visando atrair capitais e mão-de-obra para o Brasil.

Os núcleos coloniais "Visconde de Mauá" e "Itatiaia" passaram a funcionar sob a subvenção e a responsabilidade do Governo Federal, de dezembro de 1908 a maio de 1916 – época em que o governo brasileiro promoveu uma campanha⁶ na Europa. Nesta nova fase da política oficial de colonização, "Visconde de Mauá" e "Itatiaia" destacaram-se como os dois únicos núcleos federais organizados no Estado do Rio, dentre três fundados no Vale do Paraíba e dos vinte e três em todo o país durante este período.

Em 1909, uma segunda leva de imigrantes se dirigiu para os dois Núcleos, principalmente suíços⁷, como a família Keller. A partir do ano de 1910, os alemães começaram a imigrar para a região e a predominar sobre os suíços, destacando-se as famílias Buhler, Buttner e Frech, que constituíram aqueles que acabam por se fixar definitivamente em Visconde de Mauá⁸. O Governo fornecia moradia e ferramentas aos colonos, que tinham a perspectiva de trabalhar na terra e dela retirar o seu sustento. Alguns se tornavam assalariados do Estado, trabalhando em melhoramentos da colônia.

A estagnação econômica gerou a insatisfação do Governo Federal⁹, do Município de Resende e, principalmente dos colonos europeus. O município, ao perceber a inutilidade dos

⁴ *Pousio* é o estado do terreno que não é cultivado, para o solo recuperar a sua fertilidade; é o tempo de “descanso” do solo.

⁵ Órgão do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que passava a responder integralmente pelas colônias.

⁶ Para atrair imigrantes que ocupassem e trabalhassem nas fazendas de café, o governo brasileiro prometia terras a baixo custo e progresso financeiro no Brasil, afirmando que a região possuía características semelhantes às da Europa. Isso chamou a atenção dos europeus, que estavam sofrendo com a falta de empregos causada pela Revolução Industrial.

⁷ Nesse ano, segundo o Departamento Político do Conselho Federal da Suíça, dos 250 emigrantes suíços que vieram para o Brasil, 219 estabeleceram-se em Visconde de Mauá.

⁸ Os remanescentes da cultura alemã podem, hoje, ser identificados nas construções e na culinária, apesar de, nessa mesma época, outros imigrantes terem se instalado na área em menor número, entre austríacos, portugueses, espanhóis, italianos, poloneses, húngaros, franceses e russos.

⁹ O objetivo fundamental do Governo Federal, ao implantar os dois núcleos coloniais em Resende, era que esta colônia se transformasse em centro agropecuário. O Núcleo Mauá deveria abastecer o mercado de alimentos da Capital Federal, o Rio de Janeiro, com base na pequena propriedade e no trabalho da família imigrante, no entanto, foram avaliadas como

núcleos à vida do município e as ameaças do clima de constante insubordinação, passou a rejeitar esta colônia. O núcleo colonial foi à falência em 1916, quando o governo autorizou a comercialização das terras concedidas aos colonos do Núcleo Mauá. As terras do extinto núcleo foram loteadas e adquiridas como fazendas por famílias que habitavam o sul de Minas Gerais, muitas delas formadas por descendentes de portugueses.

Esses mineiros, também chamados “tropeiros”, iniciaram a pecuária leiteira, que se tornou a principal atividade da região, e cultivavam também frutas como banana e frutas silvestres. Desciam a Serra da Mantiqueira, geralmente montados em burricos ou cavalos, e migravam para a Região de Visconde de Mauá, passando pela Ponte dos Cachorros¹⁰. Para viabilizar a produção leiteira diária, instalaram “fabriquetas de queijo” (transformadas hoje em grandes fábricas de laticínios), que eram transportados em tropas de burro para Resende.

Enquanto isso, em 1922, algumas famílias remanescentes de alemães começaram a hospedar parentes e amigos vindos da Europa a passeio, dando início ao turismo na região. Em 1930, inicia-se a construção das primeiras pousadas. Entre as décadas de 40 e 50, os poucos turistas eram formados por antigos moradores que vinham visitar as suas famílias ou amigos, e o turismo foi crescendo, até a Região de Visconde de Mauá transformar-se em um pólo turístico.

No início dos anos 70, as cachoeiras e a beleza cênica da Região de Visconde de Mauá atraiu as chamadas comunidades alternativas, que contribuíram para a região difundindo o ambientalismo e trazendo experiências de agricultura orgânica, apicultura, artesanato e medicina tradicional. O artesanato era vendido, sendo feito a partir de materiais da natureza, tais como sementes, cipós e palhas. A pecuária leiteira torna-se atividade secundária e entra em declínio, embora ainda esteja presente na região até os dias de hoje. Muitos fazendeiros dividiram parte de seus terrenos em pequenos lotes para vender e, a partir dessa época, intensifica-se a especulação imobiliária.

Nas décadas de 80 e 90, quando o potencial turístico da região foi descoberto pela mídia, chegaram visitantes de todo o país, especialmente do Rio de Janeiro e de São Paulo – muitos deles se fixando em Visconde de Mauá e estabelecendo residências, casas de veraneio,

compatíveis ao clima da região culturas de clima temperado e, além disso, os colonos estavam despreparados para o trabalho com a terra.

¹⁰ Localizada entre o Lote 10 e Campo Alegre, essa ponte, bem como o vilarejo situado em sua proximidade, recebeu o nome “**Ponte dos Cachorros**” porque através da ponte passavam os mineiros que migravam para a Região de Visconde de Mauá, acompanhados de seus cachorros, que muitas vezes acabavam se afogando na forte correnteza do Rio Preto. Embora alguns empresários da região queiram mudar o nome da ponte, por acharem-no um termo pejorativo, os moradores não concordam em tirar esse nome que, além de servir como uma referência antiga, conta sobre a história do lugar

pousadas, hotéis e estabelecimentos comerciais, em busca de lucro com o turismo crescente (os “empresários”) e/ou de uma vida alternativa à vida das grandes cidades, de maior contato com a natureza (os “alternativos” ou “neo-rurais”).

Os empresários foram comprando os terrenos de antigos moradores em pontos estratégicos, enquanto a população original ia para locais mais afastados do movimento do turismo. Conforme os moradores percebiam que o fluxo de turistas aumentava, também iam construindo suas pousadas, “quartinhos” para alugar ou *campings*. A partir da década de 90, a região tornou-se um dos maiores pólos turísticos do Eixo Rio-São Paulo.

Os resquícios da chegada dos *hippies* e dos alternativos são encontrados até hoje na região, pois o estilo “alternativo” do lugar ainda se mantém, com a venda de produtos naturais, a produção do artesanato local, a decoração de restaurantes e pousadas, inspirada em elementos da natureza, e a venda de produtos esotéricos. Muitos moradores neo-rurais se identificam com o movimento *hippie*, procurando manter a mesma filosofia de cuidado com a natureza e com o próximo.

2.5. A DINÂMICA DA POPULAÇÃO DE VISCONDE DE MAUÁ

Ao mesmo tempo em que muitos migrantes vindos de outras cidades chegam na Região de Visconde de Mauá, muitos antigos moradores também saem de lá para as cidades maiores, geralmente os jovens, em busca de mais estudos ou de um emprego melhor remunerado. Esse aumento do intercâmbio de pessoas tornou-se mais evidente com a melhoria das condições de acesso pela estrada, em meados da década de 80.

A rotatividade dos moradores da região é bastante grande, principalmente nos últimos anos, o que explica a pouca variação do número de habitantes comparando-se os anos de 2000 e 2007, nas diversas localidades da Região de Visconde de Mauá:

Tabela 1: Contagem populacional dos Vilarejos de Visconde de Mauá

Localidade	Ano	
	2000	2007
Vila de Visconde de Mauá e Lote 10	992	986
Vilarejo de Maringá	351	490
Vilarejo de Maromba	409	376

Vale das Cruzes, do Pavão, da Grama	461	401
TOTAL	2213	2253

Fonte: Dados extra-oficiais do IBGE, 2007

Mussato (2002:66)¹¹ observou ser a oportunidade de emprego o principal motivo que atraiu novos moradores, aliado, secundariamente, ao estilo de vida do local: “o turismo, hoje, base econômica da região, é o propagador de empregos; o chamariz para pessoas desempregadas ou não bem empregadas, que vivem nas grandes cidades, também ansiosas pela tranquilidade que não possuem”. A autora (idem, p. 55) defende que, devido à faixa de idade e a escolaridade dos entrevistados, estes formam “um grupo de pessoas aptas a trabalharem com a mão-de-obra barata nas pousadas, ou no comércio exposto para os turistas” – e ressalva que esse é um quadro preocupante, devido à sazonalidade da atividade turística, cujo declínio causa a queda da atividade econômica e o consequente desemprego.

Já Costa (2003), Ribeiro (2005) e Crespo & Carneiro (2000), que também analisaram outras localidades da Serra da Mantiqueira, defendem a idéia de que o contingente de pessoas vindas de outras localidades aumentou devido à busca por uma vida alternativa, mais tranqüila e com princípios comunitários – pessoas essas que estariam trazendo os princípios ambientalistas para a Serra da Mantiqueira, atuando como professores de escola, integrantes de ONGs ambientalistas e/ou participantes dos conselhos gestores locais. De acordo com Ribeiro (2005), esses “neo-rurais” apresentariam um alto nível de escolaridade, incluindo o curso superior.

Em relação à ocupação, Mussato (2002:56) nota, em sua pesquisa de campo, que a maioria dos moradores trabalha como vendedores ou balconistas (35%), profissão seguida de empregados domésticos (24%), profissionais da educação (13%) e artistas (6%)¹². De acordo com a mesma autora (2002:57), os moradores que não exercem atividades no comércio da região, destinam-se ao comércio das cidades de Itatiaia e Resende, ou às atividades agropecuárias das fazendas de Bocaina de Minas. Segundo a mesma, ainda (idem, p. 62), a população mais abastada de recursos econômicos faz parte de uma minoria, constituída de comerciantes e donos de casas de veraneio.

¹¹ Mussato (2002) estudou a Região de Visconde de Mauá, realizando entrevistas com diversos segmentos sociais, a fim de traçar os perfis dos diferentes protagonistas que compõem o cenário do local.

¹² Não deixando, porém, claro em sua pesquisa se o trabalho como artesão estaria incluído na categoria “vendedores” ou “artistas”, pois citou os artesãos e os artistas como praticantes de “mobilidades momentâneas ou temporais”.

Nas entrevistas realizadas por Mussato (2002:66), a maioria dos comerciantes (empresários) é migrante, vindos principalmente de outras cidades do Rio de Janeiro e Minas Gerais, e a maior parte destes motivou-se em estabelecer um empreendimento em Mauá em razão da qualidade de vida e da natureza do lugar, e apresenta uma maior escolaridade. Tal afirmação demonstra a idéia dos alternativos¹³, que ainda hoje vêm para o lugar, com maior escolaridade e nível de consciência ambiental, mostrando-se preocupados com a conservação do meio natural.

Talvez esses princípios de conservação do meio ambiente por parte dos migrantes possam ocorrer em função da escolaridade, mas também é possível que ocorra devido a experiências anteriores, pois muitos alegam temer que aconteça com a região o que já aconteceu nas grandes cidades, onde a degradação ocorreu de forma rápida.

2.6. ALGUMAS TRADIÇÕES MANTIDAS EM VISCONDE DE MAUÁ

Apesar de tantas mudanças ao decorrer de sua história, a Região de Visconde de Mauá ainda possui grupos de pessoas, atividades e hábitos que podem ser considerados como tradicionais – e que foram observados durante as visitas a campo. Ainda se mantêm, na região, os antigos moradores mineiros e os tropeiros, que vêm montados em burros e cavalos, carregando mel, queijo parmesão, geléias e doces vindos de Minas Gerais, para vender esses produtos em locais como a Praça da Maromba e do Escorrega – durante os finais de semana. Os descendentes de índios puris ainda se mostram presentes, atualmente, bem como famílias de descendentes de imigrantes mais antigas, principalmente de alemães.

Uma atividade tradicional da região que se conserva é o artesanato, muitas vezes a principal fonte de renda de quem realiza esse tipo de trabalho. Os artesãos e moradores do local costumam vender em bancas expostas, comumente durante os finais de semana, organizando-se em feiras desde meados da década de 80¹⁴.

Concentram-se na Cachoeira do Escorrega, bem como em Maringá, na Praça da Maromba, no Poção da Maromba e na Cachoeira da Santa Clara – os locais mais visitados

¹³ Idéia demonstrada por Ribeiro (2005) em sua dissertação de mestrado, intitulada: *Ação coletiva, Conselho Consultivo e Gestão: um estudo na Área de Proteção Ambiental da Serra da Mantiqueira*.

¹⁴ De acordo com relatos dos próprios artesãos.

pelos turistas que vão a Visconde de Mauá. Há ainda artesãos que vendem seus trabalhos para as lojas, apesar de as mesmas costumarem pagar preços baixos pelo produto, e ainda há artesãos que possuem a sua própria loja.

Muitas vezes, trabalhar com a venda somente durante os finais de semana já é suficiente, geralmente devido à opção pelo estilo de vida pouco consumista, também imposto pelo isolamento das montanhas. Os dias de semana costumam ficar reservados para criar os trabalhos, em casa e comumente com a família. Essa opção por estilo de vida acaba tornando esses moradores menos dependentes da sazonalidade do movimento turístico, gerando certa autonomia.

Também é mantido o uso de plantas para fins medicinais e/ou curativos, e muitos plantam as ervas medicinais, apesar de as mais populares serem encontradas nas estradas e “no mato” – talvez uma adaptação da vegetação realizada pelos moradores mais antigos, para uma possível adequação às suas necessidades. Dentre as ervas mais citadas pelos moradores em entrevistas estão: tanchagem (muito usada para os rins), arnica (inflamações), hortelã do mato (para o estômago), cordão de frade (dores de coluna), carqueja (fígado), chapéu de couro (depurativo do sangue), boldo (fígado), poejo (gripe), dentre outras.

O uso de plantas vem da época dos índios puris, nativos da região. Conforme diz um morador do Lote 10, descendente dos puris: “– Minha mãe era benzedeira, às vezes benzia um monte de crianças, de uma vez só, deitava tudinho na cama e rezava, elas saíam tudo boa de lá.” Ele recomenda chás e banhos a moradores e alguns visitantes que o procuram, e conta também que costuma fazer banhos, para acalmar ou afastar o mau-olhado.

Benzer, tomar banho, tomar chá. As pessoas mais antigas conhecem o potencial das ervas e as usam, até mesmo pelo difícil acesso a médicos. Alguns poucos moradores dominam a arte de benzer, e praticamente todos os moradores sabem fazer o uso de pelo menos uma planta para fins medicinais. Alguns moradores entrevistados chegavam a mostrar livros sobre plantas medicinais, que mantinham em casa para consultas eventuais.

Muitas vezes, os moradores precisam utilizar esse tipo de terapia, pois nem sempre há farmácia ou consultórios médicos disponíveis quando é necessário aliviar ou tratar alguma doença, ou mesmo não há ônibus no horário que se precisa. Conforme diz uma usuária conhecedora de plantas medicinais, moradora de Campo Alegre:

– Eu só recomendo tomar planta quem eu sei que vai tomar certinho, ali, três vezes por dia, mesmo depois de melhorar. Tem muita gente que melhora um pouquinho e já para de tomar, para antes da hora. Aí, a culpa é da planta, que não funciona (...). Ou então, eles vêm me pedir remédio quando a coisa já está muito avançada, e a planta é mais pra prevenção, quando vêm os primeiros sinais da doença.

Talvez a necessidade dessa assiduidade seja o principal requisito para o uso medicinal dessas plantas, o que talvez explique a descrença, relatada por outra moradora de Campo Alegre, que alguns médicos da região possuem sobre esse conhecimento tradicional:

- O médico briga quando a gente fala que tava tomando chá pra melhorar(...). Ele diz que tem que ir logo pra consulta, que a gente não sabe de nada, que só faz piorar. Mas às vezes não tem outro jeito, né? A gente tem que usar o que a gente aprendeu.

Percebe-se, na região, que a tradição do uso das ervas ainda é pouco valorizada pelos médicos locais, e mesmo por alguns moradores, causando certo dilema. Se melhor reconhecido esse tipo de saber local, poderia aproveitar-se melhor o potencial de biodiversidade que a natureza da Serra da Mantiqueira apresenta – fazendo-se as devidas instruções quanto ao uso das plantas medicinais.

3. CAPÍTULO II – AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PROTEÇÃO AMBIENTAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA

3.1. A CRIAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO BRASIL

De acordo com o Informe Nacional sobre Áreas Protegidas no Brasil (MMA, 2007:5), até 1997, haviam sido criadas 345 unidades de diferentes categorias, que protegiam aproximadamente 5,46% do território continental brasileiro. Em março de 2007, no entanto, o país contabilizava 596 unidades de conservação, ou 11,49% do território continental do país, um incremento equivalente a mais de 100%. Quando somada toda essa área aos 575 mil hectares de reservas privadas existentes, a superfície do território brasileiro protegida por unidades de conservação ultrapassa 100 milhões de hectares.

As Áreas de Proteção Ambiental (APAs), se somadas atualmente, constituem as segundas maiores UCs do Brasil – fato esse que se pode atribuir principalmente à possibilidade da permanência de terras privadas. Desde a sua criação, a APA tem sido muito empregada nas esferas federal, estadual e municipal, sendo hoje a principal categoria de UC de Uso Sustentável em extensão de área coberta. Apenas as 29 APAs federais existentes atualmente somam 6.516.177,82 ha, representando 11,6 % das UCs federais (IBAMA, 2003).

Estas unidades foram criadas no Brasil a partir da Lei 6.902/81, com a intenção de proteger o entorno de unidades de conservação de uso indireto, auxiliando a composição de mosaicos de UCs (Urban, 1998 *apud* Ribeiro, 2005:25), compatibilizando, também, a ocupação humana com o uso econômico e a proteção dos recursos naturais. Nas APAs sob domínio público, a visitação é estabelecida pelo IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), tendo por base o plano de gestão da área.

A explosão da criação de APAs ocorreu com grande destaque na década de 80, entretanto a implementação dessas mostrou-se bastante complicada, o que fez muitos ambientalistas – principalmente os de visão mais preservacionistas – não darem crédito a essa categoria de UC. Apenas funcionariam de fato as UCs de proteção integral, onde não é permitido o uso direto dos recursos naturais. Dessa forma, alguns ambientalistas da época achavam que as APA apenas existiam no papel.

A partir do final dos anos 90, evidenciou-se uma mudança na percepção dessa categoria, a partir do desenvolvimento de novas experiências de participação social bem-sucedida¹⁵ – um elemento de fundamental presença em sua gestão, visto que essa categoria de

¹⁵ Uma experiência que pode ser citada como exemplo é a do Conselho Gestor da APA de Itacaré – Serra Grande (BA), que já encaminha propostas de interesse da comunidade e discute localmente com os interessados, estabelecendo a interlocução com o poder público atuante na área (Torres & Mesquita, 2002 *apud* Cozzolino & Irving, 2004).

UC pode abranger propriedades particulares, sendo um importante requisito que os moradores estejam de acordo com algumas normas e conhecedores da atuação dos órgãos públicos para a colaboração com a conservação do ambiente e a negociação dos interesses dos diversos segmentos sociais.

Atualmente, o conceito de APAs também vem sofrendo uma reformulação, pois essas UCs vêm sendo consideradas como “áreas-teste” para a aplicação de desenvolvimento sustentável, através da criação de novas metodologias, servindo como programas piloto para uma possível gestão ambiental de todo o território brasileiro. Nesse aspecto, as APAs serviriam como:

Um universo menor para treinar, aprender, testar e pesquisar como deve ser administrado o meio ambiente como um todo (...), não precisaríamos criá-las se conseguíssemos conciliar o uso dos recursos naturais com a vulnerabilidade de estar sujeita aos interesses particulares das comunidades locais e do entorno, se conseguíssemos fazer cumprir toda a legislação ambiental.

(adaptado de Corte, 1997:89 *apud* Ribeiro, 2005)

Seguindo essa concepção conservacionista de proteção, como passos importantes na criação, implementação e gestão de unidades de conservação (UCs) no Brasil, podem-se destacar as regulamentações realizadas a partir do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC (lei n. 9.985/00 e decreto n. 4340/02), do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP (lei n. 5758/06) e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT (decreto 6040/07) – mostrando que parte relevante do atual arcabouço normativo referente às áreas protegidas no Brasil foi instituída nos últimos dez anos, enfrentando ainda dificuldades para ser posta em prática.

O SNUC é composto por espaços territoriais definidos e seus respectivos recursos ambientais que possuam características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e sob regime especial de administração, denominado unidades de conservação. O estabelecimento e a gestão das unidades de conservação, bem como seus conceitos, objetivos, diretrizes e estrutura estão previstos nesse Sistema.

Os principais avanços trazidos pelo SNUC referem-se ao reconhecimento de populações locais em território de UCs, da ocasional sobreposição de áreas de UC, formando mosaicos, e da necessidade de implementação de corredores ecológicos para proteger grandes áreas. O SNUC visa garantir o funcionamento de UCs mais participativas e, dessa forma, mais

adequadas às particularidades locais de cada dinâmica social e econômica, pois, dentre outras medidas, esse sistema prevê que:

- O processo de criação e posterior gestão de unidades de conservação devem ser realizados com a participação efetiva das populações locais, por meio de consultas públicas e da instituição de conselhos de gestão, órgãos que funcionam através da presença da sociedade civil e do Estado, propondo-se a ser uma alternativa ao modelo de gestão ambiental apenas centrado no Estado.
- As populações locais cuja subsistência dependa de recursos naturais localizados dentro de áreas declaradas como unidades de conservação devem ser justamente indenizadas ou providas com meios alternativos de subsistência.
- Quando existir um conjunto de unidades de conservação de diferentes categorias, próximas, justapostas ou sobrepostas, a gestão deverá ser feita de forma integrada e participativa, constituindo mosaicos.
- A inclusão no SNUC das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) deve ser feita, fortalecendo a integração de reservas em propriedades privadas à estratégia de conservação do país.

O PNAP promove a “valorização da importância e da complementaridade de todas as categorias de UCs e demais áreas protegidas (regulamentadas pelo SNUC) na conservação da diversidade biológica e sociocultural”. Dessa forma, reforça os princípios de igualdade social, sustentabilidade, participação e inclusão social do SNUC.

A novidade desse instrumento é a inclusão das terras indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos como áreas protegidas, reconhecendo essas comunidades como parte do ecossistema. Porém, não são UCs, já que, segundo a legislação em vigor, apenas as 12 categorias de manejo estabelecidas pelo SNUC têm esse *status*.

Além disso, o PNAP contempla as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as reservas legais como elementos de conectividade entre os fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas. A reserva legal corresponde a uma área de vegetação, variável de 20% a

80% de cada propriedade rural, segundo o bioma onde está localizada, onde não é permitido o corte raso. De acordo com o Código Florestal, esta é definida como:

Área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativos.
(Lei n. 4.771, 1965)

O PNAP prevê, ainda, a “cooperação entre União e os Estados, Distrito Federal e os Municípios para o estabelecimento e gestão de unidades de conservação” e a “harmonização com as políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável”. Esse é um ponto extremamente importante no caso da gestão de recursos naturais que pertencem a diversas instâncias do poder público – situação bastante comum no caso de gerenciamento de bacias hidrográficas, por exemplo.

Enquanto isso, uma importante contribuição da PNPCT foi a definição para Povos e Comunidades Tradicionais – item anteriormente já vetado pelo SNUC por ser considerado polêmico. Essa política define esses grupos como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.
(Decreto n. 6040, 2007, Art. 3º, grifo nosso)

Sua principal ênfase é a “garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições (Decreto n. 6040, 2007)”. A criação do PNPCT, dessa forma, foi um importante passo para a efetiva participação dos Povos e Comunidades Tradicionais nos processos decisórios relacionados aos seus direitos e interesses.

3.2. A SERRA DA MANTIQUEIRA E SUAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Segundo uma lenda indígena, a Serra recebeu esse nome porque o Sol apaixonou-se por uma jovem índia e já não conseguia mais ir embora do céu. A Lua, enciumada, pediu a Tupã um castigo para o Sol. Tupã fez surgir da terra a montanha mais alta que já existiu e pôs a moça dentro dela. De tanto chorar, ela derreteu-se de amor e renasceu rio, descendo pela montanha e formando os Rios Verde, Aiuruoca...Por ser uma menina encantada, foi

batizada de Amantigir, que significa 'A Serra que chora'. À montanha, deu-se o nome de Mantiqueira.
(Ribeiro, 2003)

Localizada no sudeste brasileiro e integrante do Corredor Ecológico da Serra Mar¹⁶, a Serra da Mantiqueira (22° 28' S 45° 00' W) recebeu o seu nome de origem tupi por possuir uma grande quantidade de nascentes, cachoeiras e riachos. É responsável por abrigar as nascentes que abastecem as principais bacias da região sudeste, as bacias dos rios Paraíba do Sul e Paraná¹⁷, possuindo também numerosas fontes de água potável.

De acordo a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, sancionada no ano de 2000 e regulamentada em 2002, tem-se a seguinte definição para corredores ecológicos:

(...) porções de ecossistemas naturais ou seminaturais, ligando unidades de conservação, que possibilitam entre elas o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais.
(Lei n. 9985/2000, Art. 2º, item XIX)

Corredores ecológicos, ou corredores de biodiversidade, são faixas de hábitat natural que conectam fragmentos de hábitat, constituindo uma importante estratégia para minimizar os impactos causados pelo crescimento populacional. A fragmentação de habitats pode ser considerada a causa principal da perda acentuada da biodiversidade, ou seja, da grande variedade de espécies de animais e vegetais.

A Serra da Mantiqueira possui remanescentes florestais de Mata Atlântica e fauna associada, constituindo também uma valiosa reserva paisagística da região sudeste do país. Ao mesmo tempo, encontra-se entre as principais metrópoles e centros de desenvolvimento econômico do sudeste do país, que se utilizam dos recursos naturais dessas montanhas, como a água e a biodiversidade.

Por esse motivo, essa Serra, assim como as demais áreas de montanha no Brasil, vem sendo alvo de regulações e interesses externos, nacionais e internacionais, para a conservação ambiental. Segundo definida pelo SNUC, conservação da natureza é:

¹⁶ Dentro do domínio da Mata Atlântica, dois corredores ecológicos foram propostos, o Corredor Central e o Corredor Sul da Mata Atlântica (**Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar**). Este último abrange todo o Vale do Paraíba e regiões vizinhas e inclui a maior extensão de área do domínio da Mata Atlântica (inclui 27 Unidades de Conservação), sendo por isso considerado o mais viável para a conservação (MMA, 2007). A Mata Atlântica localiza-se sobre uma imensa cadeia montanhosa que se estende desde o Rio Grande do Sul ao Nordeste e por toda a área costeira ao longo do Oceano Atlântico.

¹⁷ Esses dos rios, bastante extensos, chegarão a formar o Rio Prata, na divisa entre Brasil e Argentina.

O manejo do uso humano da natureza, compreendendo a preservação, a manutenção, a utilização sustentável, a restauração e a recuperação do ambiente natural, para que possa produzir o maior benefício, em bases sustentáveis, às atuais gerações, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades e aspirações das gerações futuras, e garantindo a sobrevivência dos seres vivos em geral.

(Idem, Art. 2º, item II)

Conforme explicitado na citação acima, a conservação ambiental, aplicada na maior parte do território da Serra da Mantiqueira, compatibiliza o uso humano da natureza, garantindo benefícios para a sobrevivência de todos os seres vivos, inclusive do homem – que também é parte da natureza. Ao contrário do manejo realizado somente através da preservação ambiental, na conservação é permitida a exploração dos recursos naturais¹⁸, sendo o seu objetivo principal o uso sustentável, definido pelo SNUC da seguinte forma:

(...) exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável.

(Idem, Art. 2º, item XI)

A conservação da natureza na Mantiqueira foi mantida, de certa forma, pelo seu relevo, uma formação geológica que compreende um maciço rochoso de terras altas, que dificultou a penetração de atividades econômicas predatórias ao longo da história. A riqueza natural, aliada às riquezas sócio-culturais, é marcante na Serra, onde existem diversas comunidades heterogêneas entre si, dentro das quais ainda convivem diferentes protagonistas sociais, dentre agropecuaristas, migrantes de origem urbana, turistas, empresários e órgãos públicos.

Do total de seu território, 10% da Serra da Mantiqueira são circunscritas nas terras fluminenses, 30% da Serra está localizada no estado de São Paulo e 60% está localizada no estado de Minas Gerais. Devido à sua altitude, com médias de 1200m a 2800m, a Serra possui um inverno com temperaturas baixas e uma paisagem semelhante à das regiões de clima frio, com a presença de plantas de florestas tropicais e temperadas.

¹⁸ Os **recursos naturais** são: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora (lei n. 9985/2000, Art. 2º, item IV).

Sua área é formada por diversos tipos de vegetação de Mata Atlântica, incluído manchas de Floresta Ombrófila Mista¹⁹, que ocorre em regiões mais altas. Nas altitudes abaixo de 1100m, encontram-se a Floresta Ombrófila Densa²⁰ e a Floresta Estacional Semidecidual²¹. Na transição para as regiões mais altas, entre 1000 e 2000 m, aparece uma vegetação mais baixa e uniforme, como os bosques de candeias (*Eremanthus erythropappus*) – plantas muito usadas como lenha e mourões. Acima de 2000m, a paisagem é convertida de florestas para Campos de Altitude²².

A araucária (*Araucaria angustifolia*) é um dos símbolos da Mantiqueira e corre o risco de extinção, estando mesmo incluída na lista de espécies mundiais ameaçadas de extinção (Baillie, 2004:29). Das araucárias, aproveita-se o pinhão, uma semente rica em amido muito utilizada na culinária regional. As Matas de Araucária iam do Rio Grande do Sul até Minas Gerais, no entanto, atualmente, apenas restam 5% da área original.

Uma vasta fauna nativa ainda pode ser encontrada na Serra da Mantiqueira, da qual podemos citar as aves de pequeno porte, o tucano, o porco-do-mato, o inhambu, os macacos (bugio, sauá e mico-preto), o tamanduá, o ouriço-caixeiro, o esquilo, o furão, a irara, o gambá, o cachorro-do-mato, o quati, o veado campeiro, o lobo-guará, a paca e felinos (onça parda ou suçuarana, gato-do-mato e jaguatirica). Estimativas indicam que, só no Parque Nacional do Itatiaia (PNI), existam mais de 100 mil espécies de insetos e 300 de aves.

Por ser considerada uma das áreas prioritárias para a conservação da Mata Atlântica (MMA, 2007), o território da Serra da Mantiqueira foi organizado em diversas Áreas Protegidas ou Unidades de Conservação (UCs) – unidade conceituada da seguinte forma de acordo com o SNUC:

(...) espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

(Lei n. 8885/2000, Art. 2º, item I)

¹⁹ A **Floresta Ombrófila Mista** também é conhecida como Mata de Araucária, pois a araucária, pinheiro-brasileiro ou pinheiro-do-paraná (*Araucaria angustifolia*) constitui o andar superior da floresta, ocorrendo junto a um sub-bosque bastante denso.

²⁰ A **Floresta Ombrófila Densa** possui uma vegetação diversificada, com espécies de folhas largas, e ocorre em regiões de clima quente e úmido, no caso na vertente do Vale do Rio Paraíba do Sul.

²¹ A **Floresta Estacional Semi-decidual** é formada por um mata com árvores de 25 e 30m, com a presença de espécies decíduas, ou seja, que derrubam folhas durante o inverno mais frio e seco. Ocorre no interior de MG.

²² Os **Campos de Altitude** ocorrem nos picos mais elevados, em solos pedregosos, e são formados por uma vegetação pouco diversificada e espécies adaptadas ao frio.

As UCs são áreas que, por suas características ambientais, estéticas, históricas ou culturais, e sua importância para a manutenção dos ciclos naturais, demandam regimes especiais de preservação, ou de exploração racional dos recursos naturais. A conservação foi definida como uma das principais prioridades para a manutenção da biodiversidade em todo o mundo e, para Dias (2001), as UCs podem ser consideradas como o segmento principal para o desenvolvimento de estratégias nacionais de manutenção da diversidade biológica, visto que comumente reúnem os últimos redutos de determinados ecossistemas.

Na visão de Cozzolino & Irving (2004:2), a criação de UCs de Uso Sustentável²³ é um caminho para compatibilizar o desenvolvimento com o uso racional dos recursos naturais e a melhoria da qualidade de vida. Enquanto isso, na categoria de UCs de Proteção Integral²⁴, o enfoque maior é resguardar a natureza, e a preservação é feita em áreas públicas, direcionadas para o estudo.

A Serra da Mantiqueira apresenta-se organizada em mosaico, ou seja, dividida em UCs de diferentes categorias, em que a abrangência dos territórios muitas vezes se sobrepõe. A instituição de mosaicos é uma ação recente, sendo que o primeiro mosaico foi criado em março de 2005, no estado do Piauí. Segundo o SNUC, o mosaico se forma quando “existir um conjunto de unidades de conservação de categorias diferentes ou não, próximas, justapostas ou sobrepostas, e outras áreas protegidas públicas ou privadas (Lei n. 9985/2000, Art. 26).”

O Sistema deixa claro que deve haver uma gestão participativa e integrada do conjunto das unidades dos mosaicos, “de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional (Idem)”. Enquanto isso, a sua regulamentação, implementada em 2002, cita que o mosaico deve dispor de um conselho, com caráter consultivo, para atuar como instância de gestão integrada das UCs que o compõem (Decreto n. 4340/2002, Art. 9º).

O “Mosaico Mantiqueira” (ver mapa em anexo) foi reconhecido em dezembro de 2006 pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), através da Portaria Nº 351 (MMA, 2007). Abrange uma área com cerca de 445.615 hectares, 37 municípios e 19 Unidades de Conservação e suas zonas de amortecimento, nos Estados de MG, SP e RJ, que podem ser vistas na tabela a seguir:

Tabela 2: Detalhamento das UCs que formam o Mosaico Mantiqueira

²³ As **Unidades de Conservação de Uso Sustentável** são aquelas em que se objetiva a conservação da natureza, porém conciliando-a com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.

²⁴ As **Unidades de Conservação de Proteção Integral** são aquelas que objetivam preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com mínima intervenção humana.

UC	Estados de abrangência	Gestor da UC*	Regulamentação	Área aproximada (ha)
Parque Nacional (PN) do Itatiaia	RJ e MG	IBAMA/RJ	Decreto Federal 1.713/37	30.000
Parque Municipal (PM) da Serrinha do Alambari	RJ	AMAR ¹	Lei Orgânica Municipal/88 art.172	6,70
PM da Cachoeira da Fumaça	RJ	AMAR	Decreto Municipal 197/88	363
APA Municipal da Serrinha do Alambari	RJ	AMAR	Lei Municipal 1.726/91	4.500
Floresta Nacional (FLONA) de Lorena	SP	IBAMA/SP	Portaria Federal 246/01	249
APA dos Mananciais do Rio Paraíba do Sul	SP	IBAMA/SP	Lei Federal 81.561/82	293
Parque Estadual (PE) de Campos de Jordão	SP	IF/SMA-SP ²	Decreto Estadual 11.908/41	8.341
PE dos Mananciais de Campos de Jordão	SP	IEF/SMA-SP	Decreto Estadual 37.539/93	503
APA Estadual de Campos de Jordão	SP	CPLEA/SMA-SP ³	Decreto Estadual 20.956/83	28.800
APA do Sapucaí Mirim	SP	CPLEA/SMA-SP	Decreto Estadual 43.285/98	39.800
APA São Francisco Xavier	SP	CPLEA/SMA-SP	Lei Estadual 11.262/02	18.800
APA Municipal de Campos de Jordão	SP	Pref. Municipal de Resende	Lei Municipal 1.484/85	28.800
APA da Serra da Mantiqueira	MG, RJ, SP	IBAMA/MG	Decreto Federal 91.304/85	434.108
FLONA de Passa Quatro	MG	IBAMA/MG	Decreto Federal 562/68	350
PE da Serra do Papagaio	MG	IEF/MG	Decreto Estadual 39.793/98	22.917
APA Fernão Dias	MG	IEF/MG	Decreto Estadual 38.925/97	180.073
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Ave Lavrinha	MG	Proprietário (gestão privada)	Portaria Federal 02/06	49
RPPN Mitra do Bispo	MG	Proprietário (gestão privada)	Portaria Federal 97N/99	35
RPPN Alto Gamarra.	MG	Proprietário (gestão privada)	Portaria Federal 104/06	35

* **Fonte:** www.conservation.org.br/arquivos/InformacoesMosaicos.pdf, acessado em 21/12/2007

¹ Agência de Meio Ambiente da Prefeitura de Resende - RJ

² Instituto Florestal da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Estado de São Paulo (SP)

³ Coordenadoria de Planejamento Ambiental e Estratégico e Educação Ambiental da SMA- SP

Observando a Tabela 2, percebe-se que estão envolvidos diversos níveis do poder público na gestão das UCs que compõem o Mosaico Mantiqueira, em áreas que muitas vezes se sobrepõem, principalmente em relação à APA da Serra da Mantiqueira, que possui uma grande extensão (cerca de 434.000 ha). Dessa forma, além do fato desse mosaico localizar-se em três estados distintos (RJ, SP e MG), o que já torna a sua gestão uma questão complexa, incluem-se, nesse mosaico, gestores das diferentes esferas.

Das 19 UCs, 5 são administradas a nível federal, 7 a nível estadual, 4 a nível municipal e 3 UCs, da categoria de RPPN, são geridas pelos proprietários, e a sobreposição de poderes dificulta a gestão das UCs, acrescida da situação de grande extensão do Mosaico Mantiqueira, e do fato de este ter sido apenas reconhecido recentemente. A criação do Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira foi prevista na Portaria N. 351/06 (Art. 2º).

Outra dificuldade encontrada pela gestão da região é a adequação à legislação ambiental, pois, na Região da Serra da Mantiqueira, a maior parte do território apresenta restrições e regulamentações ao uso dos recursos naturais. Conforme ressalta Pinto & Costa (2004), a maioria do território da Mantiqueira enquadra-se em uma ou mais das seguintes situações de conservação ambiental:

- a) é Área de Preservação Permanente (APP)²⁵;
- b) está dentro da APA da Serra da Mantiqueira;
- c) está no entorno das UCs de Proteção Integral: Parque Nacional do Itatiaia (PNI) e Parque Estadual da Serra do Papagaio (PESP);
- d) está dentro dos parques citados acima (o PNI possui 36% de sua área regularizada e o PESP, apenas 3%).

De acordo com Costa (2003:64), como a legislação ambiental não é literalmente aplicável, forma-se um campo disponível às disputas particulares entre grupos de indivíduos. Assim, as multas em áreas protegidas da Serra da Mantiqueira frequentemente estão relacionadas a denúncias que não raro refletem disputas pessoais, embora as denúncias sejam um método viável de fiscalização, quando não há recursos materiais e humanos suficientes para fazer valer a legislação em um território tão extenso.

²⁵ Segundo a Lei no 4.771/65, que instituiu o Código Florestal, é considerada de **preservação permanente** a vegetação situada ao longo de rios, lagos, reservatórios de água e nascentes; nos topos de morro, montanhas, serras, chapadas ou tabuleiros; nas encostas com declividade superior a 45º; nas restingas, dunas e mangues.

Todo esse quadro ambiental da Serra da Mantiqueira torna a sua gestão uma questão complexa, também se considerando a heterogeneidade dos povoados que a compõem e:

Considerando que a Serra da Mantiqueira está localizada em plena área de conurbação entre as regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro e que o impacto dos processos de expansão urbana e ocupação desordenada do solo são fatos que colocam em risco o desenvolvimento sustentável da Serra da Mantiqueira.

(Lino & Albuquerque, 2007:83)

Faz-se de extrema importância a efetivação do Mosaico Mantiqueira a níveis práticos, para a conservação integrada da Serra da Mantiqueira, de forma a fortalecer as suas potencialidades e minimizar os seus fatores de risco.

3.2.1. O Parque Nacional do Itatiaia: a mais antiga UC do Brasil

A região que atualmente abrange o PNI - Parque Nacional do Itatiaia (22°16'S 44°34'W) já foi contemplada por muitos estudiosos, antes mesmo de virar uma Unidade de Conservação (UC), contribuindo para importantes pesquisas na área da botânica. Em 1822, o pesquisador francês Auguste de Saint Hilaire realizou a classificação de centenas de espécies da sua flora, seguido pelos botânicos Ernesto Vale e Per Dunsen (1894 a 1903), aprimorando estudos que tornaram a flora da região conhecida. Em 1840, o cientista alemão Von Martius, estudando a região do PNI, publicou a *Flora Brasiliensis*, o primeiro livro com ilustrações da flora brasileira. Os botânicos brasileiros J. de Sampaio (1927), P. Porto (1914 a 1938), Firmino Tamandaré de Toledo Júnior (1913) e Brade (1913 a 1954) pesquisaram e publicaram seus trabalhos sobre a Flora de Itatiaia.

De 1908 a 1928, mantida pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, esteve em funcionamento a Estação Biológica do Itatiaia. No ano de 1913, o botânico Alberto Loefgren solicitou ao Ministério da Agricultura a criação de um Parque Nacional no Maciço do Itatiaia. No mesmo ano, a idéia de um parque nacional recebeu o apoio de geólogos, botânicos e geógrafos e, finalmente em 1937 (através do Decreto Federal nº 1713), a criação do Parque Nacional do Itatiaia marca o início da história das Unidades de Conservação do país – acontecimento que foi comemorado em 2007, com o aniversário de 70 anos do Parque. O nome Itatiaia é de origem tupi e significa "penhasco cheio de pontas".

Parque Nacional é um dos mais antigos e restritivos tipos de unidade de conservação existentes no Brasil, onde objetiva-se a preservação da natureza, ou seja, uma proteção integral de seus recursos, com a mínima interferência humana e visitas públicas regulamentadas. De acordo com o SNUC, tem-se a seguinte afirmação:

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico.

(Lei n. 9985/2000, art. 11, p.11)

Com área inicial de 11.943 ha, o PNI foi ampliado, em 1982, para 30.000 ha, recebendo, atualmente, cerca de 100.000 visitantes/ano. O PNI é vizinho ao Parque Estadual do Pico do Papagaio (PESP), situando-se a sudeste do Estado do Rio de Janeiro, em terras dos municípios de Resende e Itatiaia, e ao sul de Minas Gerais, abrangendo os municípios de Alagoa, Bocaina de Minas e Itamonte.

O PNI possui relevos de montanhas e elevações rochosas, com altitudes de 650 a 2.780m. Em alguns dos vales de seu território ou do seu entorno, existem comunidades rurais, distintas devido ao isolamento provocado pelas montanhas, como a Serra Negra, ainda dentro do PNI, e Visconde de Mauá, Serrinha do Alambari, Campo Redondo e Colina. Sua drenagem é realizada por três principais rios – o Campo Belo, na encosta do Vale do Paraíba, e os rios Preto e Airuoca, voltados para o estado mineiro – e a rede hidrográfica é ainda formada pelos rios Maromba, das Flores, Marimbondo, Preto e Aiuruoca.

Dois ambientes distintos formam o Parque. A parte baixa, onde se localiza a sua sede, apresenta um centro de visitantes e um museu com uma pequena biblioteca. Alguns de seus principais atrativos são a Cachoeira Poranga e a Lagoa Azul (formadas pelo Rio Campo Belo), a Cachoeira e o Lago Itaporani, a Cachoeira Véu de Noiva (formada pelo Rio Maromba), os Três Picos e o Complexo Maromba, com a Piscina Natural do Maromba. Na parte alta do Parque (o Planalto), encontram-se os Campos de Altitude e os vales suspensos onde nascem vários rios integrantes das bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul e do Rio Grande. Fazem parte do Planalto, dentre outros, o Pico do Itatiaiaçu (localizado nas Agulhas Negras), a Serra do Maromba e o Maciço das Prateleiras.

A região do Parque e o seu entorno apresenta a fauna e a flora bastante diversificadas devido à altitude e ao clima variado. Nas áreas mais altas do Maciço do Itatiaia, observa-se a ocorrência de ecossistemas primitivos, com um grande acervo de espécies endêmicas²⁶. O Parque apresenta, ainda, uma grande variedade de ecossistemas, da mata aos campos rupestres, incluindo 163 casos de endemismo, servindo como refugio a uma série de animais ameaçados de extinção.

A flora primitiva da região, entretanto, teve grande interferência humana, principalmente durante a época em que existiu, na área atual do PNI, uma colônia agrícola, no período de 1908 a 1918. As matas foram cortadas para implantação de culturas agrícolas e extração de madeira para a construção de dormentes de estradas de ferro.

O Parque, atualmente, enfrenta problemas graves, principalmente em relação à situação fundiária, pois mesmo a sua parte mais antiga é ocupada por hotéis e chácaras. A área do Parque é também constantemente ameaçada pelo fogo, principalmente vindo da APA da Mantiqueira²⁷, em seu entorno. Há de se mencionar, ainda, a poluição industrial causada por Volta Redonda, a presença de animais domésticos que predam os pequenos animais do Parque e a extração predatória do palmito e de madeiras nativas para lenha, móveis e construção.

3.2.2. A APA da Serra da Mantiqueira: a mais extensa UC da Mantiqueira

A Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira foi criada em 1985, devido à intenção de criar um corredor ecológico ligando a região alta da Serra Mantiqueira (Visconde de Mauá) a Campos do Jordão. Possuindo cerca de 434.000 ha, é considerada prioritária para a conservação da mata atlântica devido aos seus recursos hídricos e à fragilidade dos solos. Apresenta remanescentes florestais com alto grau de conectividade e é a maior UC que integra o Corredor Sul da Mata Atlântica, onde estão concentradas as áreas florestais contínuas desse bioma. Segundo seu decreto de criação, a APA Serra da Mantiqueira objetiva (Decreto 91.304/85, Artigo 2º):

²⁶ **Espécies endêmicas** são aquelas restritas a determinadas áreas, não ocorrendo em outros biomas e, por isso, sendo particularmente mais vulneráveis à extinção (Primack e Rodrigues, 2001:75). São mais frequentes em locais isolados, como montanhas e ilhas, que, por isso, são considerados ecossistemas mais frágeis.

²⁷ Funcionários que atuam dentro do PNI, em entrevista realizada em novembro de 2007, citaram como causas dos incêndios florestais a forma de manejo do gado e a revolta de alguns proprietários de terras, devido às restrições do uso de seus recursos naturais e às “brigas de terreno” entre proprietários vizinhos.

(...) além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional [...] proteger e preservar: a) parte de uma das maiores cadeias montanhosas do sudeste brasileiro; b) a flora endêmica e andina; c) os remanescentes dos bosques de araucária; d) a continuidade da cobertura vegetal do espigão central e das manchas de vegetação primitiva; e) a vida selvagem, principalmente as espécies ameaçadas de extinção.

Área de Proteção Ambiental (APA) é um tipo de Unidade de Conservação menos restrita, classificada como Unidade de Uso Sustentável pelo SNUC, ou seja, criada com o objetivo de “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.”, podendo ser formada por terras públicas ou privadas (Lei n. 9985/2000, Art. 7º). Nas APAs federais, a visitação e a fiscalização de atividades potencialmente impactantes são estabelecidas pelo IBAMA, que se baseia no Plano de Gestão da UC. Ainda segundo o SNUC (idem, Art.15º), pode-se definir uma APA da seguinte forma:

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.

As APAs têm por objetivo disciplinar o processo de ocupação de terras e promover a proteção dos recursos abióticos e bióticos dentro de seus limites, assegurando o bem-estar das populações humanas que nela vivem, resguardando as condições ecológicas locais e mantendo paisagens e atributos culturais relevantes (Cozzolino & Irving, 2004). As APAs podem ser consideradas a categoria de UC mais flexíveis – apesar de, na maioria dos casos, contarem com uma história de modelo autoritário de implantação e gestão, centrado no Estado, como foi o caso da APA da Mantiqueira.

A APA da Serra da Mantiqueira (cerca de 434.000 ha), abrange a maior parte do Mosaico Mantiqueira (cerca de 445.615 ha). Ao mesmo tempo em que ocorrem fatores de risco para a conservação da Mata Atlântica nessa APA, muitos são os potenciais para o seu desenvolvimento sócio-econômico e ambiental. Dentre os fatores de risco (Lino & Albuquerque, 2007:75), estão a expansão urbana desordenada; a extração mineral; a agropecuária tradicional; o desmatamento e a degradação ambiental; a falta, na grande maioria dos municípios, de sistema adequado de saneamento básico e de gerenciamento dos resíduos sólidos; e a descaracterização do patrimônio histórico-cultural. Dentre as potencialidades (idem), estão o aumento da ligação de remanescentes florestais de Mata Atlântica; o abastecimento de água para grandes centros urbanos; o turismo organizado; a exploração florestal sustentável; a pluricultura orgânica; o ambiente de campo para pesquisas científicas; o patrimônio histórico-cultural; e o potencial paisagístico.

3.3. A GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL DAS UCs DA SERRA DA MANTIQUEIRA

Além da criação e da implementação do Parque Nacional do Itatiaia (PNI) e das demais UCs que compõem a Serra da Mantiqueira, merecem destaque algumas ações, projetos e programas desenvolvidos durante a gestão dessas UCs. Organizadas pela sociedade civil e/ou o poder público, e muitas vezes contando com o apoio financeiro de instituições não localizadas da região, essas iniciativas foram importantes por se encontrarem no caminho para a difusão do ambientalismo na Serra.

No ano de 1989, deu-se a criação do PREVFOGO²⁸, sob a coordenação do IBAMA. Desenvolvendo “atividades de prevenção, monitoramento, controle de queimadas e combate aos incêndios florestais no Brasil, avaliando seus efeitos sobre os ecossistemas, a saúde pública e a atmosfera” (www.ibama.gov.br/parna_itatiaia/index.php), a formação desse sistema foi fundamental, principalmente durante as épocas secas de inverno, em que as matas encontram-se mais suscetíveis aos incêndios florestais e ao alastramento do fogo. A Brigada de Incêndio, atualmente, possui um posto no PNI e três postos no seu entorno, localizados nas regiões de Visconde de Mauá; das Agulhas Negras, da Serra Negra e da Fragária; e junto à sede da APA da Mantiqueira, em Itamonte (MG).

Alguns projetos ambientais foram também desenvolvidos no PNI, principalmente motivados pela ECO-92 (Conferência do Rio de Janeiro 92). Em 1997, foi criado o Projeto “Muda o Mundo Raimundo”²⁹, que promoveu a capacitação de educadores ambientais no entorno do Parque Nacional do Itatiaia. No ano de 2000, foi publicado o Caderno da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável 3 (FBDS), intitulado “O Parque Nacional do Itatiaia”, com trabalhos de pesquisadores de diversos campos de conhecimento, sobre o Parque e as regiões de seu entorno. Já em 2001, foi criado o Conselho Consultivo do Parque Nacional do Itatiaia, com o apoio da ONG Crescente Fértil, reunindo representantes dos cinco municípios do entorno (Resende, Itatiaia, Itamonte, Bocaina de Minas e Alagoa).

²⁸ O **Prev-Fogo**, ou Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais, foi criado a partir do Decreto 97.635/89 e ratificado com o Decreto 2.661/98.

²⁹ Projeto financiado pela Fundação Roberto Marinho e realizado pelas ONGs Instituto Brasil de Educação Ambiental (Rio de Janeiro) e Crescente Fértil (Resende).

Em relação à APA da Mantiqueira, de acordo com Ribeiro (2005:71), o histórico de sua gestão pode ser dividido em três períodos: de sua criação até o início de 2002, de 2002 ao início de 2004, quando a gerência passou para Itamonte, MG, e o período mais recente, com a implementação do Conselho Consultivo da APA Serra da Mantiqueira. Em 1989, com a visão de que “nada tinha mudado” com a criação dessa APA, foi formada a Frente de Defesa da Mantiqueira (Fedapam), que buscava identificar os principais impactos que ocorriam na Serra da Mantiqueira e publicou, em 1991, o “Relatório Mantiqueira”³⁰.

Até 1991, a APA não possuía nenhum gerente, entre 1991 a 2002, havia apenas o gerente como funcionário e, somente em 2001, passou a ter um escritório, junto com a administração da FLONA de Passa Quatro-MG. Em 2001 e 2002, foi realizado o Projeto “Integrando Ações na Mantiqueira”³¹, que desenvolveu ações de formação e integração de jovens residentes em cinco comunidades localizadas na APA da Serra da Mantiqueira: Colina e Campo Redondo (Itamonte-MG), Visconde de Mauá (Bocaina de Minas-MG e Resende e Itatiaia-RJ), Serrinha do Alambari (Resende-RJ) e Matutu (Aiuruoca-MG).

Em 2002, com a mudança da gerência, estabeleceu-se uma parceria com a Prefeitura Municipal de Itamonte, e o IBAMA se instalou em uma sede própria nesse município, no estado de Minas Gerais. Essa nova gerência, que durou até 2004, teve uma forte atuação no sentido de tornar a unidade aparente para a população local.

Através de uma fiscalização rigorosa em diversas localidades do sul de Minas, foi realizada uma operação conjunta entre o IBAMA, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), a Polícia Ambiental de Minas Gerais e a Polícia Federal, durante o segundo semestre de 2002 – uma estratégia que criou a revolta dos proprietários multados, pois poucos sabiam da necessidade de se pedir autorizações, e não costumavam ter o dinheiro para pagar as multas. Ao mesmo tempo, entretanto, estes continuavam sem saber o que significava exatamente estar dentro de uma APA, e também passaram a perceber como uma coisa só órgãos como o Ibama, o IEF e a Polícia Federal, além de não relacionarem a presença desses órgãos com a existência da APA (Ribeiro, 2005:73).

³⁰ O “**Relatório Mantiqueira**” foi elaborado com o apoio da WWF e da Fundação S. O. S. Mata Atlântica, antes de o Fedapam se desfazer por “brigas internas” (Ribeiro, 2005:64).

³¹ Projeto financiado pela Fundação Luterana de Diaconia (FDL) e implementado pela ONG Crescente Fértil.

No ano de 2003, o CEPF³² financia o projeto “Corredor Ecológico do Sul de Minas”, coordenado pela ONG Valor Natural, e, em 2004, o Projeto “Gestão Socioambiental na APA da Serra da Mantiqueira”, coordenado pela ONG Crescente Fértil, que criou, em 2005, o Conselho Gestor para a Microbacia do Alto Rio Preto³³. O CEPF financiou, ainda, em 2004, o “Projeto de Ecodesenvolvimento para a conservação da Microbacia do Rio Colina”. Ainda em 2003, iniciou-se a formação do Conselho Consultivo da APA da Mantiqueira (CONAPAM)³⁴, um processo que, de acordo com Ribeiro *et al* (2005), foi abraçado por atores sociais locais – especialmente os moradores de origem urbana – como uma oportunidade de influenciar mais diretamente na gestão da UC. Segundo a mesma autora, a formação do CONAPAM é considerada um momento histórico, pois foram dados os primeiros passos em direção à gestão participativa nessa unidade de conservação. No entanto, para Pinto & Costa (2005) na formação do CONAPAM, “houve conflitos e disputas por cadeiras por parte dos diversos atores sociais (a maioria de origem urbana) (...), que se evidenciaram principalmente entre sociedade civil e IBAMA”.

Em 2004, depois de mudada novamente a gerência, foi realizada a primeira reunião do CONAPAM, a partir do Projeto para o Fortalecimento da Gestão Participativa na APA da Serra da Mantiqueira³⁵, que formou um roteiro de ação. Uma das premissas do projeto era de que a simples criação de conselhos não garante a efetividade de seu funcionamento como um espaço de diálogo e negociação de conflitos socioambientais (MMA, 2004 *apud* Ribeiro *et al*, 2005). No diagnóstico desse Projeto (Fundação Matutu, 2003 *apud* Ribeiro, 2004:76), feito por jovens estudantes da rede pública de ensino, muitas pessoas mencionaram a ausência ou ineficiência do IBAMA, em relação à fiscalização, à agilidade dos processos ou à prática de orientação e educação ambiental. Além disso, a maioria das pessoas que viam negativamente o IBAMA identificava-o como um órgão exclusivamente fiscalizatório e punitivo.

³² CEPF – Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, foi criado para apoiar projetos de conservação de biodiversidade mundiais em ecossistemas considerados em situação crítica, como a Mata Atlântica. Resulta de uma aliança entre a Conservação Internacional (CI), o Banco Mundial, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (GEF), a Fundação MacArthur e o governo do Japão.

³³ Esse Conselho Gestor, que abrange a Região de Visconde de Mauá, é composto por 27 membros, sendo 9 integrantes do Poder Público, 9 da Sociedade Civil e 9 do Segmento Produtivo.

³⁴ O CONAPAM foi elaborado como um “fórum legalmente constituído para a promoção de ações coletivas que levem informação clara e transparente para a sociedade e promovam a integração junto às esferas públicas” (Ribeiro, 2003). ^{Contou com} recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente (FNMA) e foi coordenado pela Fundação Matutu e pelo IBAMA.

³⁵ O Projeto para o Fortalecimento da Gestão Participativa na APA da Serra da Mantiqueira, foi aprovado no ano de 2003 e elaborado a partir de encontros regionais abertos à comunidade, através de recursos do FNMA (Ribeiro, 2003).

De acordo com Pinto & Costa (2005), o Projeto para o Fortalecimento da Gestão Participativa na APA da Serra da Mantiqueira encontra-se parado, mesmo recebendo recursos para a sua continuidade, devido a conflitos entre as organizações locais envolvidas com o CONAPAM. Apesar disso, para Ribeiro (2005:75) esse Projeto pode ser usado como um bom exemplo para todas as regiões da APA da Mantiqueira, que, por apresentar uma grande extensão, necessita de atividades que se estendam além dos conselhos, adequadas a cada localidade e às diversas formas de vida e linguagens presentes nos territórios.

Seus resultados foram ainda debatidos e então validados pela população, para posteriormente fazerem parte da Cartilha “Nossa APA”³⁶, que possui informações sobre a geografia, a história e as questões de meio ambiente e gestão participativa da Serra da Mantiqueira. Também no ano de 2004, foi inaugurado o Programa de “Gestão Sócio-ambiental Integrada na APA da Mantiqueira”³⁷ – Microbacia do Alto Rio Preto”, abrangendo a Região de Visconde de Mauá, que teve como objetivo principal “desenvolver e implementar, participativamente, o Programa de Gestão Sócio-ambiental na Microbacia do Alto Rio Preto, como piloto para o Plano de Gestão da APA da Mantiqueira”.

Novos projetos começaram a acontecer na APA desde o Projeto para o Fortalecimento da Gestão Participativa, em 2003. Além do CONAPAM, foi criado o “Programa Mantiqueira”³⁸, apregoando a “*integração social a partir do fortalecimento das relações humanas*”, e visando “*atenuar o desequilíbrio, hoje existente, que privilegia as relações campo-cidade em detrimento da integração entre comunidades e valores rurais*” (Costa, 2003: 23).

A partir da mudança da gerência da APA, conforme descreve Ribeiro (idem), nos anos de 2004 e 2005, foram promovidas ações com ênfase preferencial na negociação e na colaboração entre os atores. Apesar disso, pela própria demanda de denúncias ao Ibama, as ações ainda se encontram centradas em atividades fiscalizatórias e de aplicação de multas.

³⁶ A Cartilha “Nossa APA” foi criada em 2003 e produzida a várias mãos, para ser distribuída nas escolas e utilizada pela comunidade da APA da Mantiqueira – visando embasar as ações do CONAPAM, além de mobilizar mais pessoas para a gestão desta APA (Ribeiro *et al.*, 2005).

³⁷ O Programa de Gestão Sócio-ambiental na APA da Mantiqueira foi organizado pela ONG Crescente Fértil, com verbas internacionais, e contou com o apoio de representantes da Organização Nova Terra e do Ideas, e com a ampliação de parcerias com instituições públicas.

³⁸ O Programa Mantiqueira foi organizado por diversas organizações civis locais, como a Crescente Fértil, a Nova Terra o Centro Comunitário Rural do Campo Redondo, a Fundação Matutu e o Centro Comunitário da Colina.

3.4. A ESTRATÉGIA PARA A PROTEÇÃO DAS MONTANHAS DA SERRA DA MANTIQUEIRA

Nos últimos cinco anos, no Brasil, foi empreendido um grande esforço para preservar remanescentes significativos de Floresta Ombrófila Mista e campos naturais associados, ecossistemas do domínio do bioma Mata Atlântica que recobriam cerca de 20 milhões de hectares do Planalto Meridional brasileiro (MMA, 2007:40). Entre 2003 e 2006, foram realizados estudos em regiões com remanescentes de Floresta Ombrófila Mista e campos associados, resultando na criação de seis unidades de conservação de proteção integral, totalizando 81.335 hectares – o que permitiu elevar o percentual desses ecossistemas sob proteção para cerca de 0,7% de sua área original.

Atualmente, pretende-se montar a Agenda 21 da Serra da Mantiqueira, devido à particularidade e fragilidade que se constitui o ecossistema de montanha. De acordo com o seu Capítulo 13, “Gerenciamento de Ecossistemas Frágeis: desenvolvimento sustentável das montanhas”, apesar de os ambientes montanhosos serem “essenciais para a sobrevivência do ecossistema mundial”, estão passando por uma rápida transformação:

Eles são vulneráveis à erosão acelerada do solo, deslizamentos de terras e rápida perda da diversidade genética e de habitat. No que diz respeito ao homem, verifica-se um estado generalizado de pobreza entre os habitantes das montanhas e a perda do conhecimento autóctone. O resultado é que a maior parte das áreas montanhosas do mundo estão experimentando degradação ambiental

De acordo com esse mesmo capítulo, o gerenciamento adequado dos recursos naturais dos ecossistemas de montanha e o desenvolvimento sócio-econômico dos seus habitantes exigem ação imediata, pois muito mais de 10% da população mundial utiliza a água que vem dessas regiões e “as montanhas são um reservatório de diversidade biológica e espécies ameaçadas de extinção”. A Agenda 21 prevê a criação de duas áreas de programas para aprofundar o exame da questão dos ecossistemas frágeis de montanha:

(a) Geração e fortalecimento dos conhecimentos relativos à ecologia e ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas das montanhas;
(b) Promoção do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas e de meios alternativos de subsistência.

O alerta para a fragilidade dos ecossistemas de montanha já se iniciou na Região da Serra da Mantiqueira. No ano de 2002, considerado o Ano Internacional das Montanhas, foi realizado o Seminário “Mobilização Nacional para o Ecodesenvolvimento de Montanhas” no

PNI³⁹, onde foi discutido o conceito de montanha para no Brasil, suas características próprias e as necessidades da população rural. Em 11 de dezembro de 2003, quando foi instituído o Dia Internacional das Montanhas – por parte da Organização das Nações Unidas (FAO/ONU) – realizou-se, no PNI, o Encontro de Articulação de Projetos na APA da Mantiqueira, Parque Nacional do Itatiaia e Área de Entorno.

Em relação ao Mosaico Mantiqueira, o seu conselho gestor foi empossado na reunião de fevereiro de 2007 da APA da Mantiqueira, em Itamonte-MG (Lino & Albuquerque, 2007:31). Espera-se que essa medida venha a contribuir para um gerenciamento integrado da área. O Conselho Gestor da APA da Mantiqueira mostra-se atuante, atualmente, bem como o Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto, que abrange a Região de Visconde de Mauá e sobre o qual será falado a seguir, no Capítulo IV. Em maio de 2007, foram assinados os protocolos de integração inter-municipal, para a gestão da Região de Visconde de Mauá, e inter-estadual, para a gestão da APA da Mantiqueira – ambos serão descritos com mais detalhes no Capítulo V.

Segundo Ribeiro (2005:67) e Costa (2003:9), o ambientalismo⁴⁰ na APA da Serra da Mantiqueira, embora não seja homogêneo, apresenta certas características em comum:

- Possui origem urbana, tendo atingido às comunidades rurais através da televisão, da criação de áreas protegidas, da ação de órgãos fiscalizadores e da migração de novos agentes sociais (novos moradores, professores de escolas ou membros de ONGs) que vêm disputar a influência do espaço local;
- É formado, cada vez mais, por ações em rede, contando com o apoio da mídia local e regional, a articulação com instâncias nacionais e internacionais, e com o uso da *internet* desde o ano 2000, na qual funciona o redemantiqueira@grupos.com.br, um grupo de discussão virtual. As questões de degradação ambiental da APA, dessa forma, passam a ser divulgadas como problemas, a partir desses grupos e dos eventos ambientais.

³⁹ O **Seminário** foi organizado pela Organização Não-Governamental (ONG) Crescente Fértil (www.itatiaia.org.br e www.mountains2002.org). Compareceram ao encontro, principalmente, ambientalistas da APA da Mantiqueira, além de representantes de outros estados do Brasil.

⁴⁰ Como ambientalismo, entende-se, nesse trabalho, projetos de conservação da natureza ligados à política ambiental, bem como os ideais utópicos que abrangem esse movimento.

Costa (2003:138) comenta, ainda, que, com o contexto de heterogeneidade de comunidades rurais existente nas montanhas, a ação ambientalista induzida pelos neo-rurais mostra-se particularmente importante, pois esses novos migrantes vivem dentro das comunidades, conhecendo melhor a sua população, a sua mentalidade e os seus problemas específicos – não apresentando resultados efetivos, portanto, a presença eventual de técnicos para a difusão de algumas informações sobre o funcionamento da legislação ambiental.

Apesar da elaboração de alguns projetos, citados anteriormente, ainda se percebe uma grande insatisfação com as restrições ao uso dos recursos naturais, que se tornaram mais evidentes à população depois da criação da APA da Serra da Mantiqueira – uma situação que se repete em diversas áreas protegidas do Brasil. Mostra-se necessária, na Serra da Mantiqueira, a criação de mecanismos que facilitem a aplicação adaptada da legislação, a partir de uma construção conjunta de alternativas sustentáveis de ocupação e uso do solo, especialmente em relação às Áreas de Preservação Permanente e à regularização fundiária das UCs de Proteção Integral – o que pode ser alcançado através de planos de manejo, que estejam de acordo com a regulamentação das UCs.

No Capítulo seguinte, são discutidas algumas questões que tornam complexa a questão do ecodesenvolvimento, tais como a regulamentação e os seus principais entraves no funcionamento das UCs. São também pontuadas algumas críticas ao cenário de participação dentro do quadro de turismo e de conservação do meio ambiente, discutindo-se depois a complexidade da sustentabilidade do turismo, no contexto local.

3.5. OS CONFLITOS SÓCIO-AMBIENTAIS NA SERRA DA MANTIQUEIRA

Na Serra da Mantiqueira ocorre um conflito de mentalidades, em relação à questão ambiental. De um lado, existem os ambientalistas, em sua maioria moradores vindos da cidade, e os órgãos ambientais, os principais responsáveis por denúncias feitas ao IBAMA. Trazem uma lógica de que os recursos naturais possuem um caráter difuso⁴¹, e portanto devem ser cuidados de acordo com a Legislação Ambiental – apesar de esses novos moradores também reclamarem sobre alguns aspectos da legislação quando os seus interesses também são atingidos.

⁴¹ Ao mesmo tempo em que o poder público pode estabelecer restrições ao uso desses bens – visto que as atitudes individuais podem afetar o bem coletivo – nem sempre é o proprietário deles.

De outro lado, no entanto, ficam os proprietários de terras da zona rural, com suas tradições mais antigas de forte exploração dos recursos, que sofrem os efeitos da escassez de recursos naturais e econômicos, pois tiveram reduzidos as áreas para plantar ou criar gado somente para os territórios de sua posse, muitas vezes insuficientes para tal. Vivem de atividades agropastoris⁴² e são atingidos em suas atividades diárias por essas restrições. Não costumam entender devidamente a lógica acima, e também não possuem o conhecimento da existência ou da finalidade das UCs, criadas na terra onde nasceram.

Esses nativos, no entanto, não possuem, o hábito de participar de discussões sobre o uso dos recursos ou mesmo de argumentar, reagindo à “nova” necessidade de cuidado com os recursos, através do êxodo rural ou de atitudes de revolta, que causam uma degradação ambiental ainda maior. Conforme observado por Sachs (2000:68), a população local assume uma postura antagônica aos interesses da conservação ao se sentir excluída das políticas ambientais e limitada em sua ação historicamente conformada. A conservação ambiental, por si só, não traz benefícios imediatos às populações nativas, além da possível valorização das propriedades.

A esse conflito de mentalidades – sobre o qual é imperativa a orientação, a disseminação de informações e a busca de alternativas economicamente viáveis para a transformação de práticas tradicionais – , acresce-se a própria geografia e hidrografia da Serra da Mantiqueira, que cria ainda mais restrições, pois contribui para que quase todas as áreas sejam de preservação permanente (APP), onde não são permitidos os usos e as atividades capazes de causar impacto adverso ao meio ambiente, inclusive na qualidade do solo, do ar, da água, da mata ciliar ou à qualidade sanitária geral do lugar.

Além disso, os “planos de manejo”, necessários para usar a propriedade de maneira sustentável, dependem de uma elaboração técnica que é realizada por poucas pessoas na região, sendo um processo de acesso difícil para a maioria dos produtores rurais. Ao mesmo tempo, conforme observa Ribeiro (2005:78), de uma forma geral não existe a percepção da relevância da APA para os municípios, que consideram que o meio ambiente é atribuição apenas do IBAMA e reservam-se no papel de desenvolvimentistas, hoje traduzido na palavra “emprego”.

⁴² Na Serra da Mantiqueira, muitas pessoas vivem a partir de atividades desenvolvidas no campo e, embora essas atividades mostrem-se pouco rentáveis – principalmente se comparadas às atividades mais recentes da Serra, ligadas ao turismo e à prestação de serviços – constituem, ainda, uma forma de se retirar o sustento básico a partir da propriedade de terras, uma possibilidade de não se passar fome nas cidades (Ribeiro, 2005:81).

3.6. OS CONFLITOS DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM VISCONDE DE MAUÁ – ALGUNS DEPOIMENTOS

Os conflitos sócio-ambientais que ocorrem na Serra da Mantiqueira, descritos acima, também acontecem na Região de Visconde de Mauá, que apresenta algumas áreas rurais. O diferencial dessa última área, porém, é a intensa migração urbana e a presença do turismo, fatores que acrescentam mais um ponto a ser discutido no lugar, pois exigem o devido planejamento urbano. Os conflitos em Visconde de Mauá estão diretamente ligados à legislação ambiental, que se tornou mais evidente depois do estabelecimento de unidades de conservação na área.

Há o reconhecimento geral de que a conservação dos recursos naturais na região é precária, e de que faltam informações e orientações técnicas direcionadas à população, bem como uma maior integração entre o poder público e a sociedade civil. Deve-se considerar, ainda, uma aplicação adaptada da legislação ambiental, pois é preciso adequá-la a cada situação.

A população da Região de Visconde de Mauá, em entrevistas, mostrou-se insatisfeita com as restrições impostas pelas leis ambientais vigentes, de forma generalizada. Muitas vezes, sentiam-se mesmo injustiçados com algumas condições. Os instrumentos legais de proteção ambiental também são utilizados para disputas de interesses – o que se convém chamar de a “ambientalização” dos conflitos sociais. Alguns casos são mostrados em depoimentos a seguir.

3.6.1. D. Rosa, e as obras escondidas

D. Rosa é uma senhora que nasceu na Região de Visconde de Mauá, descendente da população nativa, e possui pouca condição financeira. Herdou, no entanto, um pequeno lote com um casebre de sua família, que foi dividido conforme as gerações iam passando. Sua pequena casa apenas possui uma janela, e não possui banheiro – mas situa-se em uma Área de Proteção Permanente, nas proximidades do Rio Preto.

Quando entrevistada, mostrou-se bastante indignada com o rigor da atuação das leis ambientais, pois conta que conseguiu verbas junto ao Serviço Social para fazer reformas em sua casa, mas que as mesmas foram embargadas pelo fato de a casa estar na beira do rio:

– Eu tinha conseguido o dinheiro pra reformar, estava feliz, só faltava pedir a autorização. Mas aí não deixaram fazer a obra porque a casa tava na beira do rio, e não pode ter casa na beira do rio (...). Se eu tivesse o meu dinheiro, ia fazer as obras, ninguém ia me atrapalhar, não (...). Agora, a gente que depende da prefeitura, que tem que fazer tudo direitinho na lei, se atrapalha e não consegue fazer nada.

A noção de que nada se pode fazer no território da APA da Serra da Mantiqueira, que abrange a região em questão, mostrou-se bastante presente nas entrevistas com os moradores. Como alternativas, muitos habitantes acabam optando por ocultar, do poder público, as suas atividades ou obras de reforma – temendo que sejam impedidos, ou que sejam obrigados a pagar alguma taxa. A parte da população menos abastada, no entanto, sofre mais os efeitos do rigor fiscal, por precisar da assistência do poder público.

3.6.2. Saulo, e o personalismo das relações públicas

Saulo é morador da região há cerca de 15 anos, vindo do Rio de Janeiro, e trabalha como vendedor. Diz-se decepcionado com as pessoas do lugar, pois justamente por ser pequena a vila onde mora, todos deveriam se ajudar, “os vizinhos vêem tudo”. No entanto, acredita que, na região, funciona uma espécie de corporativismo entre os moradores “locais”, e que “tudo para os de fora é mais difícil” – inclusive os rigores da legislação:

– Sabe aquela história de que ‘aos amigos, tudo, e aos inimigos, a lei’? Pois é mais ou menos assim que funciona aqui.

Reclama, ainda, do “Olho Grande”, diz que muitos moradores queriam o seu terreno, antes dele comprar, e que “fizeram de tudo para atrapalhar a obra da casa”, referindo-se aos pedidos de interrupção da obra, feita várias vezes, por conta de haver um barranco atrás de sua casa – que torna o seu terreno uma Área de Preservação Permanente, com declive superior a 45°. Saulo diz que precisou fazer essa obra à noite, pois quando os pedreiros chegavam de dia para trabalhar, tinham que parar a obra. Além disso, disse que, por vezes, era necessário derrubar e refazer algumas partes da casa, pois os próprios pedreiros também discriminam os “de fora”:

– Eles (os pedreiros) também atrapalharam a gente, faziam o trabalho errado, combinavam com a gente e deixavam de ir, cobravam mais caro (...). Quando é obra de gente local daqui, às vezes até maiores, não precisa parar, porque ninguém faz denúncia.

Mas diz que alguns dos filhos dos vizinhos, que estudam e têm a cabeça mais aberta, correm atrás da sua própria vida, já possuem uma mentalidade diferente. A proximidade de grupos diferentes pode gerar tensões e conflitos, que frequentemente se estabelecem entre os antigos habitantes e os recém-chegados, ou os “de dentro” e os “de fora”.

Saulo comenta também sobre as brigas de cerca, pois conta que o dono do terreno do lado do seu pegou um pouco do seu terreno, na área em declive, e que por isso, vai precisar pegar um pouco da área do outro lado, que por enquanto está sem dono. Acredita que esses conflitos se intensificam em função do turismo, que aumenta a competitividade dos moradores dos vilarejos mais freqüentados por turistas.

Acredita, entretanto, que há lugares na Região de Visconde de Mauá mais tranquilos em relação a esses problemas. Diz que, em locais onde a atividade do turismo é mais ativa, as pessoas “se enxergam com as cifras na frente dos olhos, não vêem a essência do humano em primeiro lugar.” Saulo apenas confirma um costume típico dos brasileiros, já observado por Hollanda (1984), que se refere ao personalismo existente entre as relações de poder. De acordo com o autor, para o povo brasileiro mais vale conhecer a pessoa que representa determinado poder, do que agir conforme as leis ou a hierarquia – para que se consiga fazer realizar algum direito ou interesse – o que, segundo o mesmo autor, é uma herança que data da época da colonização do país.

3.6.3. Natália, e a questão dos conflitos pessoais

Natália é aposentada, vinda da cidade do Rio de Janeiro e moradora de Mauá há cerca de 12 anos. Reclama que o IBAMA, no local, apenas atua quando recebe denúncias:

– Pode estar acontecendo alguma coisa de errado bem do lado deles, mas eles (funcionários do IBAMA) só atuam onde tem denúncia.

Esta situação pode ser justificada pela insuficiência de recursos financeiros e de pessoal na fiscalização da Região de Visconde de Mauá e da APA da Serra da Mantiqueira como um todo, conforme também observado por Ribeiro (2005). A autora comenta, ainda, que essa insuficiência, além de tornar as denúncias a principal forma de fiscalização, principalmente considerando o amplo território da APA da Mantiqueira, também acaba, muitas vezes, tornando lentos os processos de autorizações, e a espera é especialmente difícil para quem depende desta para a continuidade de seu trabalho com a terra.

Natália diz estar em processo de legitimação de uma obra que já fez, por ter sido denunciada por um vizinho, depois de uma pequena briga pessoal:

– Já paguei uma multa de R\$ 700,00, e agora vou ter que responder a uma audiência. Paguei mais R\$ 700,00 a um engenheiro, que veio só fazer um laudo técnico, e agora nem sei quanto vou gastar com o advogado, e nem quando isso tudo vai acabar, não agüento mais gastar dinheiro.

A multa foi aplicada por não ter sido pedida autorização para construir um “quartinho” em seu terreno, que se situa nas proximidades de um rio. Mostra-se indignada com essa situação, dizendo, ainda:

– Enquanto isso, tem um monte de pousada aí, sendo construída em beira de rio, a maioria sem o tratamento de esgoto, e ninguém faz nada (...). Todo mundo aqui sabe que pra quem tem dinheiro é só ‘molhar a mão’ desses caras, que eles deixam passar um monte de irregularidades, sem pelo menos registrar.

Mais uma vez, é citada a questão da pouca abrangência da legislação ambiental, que aparentemente apenas se mostra atuante para os que não possuem dinheiro – para pagar a multa ou negociar com o funcionário do órgão ambiental o seu silêncio – e para os que não conhecem os representantes do poder público, tais como vereadores, prefeitos, delegados e representantes do órgão ambiental. Isso mostra que já ocorre uma flexibilização das leis, mas que ela ocorre em função dos interesses de uma minoria privilegiada.

Dessa forma, as leis ambientais acabam não servindo à sua proposta inicial de democratização, de abordar os recursos naturais como bens difusos para o acesso de todos aos benefícios do meio ambiente, dessa geração e das gerações futuras – distanciando, portanto, do ideal de desenvolvimento sustentável.

4. CAPÍTULO III – O TURISMO NA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ

4.1. A EVOLUÇÃO DO TURISMO EM UCs NO BRASIL

A atividade do turismo destacou-se no Brasil simultaneamente ao período de maior evidência do movimento ambiental. De acordo com Pires (1998:43), o turismo chega à sua plenitude no início dos anos 70, mesma época em que se iniciou o alarme sobre a destruição de áreas naturais e seus ecossistemas⁴³, o que provocou a discussão sobre a questão do meio ambiente em diversos organismos da sociedade. O primeiro marco do despertar para essa consciência ambiental, no mundo, foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, seguida pela formulação do Relatório de Brundtland, em 1976.

O primeiro documento legal formulado a nível federal para tratar de visitação em UC foi o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros (decreto n. 84.017/79), que definiu a restrição da visitação pública e a centralização da gestão no poder federal, sem comentar, porém, sobre a integração da unidade às comunidades existentes em seu entorno. Entre 1985 e 1994, ocorreram as primeiras medidas para ordenar o “turismo ecológico”. Principalmente a partir do ano de 1992, também, durante a onda de ecologismo surgida após a realização da ECO-92, surgem muitas organizações ambientalistas⁴⁴, em escala mundial, contribuindo, dentre outras ações, com o ecoturismo e a divulgação da problemática ambiental.

Em 1994, foram divulgadas as “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo”, estabelecendo o marco conceitual do ecoturismo, que deveria abranger a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do desenvolvimento sustentável. O texto se torna referência para outras iniciativas normativas no país, definindo ecoturismo, um termo novo para a época, como:

(...) um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas.

⁴³ Esse alarme foi evidenciado pela deterioração ambiental, exploração da madeira em diversas partes do mundo e divulgação de novas descobertas de plantas de florestas tropicais para fins medicinais.

⁴⁴ Como Organizações Não-Governamentais (ONGs), União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN), Fundo Mundial para a Natureza (WWF), Conservação da Natureza (CN) e Fundação de Conservação (FC).

A Conferência Mundial de Turismo Sustentável, realizada em 1995, comenta que o desenvolvimento turístico deverá ser “suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais” (Carta de Lanzarote, 1995). Esse encontro reforçou a filosofia de inclusão social na atividade do turismo, idéia também comentada por Boff em seu livro “a ética da sustentabilidade”, que ressalta que o desenvolvimento sustentável não pode ser excludente.

Em 1997, foi promovido pelo IBAMA – órgão responsável pela administração de UCs federais, que totalizam 288 unidades, correspondentes a 8% do território brasileiro (MMA, 2007) – o “Marco Conceitual das Unidades de Conservação Federais do Brasil”. Este documento definiu diferentes tipos de uso público para cada categoria de manejo e objetivou a articulação de uma visitação ordenada com a geração de benefícios locais – mostrando, dessa forma, o interesse da participação das comunidades locais nas atividades de ecoturismo, através da criação de mecanismos de utilização da mão-de-obra local, desenvolvimento das potencialidades das comunidades, apoio à criação de pequenas empresas de serviços ligados ao ecoturismo e incentivo à produção de artesanato. O documento aponta, também, a necessidade de se estabelecer o zoneamento nos planos de manejo e os centros de visitantes ou de vivência como espaços dispersores das atividades de uso público nas UCs.

O SNUC, promulgado no ano de 2000, também cita o turismo, pois inclui em suas metas “favorecer condições e promover a educação e a interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico”. Segundo esse sistema, a maior parte das categorias de UCs permitem a visitação pública, variando apenas as suas restrições. Através do SNUC, também, os órgãos responsáveis pela política do setor passam a formular programas para estruturar a visitação pública em UC, evitando, assim, que esta comprometa os objetivos de conservação.

A partir desse momento, a necessidade de planejamento, participação da comunidade local e regional nos benefícios econômicos desse mercado, de investimentos em capacitação e infra-estrutura e de controle e gestão adequados torna-se um fundamento para o turismo. Nos últimos dez anos, diversos fatores indicam um crescimento expressivo da visitação em áreas naturais no Brasil.

De acordo com a publicação Diretrizes para visitação em áreas de conservação (MMA, 2006), “este é um dos segmentos mais promissores do mercado do turismo, com um

crescimento estimado de 10% a 30% ao ano”. Uma síntese da visão atual do turismo ecológico pode ser encontrada nos programas em curso no país, como o Plano de Ação para a Estruturação e Promoção do Turismo nos Parques Nacionais e o Programa Nacional do Ecoturismo (MMA, 2007), que passa a ser motivado a se voltar para uma maior qualidade e responsabilidade ambiental, em relação à qualidade de vida da população local.

De acordo com Ruschmann (1997:111), os chamados turismos alternativos – também chamados ecoturismo, turismo verde, turismo rural ou turismo de aventura, dentre outras denominações – surgiram no sentido de perpetuação da atratividade dos recursos turísticos, já que esta é a base do desenvolvimento sustentável do turismo. Enquanto isso, Sachs (1993:37), um dos primeiros autores a utilizar o termo “ecodesenvolvimento”, defende que o turismo sustentável está fundamentado em princípios de sustentabilidade:

- **Sustentabilidade ecológica** – o desenvolvimento da atividade do turismo deve respeitar a capacidade de suporte⁴⁵ dos ecossistemas, provocando danos mínimos.
- **Sustentabilidade social** – objetiva a garantia dos direitos de cidadania.
- **Sustentabilidade cultural** – visa o respeito a identidade cultural e o modo de vida local, garantindo a participação dos habitantes em processos de decisão e na formulação e gestão de programas e planos de desenvolvimento turístico.
- **Sustentabilidade econômica** – tem como meta assegurar o crescimento econômico para as gerações atuais, juntamente com o manejo responsável dos recursos naturais que deverão satisfazer as necessidades das gerações futuras.
- **Sustentabilidade espacial** – objetiva a distribuição geográfica mais equilibrada dos assentamentos e infra-estruturas turísticas para a diminuição da destruição de ecossistemas frágeis e a deterioração da qualidade da experiência do turista.

Apesar de toda essa fundamentação teórica e do reconhecimento do planejamento e da importância da inclusão das comunidades como requisito para o desenvolvimento do turismo, percebem-se ainda muitas dificuldades na implementação de ações. Segundo citam as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994):

⁴⁵ Capacidade de suporte do ambiente é o número máximo de pessoas que determinado ambiente pode suportar, sem que haja comprometimento com a renovação dos recursos naturais.

O ecoturismo praticado no Brasil é uma atividade ainda desordenada, impulsionada, quase que exclusivamente, pela oportunidade mercadológica, deixando, a rigor, de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados e comprometendo, não raro, o conceito e a imagem do produto ecoturístico brasileiro nos mercados externo e interno.

Dessa forma, a atividade do turismo, se mal planejado e gerido, acaba danificando o ambiente natural – principal atrativo que o justifica. O desenvolvimento dessa atividade pode ocasionar mudanças na estrutura econômica, por vezes irreversíveis, na medida em que a comunidade torna-se dependente das divisas geradas por esta.

4.2. O CONFLITO ENTRE PROTEÇÃO AMBIENTAL E TURISMO NA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ

A Região de Visconde de Mauá também está localizada em área de proteção ambiental, e é um pólo receptor de turistas, dotado de vários atrativos naturais e culturais. Insere-se em uma Área de Proteção Ambiental, a APA da Serra da Mantiqueira, e nas proximidades do Parque Nacional do Itatiaia. Possui, entretanto, grande dificuldade política na implementação de políticas públicas e na aplicação das leis ambientais.

A afluência gradual de turistas ao local, em uma época aproximada à criação da APA da Mantiqueira, contribuiu para o surgimento de novos pontos de conflitos, debates e questionamentos, além de um crescimento urbano desordenado. A chegada do turismo contribuiu para mudanças sociais e ambientais na região, conforme mostrado a seguir (item 4.5), na medida em que exigiu a adaptação do lugar às demandas dos novos visitantes – processo que se deu de forma desordenada, sem contar com um planejamento coletivo.

O isolamento da Região, provocado pelo difícil acesso através da estrada e pela ausência de um transporte rodoviário de qualidade, e o fato de esta se situar em três municípios, ainda pulveriza as responsabilidades do poder público municipal e torna a região pouco assistida em serviços sociais e obras de melhoria de infra-estrutura. O poder público mostra-se pouco presente e a população pouco participa dos processos decisórios de gestão do ambiente, apesar da consciência ambiental dos moradores e de seu potencial crítico e questionador.

4.3. A REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ: APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Região de Visconde de Mauá (22°19'54S, 44°32'22W), tem cerca de 400 km² de área e altitude aproximada de 1.200 metros. Engloba a Microbacia do Alto Rio Preto, situada nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, separados pelo Rio Preto. Pertence, em sua porção fluminense, à Região do Médio Vale do Paraíba⁴⁶.

A Região se insere na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra da Mantiqueira, sob a supervisão do Governo Federal, sendo que uma parte da Região ainda se encontra dentro do Parque Nacional de Itatiaia (PNI). É repleta de rios, córregos, cascatas e cachoeiras de águas cristalinas, destacando-se pela abundância de água, que integra a Região ao Circuito das Águas da Serra da Mantiqueira, ao norte de SP e sul de MG e RJ.

Em ordem de chegada, seguindo a estrada Mauá-Maromba (RJ-151)⁴⁷, as vilas da região de Visconde de Mauá mais habitadas são a Vila de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba. Passando pela Vila de Mauá, a Estrada da Maromba dá acesso para as vilas de Maringá (distante cerca de 6 km de Mauá) e da Maromba (distante cerca de 3 km de Maringá) (www.viscondedemaua.com.br).

A primeira vila, a Vila de Visconde de Mauá (RJ), comumente chamada “Mauá”, tem um centro comercial expressivo, possuindo ainda uma farmácia, uma delegacia, um posto de saúde e um banco 24 h (Itaú). Maringá é o principal centro comercial da região de Visconde de Mauá, sendo também o local onde se concentram os restaurantes e bares, alguns com música ao vivo. Como é dividida pelo Rio Negro, fronteira de estado, tem uma parte no estado de Minas Gerais e outra no Rio de Janeiro.

A Vila da Maromba (RJ) é a menos urbanizada das 3 vilas, no entanto reserva as principais cachoeiras e piscinas naturais da região de Visconde de Mauá, tais como o Poço da Maromba e as cachoeiras Véu da Noiva e do Escorrega, esta última sendo formada pelo Rio Preto, que também forma o Poço da Maromba. Acima dessas duas cachoeiras, de diferentes afluentes, estão os limites do PNI.

⁴⁶ Composta administrativamente por dez municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda (Neves e Távora, 1992:27).

⁴⁷ Estrada paralela ao Rio Preto, que liga Mauá a Maromba, passando primeiramente por Maringá.

Ao lado da Vila da Maromba, a cerca de 400m, situa-se o Vale da Santa da Clara (MG), conhecido como um “berço das águas”, devido à presença de muitas nascentes e rios de águas cristalinas, que formam um afluente independente do Rio Preto. Nesse Vale, encontram-se as cachoeiras da Santa Clara, Toca da Raposa e Santuário – todas situadas em área do PNI.

Até 1989, a Região de Visconde de Mauá situava-se em apenas dois municípios (Resende e Bocaina de Minas). Em 1989, o Município de Itatiaia foi emancipado e desmembrado de Resende, e Itatiaia passou a incluir os Vilarejos de Maringá e Maromba, fazendo com que a região passasse a ser administrada por três municípios, fato que, conforme cita Franco (2007), “aumentou consideravelmente os problemas e a escassez de políticas públicas já enfrentadas pela Região de Visconde de Mauá”.

O critério utilizado para separar os dois municípios fluminenses foi o Rio Marimbondo. Dessa forma, pertencem ao Município de Itatiaia as vilas de Maringá (RJ), da Maromba, das Cruzes e do Pavão; ao Município de Resende, fazem parte a Vila de Visconde de Mauá, o Lote 10, o Vale da Grama, a Ponte dos Cachorros, o Campo Alegre e a Pedra Selada.

4.4. ASPECTOS DO TURISMO EM VISCONDE DE MAUÁ

Atualmente, na Região de Visconde de Mauá, o turismo é a principal atividade geradora de renda, sendo acompanhada, secundariamente, pela atividade agropecuária. A população local chega a dobrar na alta temporada e a estrutura para a hospedagem de turistas continua crescendo e empregando muitos moradores, que, além de serem donos de locais para a acomodação de turistas, trabalham também como pedreiros, jardineiros, comerciantes, recepcionistas e empregados domésticos, dentre outros.

Muitos perderam a tradição de cultivar hortas e, segundo palavras dos próprios moradores, “o que se quer mesmo é plantar uma sementinha de pousada, que dá mais rápido que rabanete”. Construir uma pousada é a grande ambição da maioria, pois garante dinheiro para todo o ano. Há um baixo índice de ocupação agrícola das terras, onde a produção é voltada quase exclusivamente para o abastecimento de hotéis, pousadas e restaurantes, ou para a venda de produtos para os veranistas e turistas.

Outra atividade econômica em destaque na região é a criação das trutas, que surgiu para atender à demanda turística, e a apicultura, que se intensificou com o turismo. É também expressiva a comercialização de queijos, fabricados em laticínios de propriedades de Minas Gerais, de alimentos artesanais, como licores, geléias e chocolates e de outros produtos artesanais, como roupas, bijuterias e tecelagem. Há também a oferta de serviços, como terapias alternativas (massagens, florais, *Heiki*), astrologia, esportes de aventura (canoagem, rapel, tirolesa, *rafting*), passeios a cavalo, aluguel de motos e fotos e filmagens.

A maioria dos estabelecimentos comerciais e de serviços para atender o turismo está localizada em Maromba e Maringá, dentre hotéis, pousadas, restaurantes e lojas de artesanato. As poucas lojas especializadas para o comércio local se encontram em Maringá, Maromba e Visconde de Mauá. De acordo com as localidades, pode-se observar a seguinte situação (Pesquisa Sócio-Econômico-Ambiental de 2005⁴⁸):

- Vilarejo de Maringá: a ocupação do solo caracteriza-se por residências fixas e de veraneio, pousadas e lojas.
- Vilarejo de Maromba: concentram-se residências de menor porte, pousadas e pequenos estabelecimentos comerciais. De acordo com a Pesquisa Sócio Econômico-Ambiental de 2005, cerca de 70% dos domicílios possui até 500 m² de terreno e cerca de 20% possui entre 500 e 1000 m².
- Vale da Grama: prevalecem fazendas e casas de veraneio.
- Vales do Pavão e das Cruzes: prevalecem residências fixas e de veraneio, e algumas pousadas e fazendas.
- Vila de Mauá: ocupação caracterizada por residências e estabelecimentos comerciais, um núcleo urbano no lote 10, além de algumas pousadas.

Dentre os atrativos naturais da Região de Visconde de Mauá, destacam-se as trilhas ecológicas, cachoeiras, poções, rios, montanhas de onde se pode ter a vista dos vales e da vegetação local. O Rio Preto, que nasce no Pico das Agulhas Negras e possui 200 Km de extensão, é uma das principais atrações locais, fazendo a divisa natural entre os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

⁴⁸ Realizada pela ONG Crescente Fértil, dentro do Programa de Gestão da Microbacia do Alto Rio Preto. Foram analisados 50 propriedades domiciliares.

São exemplos de atrativos a Cachoeira do Escorrega, o Poção da Maromba (com 10m de altura e piscina natural) e várias outras piscinas naturais – todos formados pelo Rio Preto. São ainda considerados atrativos turísticos da região:

- Cachoeira da Santa Clara, Toca da Raposa e Cachoeira do Santuário
- Cachoeira e Corredeiras do Alcantilado
- Cachoeira do Véu da Noiva, no Córrego da Maromba
- Cachoeira das Cruzes (Vale das Cruzes), com piscina natural
- Cachoeira e Poção do Marimbondo (Vale do Marimbondo)
- Pico da Pedra Selada, em Campo Alegre (Resende-RJ)

Além de riquezas naturais, a Região de Visconde de Mauá também possui riquezas culturais. De acordo com G., um comerciante do Escorrega, “o turista não quer estrada, ele vem por causa da música no barzinho, da feira de artesanato, das festas, da cultura. Isso faz ele voltar.” Porém, nem todos os turistas têm esse contato com a cultura, por não perceber, ou por não saber que existe, devido à falta de divulgação desses atrativos, que apenas acontece em jornais locais, visto que o chamariz maior continua sendo a natureza.

Ruschmann (1997:50) afirma que a cultura é uma das principais motivações turísticas. Segundo o autor, dentre os principais elementos culturais que motivam a visita às destinações turísticas estão: artesanato, tradições, idioma, gastronomia, artes cênicas e plásticas, música erudita e popular, história regional, arquitetura, manifestações religiosas, vestuário e atividades de lazer.

Alguns pontos que podem ser considerados atrativos culturais e históricos da região são: a Igreja São Sebastião (criada em 1912), o Centro Cultural Visconde de Mauá (na “Aldeia dos Imigrantes”), o Atelier Jorge Brito (descendente dos índios puris, que trabalha esculturas e utilitários em troncos e raízes de árvores) – na Vila de Mauá. Em Maringá (MG), há o Museu Büller, fundado pela família de mesmo nome (uma tradicional família alemã da época da imigração), que conta a história da Região de Visconde de Mauá, com principal enfoque à época da imigração. No Alcantilado-MG, há também o Museu Duas Rodas.

Um evento tradicional da região, que acontece pelo menos desde a década de 80, são as feiras de artesanato, principalmente aos finais de semana, nas proximidades da Cachoeira do Escorrega. Os artesãos de banca, moradores da região, também expõem em locais próximos a outros atrativos naturais, como o Poção da Maromba, a Cachoeira da Santa Clara e o centro de Maringá (RJ). Existem também lojas de artesanato, que se concentram nos vilarejos de Maromba e Maringá, ocorrendo também na Vila de Mauá.

Em relação ao entretenimento, há *shows* música ao vivo nos bares e restaurantes da Praça do Escorrega e na Praça da Maromba, principalmente nos finais de semana, e em Maringá, em horários e dias variados. O Vilarejo de Maringá é ainda considerado um pólo gastronômico, oferecendo inclusive o “Concurso Gastronômico” no mês de maio, com pratos feitos a base de pinhão, e acontecendo próximo à Festa do Pinhão, na Vila de Visconde de Mauá – este último evento sendo aberto ao público. Outras festas e comemorações típicas, que acontecem todo o ano, apesar de serem ainda pouco divulgadas são mostradas a seguir:

- Folia de Reis, no Dia de Reis (6 de janeiro), comemorada no Lote 10.
- Campeonato de Surfe no Escorrega, no mês de janeiro, desde o ano de 2004.
- Festas juninas: Santo Antônio, São Pedro, São João, em junho e julho, com quadrilhas, fogueiras e quentão e comidas típicas.

Esses atrativos culturais, entretanto, nem sempre são visíveis, pois muitas vezes o contato do turista com a região é ainda superficial, e só se conhece o que vem em pacotes turísticos. Para Ruschmann (1997:46), “o interesse pela cultura da população visitada é muito fraco, e pode-se dizer que o contato do visitante com as pessoas, com seus costumes e hábitos, é periférico e externa-se na compra de *souvenir*.” Por isso, é importante um reconhecimento da cultura por parte dos próprios habitantes, além da divulgação e de estímulos das prefeituras, para que as diferenças culturais possam ser utilizadas como um dos principais estimulantes do turismo.

Uma pesquisa foi realizada nas localidades de Maringá, Maromba e Visconde de Mauá em novembro de 2006⁴⁹, com o objetivo de caracterizar o perfil do turista que visita a Região de Visconde de Mauá. A partir dos dados estatísticos obtidos, podem ser comentados alguns dados, descritos a seguir:

⁴⁹ Pesquisa organizada pelo Instituto Idéias (RJ), a pedido do Sebrae e o CONRETUR - Conselho Regional de Turismo da Região das Agulhas Negras (que abrange os municípios de Resende, Itatiaia, Quatis e Porto Real). Cedida pela Secretaria de Turismo do Município de Resende (RJ).

- A respeito das informações turísticas, dos visitantes entrevistados nas três localidades, 33% a 53% consideram ótimas, enquanto de 28% a 33% consideram-nas ruins. Esses últimos dados se confirmam em relação à pergunta sobre as informações do potencial turístico da região, na qual mais de 40% dos turistas das três localidades responderam que ficaram sabendo por meio de amigos e parentes. As demais formas secundárias são revistas, internet e guias de viagens.

Essa falha na divulgação turística do lugar também foi evidente no trabalho de Mussato (2002:80), pois, em sua pesquisa, mais da metade dos entrevistados que visitavam a Região de Visconde de Mauá pela primeira vez não possuía expectativa sobre o que encontrar, não explicitando o motivo de sua viagem.

- Sobre a sinalização turística 41% a 81% dos turistas entrevistados nas três localidades avaliam como boa, e outros 6% a 31% avaliam como ruim.
- Em relação ao local de origem do turista, os questionários aplicados nas três localidades apontam que, basicamente na mesma proporção, os turistas são oriundos dos estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, e quase que exclusivamente são provenientes desses dois estados.
- Em relação aos acompanhantes de viagem, cerca de 60% e 70% dos turistas, em Visconde de Mauá e Maringá, viajam em família e os demais viajam com amigos e namorados (as). Em Maromba, 40% e 34% dos turistas entrevistados viajam com amigos e namorados (as), respectivamente, e somente 22% dos entrevistados viajam com a família.
- Em relação ao grau de escolaridade e à situação financeira, entre 60% e 80% os turistas entrevistados das três localidades possuem o nível superior, e cerca de 70% a 84% dos turistas entrevistados possuem renda estabelecida em torno de 6 salários mínimos. Esse dado confirma o que muitos moradores já haviam percebido e comentado, em relação à seleção de um perfil geral de visitantes, de boa consciência ambiental e algumas vezes até possuindo amizade com os moradores (“vem quem tem amor pelo lugar”) e/ou de alto poder aquisitivo, em função das más condições da estrada (“quem tem um carrão”)⁵⁰.

⁵⁰ Segundo essa idéia, uma estrada ruim implicaria na condição de se ter um “carrão”, para enfrentar os buracos e as demais adversidades, ou de valorizar a “beleza” cênica e a natureza do lugar. Os ônibus necessários para chegar à Região de Visconde de Mauá são escassos e a passagem é considerada cara pela maioria dos turistas. Essa idéia pode também ser observada quando os moradores e turistas alegam que o asfaltamento vai trazer “a farofada” para a região, ou seja, pessoas de baixo poder aquisitivo e pouca consciência ambiental.

Foi também observado por Mussato (2002:80) que 74% dos turistas entrevistados já haviam estado na região anteriormente – demonstrando a mesma concepção dos moradores, de que vem visitar a região quem tem certa estima pela sua paisagem e/ou afeição aos moradores.

- Sobre o meio de transporte utilizado pelos turistas em Visconde de Mauá e Maringá, mais de 80% deles utilizam carro próprio e os demais utilizam carona ou veículo fretado. Em Maromba, 44% dos turistas utilizam carro próprio, outros 34% dos turistas utilizam ônibus de linha e 22% utilizam carro de amigos. Quanto à opinião sobre o transporte, 66% a 84% dos turistas entrevistados nas três localidades não responderam – o que mais uma vez demonstra que uma minoria de turistas vai para a região de ônibus.
- Das respostas dos turistas das três localidades, entre 9% e 66% indicam a necessidade da conservação das estradas como um elemento para contribuir para tornar a região mais atrativa. Essa afirmativa aparece novamente com a avaliação sobre o que menos gostaram, pois, entre diversas opções, 25% a 66% dos turistas entrevistados, nas três localidades, consideram as estradas o item que menos gostou.

Na pesquisa levantada por Mussato, a maioria dos turistas mostrou-se satisfeita com os atrativos da região⁵¹. Os problemas ambientais da região pouco são percebidos ou não se constituem como o motivo principal de preocupação, principalmente para os turistas que estão na região pela primeira vez.

- Enquanto isso, quando perguntados sobre o item que mais gostou na região, de 32% a 53% dos turistas nas três localidades consideram o item natureza – o que pode também ser verificado na pergunta sobre o motivo da viagem, em que mais de 70% dos entrevistados declaram que o motivo era descanso, lazer e a prática de atividades com a natureza.
- Entre 67% e 87% turistas entrevistados avaliam o ambiente como tranquilo, confirmando a atração que a região apresenta para o descanso e para “repor as energias”, conforme alguns turistas enfatizam. Cerca de 60% a 72% dos entrevistados responderam que consideram o clima ótimo.

⁵¹ Embora muitos turistas percebam a degradação ambiental e a falta de infra-estrutura do lugar, estes fatores parecem não os incomodar tanto quanto aos moradores, e não chegam a impedir as visitas à região.

- Na pesquisa de opinião sobre os atrativos naturais, entre 70% e 100% dos entrevistados das três localidades avaliam como ótimo, dados que confirmam novamente que as “belezas naturais” são os principais atrativos da região.
- Quanto à hospitalidade, 90% a 100% dos turistas responderam que consideram entre bom e ótimo – o que pode também revelar esta como um fator favorável ao turismo da região. Sobre as estruturas como hotéis, pousadas e restaurantes, cerca de 80% a 90% dos turistas dos três vilarejos avaliam os restaurantes como bom e ótimo; 40% a 80% dos turistas entrevistados nas três localidades avaliam os hotéis e pousadas como bom e ótimo.
- Dos turistas entrevistados nas três localidades, 40% a 67% avaliam o artesanato vendido e produzido na região entre bom e ótimo – o que constitui esse item como um potencial a ser explorado como atrativo cultural da região. As respostas dos turistas entre 44% a 52% consideram o comércio geral bom, e de 9% a 28% turistas entrevistados o consideram ruim, indicando que o comércio da região ainda precisa ser melhorado.

4.5. AS MUDANÇAS SOCIAIS

A Região de Visconde de Mauá passou por diversos ciclos econômicos e possuiu habitantes de diversas origens ao longo de sua história, conforme apresentado no Capítulo I deste trabalho. A atividade do turismo, entretanto, destaca-se, por levar para a região um enorme contingente de pessoas, que chega a dobrar a população habitante em altas temporadas.

Em relação às mudanças sociais, o principal impacto citado pelos moradores da Região de Visconde de Mauá, em entrevistas, foi o aumento da violência e do acesso às drogas. Esse fato também foi observado por Mussato (2002: 60), pois em relação à sua pergunta sobre o principal malefício trazido pelos turistas, os moradores elegeram “violência” (11%), “mau exemplo” (5%), “tumulto” (4%) e “drogas” (4%) – ainda que compreendam a importância do turismo para a sua sobrevivência econômica⁵², visto que “à medida que os recursos financeiros são oriundos do turismo, os moradores não podem permitir o seu declínio, pois seria o caos para a população menos abastada” (Idem, p.65).

⁵² Nessa parte da entrevista, apenas 5% dos moradores entrevistados respondeu que o turismo não traz malefícios, reforçando a idéia de que, para a população residente, o turismo transfigura-se como um “mal necessário”, comentada anteriormente por Helena Catão (2004:72).

Muitos reclamam que, com o aumento do turismo, a região “vai perdendo os seus valores”, o que na verdade pode-se dizer que se constitui em uma mudança de valores. Algumas famílias comentam sobre a tendência dos jovens de imitar os turistas, mesmo que nem sempre possuam condições financeiras para isso.

Apesar de o crescimento do turismo ter trazido novas oportunidades de emprego, algumas professoras mostraram-se preocupadas com o destino dos jovens, por acreditarem que a pouca perspectiva de futuro⁵³ e a pouca oferta de atividades de lazer, contribua para o envolvimento com as drogas desde cedo, em alguns casos. A professora entrevistada V. disse, ainda, que esse quadro pode ser amenizado “quando tem a orientação certa dos pais”. A violência foi também citada como um fator preocupante em algumas entrevistas com os moradores, sendo que alguns a relacionavam com o maior acesso e uso de drogas.

Embora a região já possua um grande número de migrantes vindos das cidades, o contato com o turismo pode contribuir para a incorporação de uma lógica de mercado que antes não se mostrava de uma forma tão expressiva. Os moradores mais antigos comentam que, antigamente, havia mais solidariedade entre os vizinhos, e alguns turistas comentam que as coisas eram mais baratas, inclusive nos mercadinhos. Em diversas entrevistas, houve reclamações sobre o aumento da busca por maiores lucros (o “Olho Grande”) entre os comerciantes e empresários, e o conseqüente aumento da concorrência entre eles. Tal fato pode ser comprovado quando se observa que a região praticamente perdeu a sua tradição rural de plantar, e os moradores raramente possuem horta dentro de casa, preferindo investir na construção de acomodações para hospedar os turistas – construções muitas vezes feitas às pressas, sem um planejamento.

Apesar disso, alguns jovens entrevistados mostraram-se satisfeitos com o estilo de vida que levam, do contato com a natureza e da tranquilidade que se tem no lugar. Comentam que acham a vida da cidade uma “paranóia”, e que percebem que, na cidade, as pessoas funcionam em “outro ritmo”. Mesmo alguns moradores que saem da região, em busca de estudos ou de trabalho, costumam voltar para rever o lugar. Conforme relatou uma moradora, “a montanha tem disso mesmo, ela sempre deixa saudade”. Com a vinda do turismo, os antigos moradores passam a ter mais acesso a coisas materiais antes apenas imaginárias, e, além disso, eles declaram que a situação econômica mudou e aumentou o acesso a gêneros alimentícios.

⁵³ Em entrevistas, foi apontada uma expectativa reduzida de futuro para os jovens, tanto em relação aos estudos, pois não há graduação, quanto em relação aos empregos, pois não há preparo suficiente para outras opções de emprego, que acabam se limitando às atividades relacionadas ao turismo – ligadas ao comércio e à prestação de serviços.

4.6. AS MUDANÇAS AMBIENTAIS

As mudanças no meio ambiente físico da Região de Visconde de Mauá são avaliadas como relacionadas à atividade turística local, pois, conforme cita Mussato (2002:91), a demanda provocada pelo turista provoca a transformação do lugar e ainda agrava os impactos históricos da região, decorrentes da própria condução da história e da política da região, no caso marcada por falta de planejamento, infra-estrutura e organização da ocupação do espaço. Foram percebidas durante os trabalhos de campo e apontadas pela comunidade, e serão descritas a seguir.

4.6.1. Mudanças na cobertura vegetal

Segundo os relatos de alguns moradores, o problema do desmatamento diminuiu a partir da década de 80, com a maior atuação do IBAMA na área, o aumento do turismo e a conseqüente diminuição das áreas de pasto, por deslocamento da atividade produtiva.

A retirada da vegetação da região, entretanto, continua acontecendo, seja por causa das queimadas em atividades agropecuárias, da construção de imóveis ou para a abertura de trilhas⁵⁴ e a expansão de áreas de lazer e de estacionamento. Provoca impactos, por vezes irreversíveis, como a diminuição da fertilidade e a erosão dos solos, o deslizamento de encostas, o assoreamento dos rios e a diminuição da biodiversidade das matas.

4.6.2. Criação de Animais

O cultivo de peixes exóticos acaba extinguindo os peixes nativos, por competição. Algumas trutas, criadas na região também como forma de entretenimento, para serem usadas em “pesque-pague”, fogem dos cativeiros e caem nos rios. Além disso, esse tipo de criação gera resíduos e colabora para a poluição dos rios, devido à elevação da matéria orgânica pelo lançamento da ração na água. Já a pecuária bovina causa o pisoteio e a degradação de solos, enquanto a criação de porcos gera uma grande quantidade de resíduos. De acordo com Costa (2003:64), o pisoteio dos campos de altitude pelo gado introduz as sementes de braquiária (*Brachiaria decumbens*) nas fezes, o que provoca o alastramento desse capim exótico pelo território e a conseqüente redução drástica da biodiversidade.

⁵⁴ Os moradores mais antigos comentam que, antigamente, não havia estrada da Praça da Maromba até a Cachoeira do Escorrega, e sim apenas uma trilha, de mata fechada. As trilhas estão cada vez mais abertas.

Outro problema relacionado à presença de animais no ambiente é a ocorrência de cachorros e de cavalos nas ruas, que podem ser vetores de doenças, oferecem riscos aos motoristas e ainda espalham o lixo, quando rasgam os sacos plásticos das lixeiras das ruas.

4.6.3. Aumento da poluição dos rios

*Pra que o rio continue vivo/ pros peixes poder sobreviver
É preciso uma voz ativa/ protegendo 'água de beber'
Pra que o rio continue limpo/ desde já temos que defender
Pra que os filhos dos nossos filhos/ esse rio possam vir conhecer*

*É preciso amar de verdade/ esse rio pra ele sempre viver
Que ele é o mais antigo morador/ esse rio que é pra mim, pra você
Mergulhar, mergulhar, mergulhar*

*Pra que os rios continuem vivos/ muita água vai ter que rolar
No Brasil muitos rios tão poluídos/ esses rios que deságuam no mar
É preciso cuidar das nascentes/ muitas árvores têm que plantar
No planeta tá faltando água/ quero ver quando a seca chegar
Mergulhar, mergulhar, mergulhar.
(música "Rio Vivo", de Robson Jardel, morador de Campo Alegre)*

De uma forma geral, a maioria das casas e hotéis/pousadas não apresenta fossa séptica, e joga o esgoto diretamente nos rios, *in natura*, o que é considerado um fator extremamente grave para a degradação dos rios e a contaminação do solo e do lençol freático – gerando danos também para a população residente, que pode ainda sofrer a contaminação de doenças. Conforme cita Mussato (2002:59), “o caso mais preocupante é o Vilarejo da Maromba, que não possui saneamento básico e uma grande quantidade de esgoto é lançada todos os dias no Rio Preto”. Os estabelecimentos comerciais também lançam bastantes dutos no Rio Preto, de onde saem águas turvas, de aspecto gorduroso e muitas vezes escuro.

De acordo com relatos de um funcionário do IBAMA, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (RJ) - FEEMA realizou a análise das águas do Rio Preto em 1991, e afixou placas sobre as condições impróprias de banho em diversos trechos desse rio, como no Lote 10, mas que as placas foram retiradas do local, não houve mais visitas da FEEMA e o esgoto ainda continua sendo lançado no rio. Esse órgão apenas esteve presente na fase de implementação do Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto, “desaparecendo” nas demais reuniões. Ainda podem se observar turistas mal informados tomando banho em trechos do Vilarejo de Maringá, considerados impróprios por receberem todo o esgoto doméstico do Vilarejo de Maromba.

No ano de 2005, realizou-se novamente a análise da água do Rio Preto, solicitada pela SEMA de Resende e avaliada pela Esamur – Empresa de Saneamento do Município de Resende S/A (informações cedidas pelo Museu Büller, Maringá-MG). Os resultados mostraram “alto nível de poluição encontrado entre Maringá até depois do Lote 10, só recuperando melhores condições ao chegar na Ponte dos Cachorros”, sendo que as amostras coletadas indicavam 37200 NMP coliformes fecais/100 mL de água, no Rio Preto, na altura do Lote 10 (água imprópria para o banho) e 460 NPM coliformes fecais/100 mL no mesmo rio, na altura da Ponte dos Cachorros – mostrando a água menos poluída, já balneável. Já o Rio Marimbondo, que divide os Vilarejos de Mauá (Município de Resende) e Maringá e Maromba (Município de Itatiaia), mostrou-se pouco poluído na altura da Ponte Mauá-Maromba, apresentando 9,1 NMP coliformes fecais/100 mL.

4.6.4. Aumento da produção de resíduos sólidos (lixo)

A Região não conta com a coleta regular de lixo, e há carência de latões de lixos nas vias públicas, além de ocorrerem vazamentos de lixo para os rios, pois muitas cestas de depósitos das casas ficam nas margens dos rios. Segundo Franco (2007), “o problema do lixo urbano ainda não foi resolvido de forma sustentável, apesar da consciência ambiental dos moradores”. Na Região de Visconde de Mauá, a produção de lixo por semana chega a aumentar mais que o dobro durante os feriados, conforme se pode ver na tabela a seguir:

Tabela 3: Produção de lixo nas diversas localidades de Visconde de Mauá

Município	Localidades abrangidas	Lixo produzido
Bocaina de Minas (MG)	Santa Clara, Maringá (MG), Ponte da Gávea, Alcantilado de Cima, Barreira, Alcantilado de Baixo e Ponte dos Cachorros.	- 2 ton. (semana normal) - 4,5 ton. (feriado)
Resende (RJ)	Gramma, Visconde de Mauá, Lote 10	- 5 ton. (semana normal) - 10 ton. (feriado)
Itatiaia (RJ)	Alto da Maromba, Maromba, Maringá (RJ), Cruzes, Pavão, loteamento do Posto de Gasolina	- 13 ton. (semana normal) - 19 ton. (feriado)
TOTAL	----	Semanal: 14 - 20,5 ton. Anual: 728 – 1.066 ton.

Fonte: Adaptado de Pesquisa Sócio Econômico-Ambiental de 2005

Em dezembro de 2007, ainda, alguns moradores apontaram que algumas prefeituras não estavam realizando o pagamento do coletor de lixo há meses, um problema solucionado a partir da união dos comerciantes da região. Durante os finais de semana, com o maior movimento de turistas, aumenta o volume de lixo produzido nos vilarejos, e observa-se uma grande quantidade de lixo exposta nas ruas, aguardando a coleta que costuma ser realizada duas vezes na semana.

Como esse lixo não é condicionado em recipientes e em locais adequados, enquanto não chega a coleta, o lixo fica desprotegido de animais e de vetores de doenças, além de ser lavado e mesmo carregado pela água da chuva até os córregos mais próximos e de ser visivelmente impactante para os moradores e turistas. Não existem lixeiras na região, apenas algumas pequenas latas improvisadas, colocadas por estudantes das escolas com mensagens de conservação, na beira das estradas e em locais turísticos, como cachoeiras. No entanto, como muitas vezes essas latas continuam cheias, sem um recolhimento periódico do lixo, os moradores relatam que ocorre de algumas dessas latas serem retiradas.

4.6.5. Aumento do fluxo de carros

O aumento do fluxo de carros foi diagnosticado na Pesquisa Sócio Econômico-Ambiental de 2005, e pode ser verificado de forma evidente pelos visitantes. A enorme quantidade de carros e motos circulando nas vias de acesso às cachoeiras, nas altas temporadas, por vezes, chega a provocar engarrafamentos e a falta de lugares para estacionar nos locais mais freqüentados – nas cachoeiras, de dia, e na praça, durante a noite.

Segundo Franco (2007:91), “A concentração de turistas de classe media gera problemas de trânsito e estacionamento, principalmente em Maringá, o que é agravado por uma sinalização viária insuficiente e sem padronização adequada.” Além do transtorno para a caminhada dos moradores, o desordenamento dos veículos ainda causa excesso de fumaça e de barulho. Acrescido a esse problema, ocorre pouca manutenção das vias de acesso a pontos turísticos, devido à distância da Região às capitais de seus três municípios, e a falta de sinalização por meio de placas.

4.6.6. Cobrança de entrada nas cachoeiras

Através de entrevistas, percebeu-se que alguns visitantes mostram-se insatisfeitos com a taxa de entrada cobrada em algumas cachoeiras. Segundo os mesmos, os responsáveis pela cobrança, donos dos terrenos, justificam-na pela manutenção da trilha. Isso ocorre quando o acesso se dá em um terreno de propriedade particular, mesmo que esta propriedade esteja localizada em área de Parque. Em Pirinópolis (GO), a cobrança também é feita para garantir a limpeza da área da cachoeira, pois muitas vezes os turistas deixam resíduos e lixo no entorno.

4.6.7. Obras irregulares

A especulação imobiliária foi gerada pela venda de loteamentos de fazendeiros – que diminuíram a atividade da pecuária leiteira – e pessoas de baixa renda – que herdaram o terreno da família e passam a viver em terrenos ainda menores. Muitos moradores se desfazem da sua propriedade em troca de um valor muito baixo, e terminam sem dinheiro ou moradia, estimulados pela demanda de terras para a construção de infra-estrutura para o turismo e para os novos moradores ou veranistas vindos das grandes cidades.

Conforme trata o Relatório Mantiqueira⁵⁵, algumas propriedades à margem do Rio Preto foram divididas em lotes de até 70 m² (enquanto o lote mínimo é de 3 ha), o que fez com que a mata ciliar fosse devastada e substituída por pousadas e casas de veraneio, que ainda lançam os seus esgotos diretamente nos rios. De acordo com o mesmo relatório, as escrituras têm sido mantidas em co-propriedade para burlar a regulamentação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, apesar de o loteamento ser tomado como uma prática disseminada e lucrativa, sendo o alvo do investimento das imobiliárias:

As imobiliárias investem em folhetos coloridos, ilustrados com maquetes de lotes minúsculos à beira-rio. Os lotes de melhor padrão comumente ocupam as baixadas agricultáveis, enquanto, nos lugares mais valorizados, loteiam-se até barrancos íngremes, áreas de preservação permanente pelo Código Florestal.

Alguns moradores relatam-se preocupados com o aumento do contingente populacional que a especulação imobiliária pode trazer, e que pode ainda piorar com a vinda do asfalto: “– Aqui só é permitida a venda de terrenos com no mínimo 20 mil m², e já vi terreno sendo vendido com 1 mil m², com o asfalto vai piorar, vai vir mais gente.” Segundo Mussato (2002:62), os terrenos com tamanho inferior a 20 mil m² são avaliados ilegais e não podem ter escritura. Aliado a isso, a Região de Visconde de Mauá é considerada agrícola, não podendo então obter a aplicabilidade de um Plano de Manejo, pois os terrenos dos vilarejos são propriedades rurais. As pequenas construções que existem atualmente servem de moradia, acomodação de hóspedes e/ou lojas de comércio.

⁵⁵ Publicado em 1991 por iniciativa da Fedapam e o apoio da WWF e da Fundação S.O.S. Mata Atlântica, objetivando diagnosticar os principais impactos ambientais negativos da Serra da Mantiqueira.

Algumas pessoas relataram estar preocupadas com a renovação dos recursos naturais, com um possível crescimento da comunidade: “com tanta gente assim, vai acabar com os rios de vez” (morador do Lote 10, referindo-se à especulação imobiliária). O artigo 5º do Decreto 91.304/85, que criou a APA da Serra da Mantiqueira, onde a região se insere, proíbe a realização de obras de terraplanagem e o exercício de atividades que possam provocar a erosão e o assoreamento dos corpos hídricos. Apesar disso, essa legislação é desconhecida ou ignorada por moradores, pequenos empreiteiros e autoridades municipais, que realizam transgressões na realização de obras, como construções em morros com inclinação superior a 45º (em alguns casos, a inclinação chega a cerca de 70º), o desrespeito à faixa de 15 metros das margens de cursos d’água e o desmatamento.

A construção de casas na beira dos rios é uma prática tão comum que, no Lote 10, em Visconde de Mauá, foi preciso erguer um pequeno muro de contenção nas margens do córrego do Rio Preto, para impedir a invasão das águas nas casas, em épocas das enchentes. As enchentes são fenômenos que ocorrem na época de verão, quando o regime de chuvas se intensifica e aumenta o nível dos rios. Por vezes, chega a ocorrer de forma drástica, como a grande enchente de 1966 (responsável pela atual formação da Cachoeira do Escorrega), lembrada com assombro pela população mais antiga, por ter causado a morte de 19 pessoas, e a grande enchente de 1978.

Para Mussato (2002:49), a irresponsabilidade acompanha a organização e a ocupação do espaço, em Visconde de Mauá:

Na fronteira fluminense, novos e pequenos terrenos continuam surgindo rapidamente com construções mal acabadas, em encostas íngremes, com inclinação superior a 45º, em sopés de morros ou às margens de rios, assemelhando-se à fisionomia de favelas.

De acordo com a mesma autora, na fronteira do Vilarajo Maringá mineiro, prevalecem terrenos com o mesmo “sistema arbitrário de ocupação criminosa”, embora nesse local os terrenos sejam maiores. Apesar disso, muitos moradores relatam que fazem denúncia ao IBAMA em relação à realização de construções na beira de rios, mas muitas vezes “não adianta de nada”. Um exemplo bem claro disso é uma construção irregular às margens do Rio Preto, no Vilarajo de Maringá mineiro, que foi embargada pela Prefeitura de Bocaina de Minas e apareceu no Jornal do Brasil em 26/06/1991 (*apud* Mussato, 2002:50), mas que atualmente está em expansão, sem a tomada das devidas providências.

4.7. A PERCEPÇÃO DO TURISMO NA REGIÃO – ALGUNS DEPOIMENTOS

4.7.1. Hélio e o “turismo de beleza”

Hélio é dono de um restaurante em Maromba, de onde tira a sua principal fonte de renda há mais de 10 anos. Já foi funcionário público, e mora hoje na Região de Visconde de Mauá. Saiu do Rio de Janeiro há mais de 20 anos, em busca de uma vida “sem compromisso social” e “sem precisar de manter o *status*”. Afirma que o principal atrativo de Mauá é a paisagem natural, ou seja, o “turismo de beleza”:

– Aqui é uma área com estrutura simplesmente natureza: ar puro, água limpa, paisagem, um ambiente que tem um turismo ecológico, diferenciado de uma área de turismo urbano.

Seguindo essa idéia, posiciona-se contra o asfaltamento da região, porque acredita que o turismo não precisou dessa medida para acontecer, e por isso, ela é desnecessária:

– Quando Mauá passou de região ‘rural’ (com o gado leiteiro como principal atividade econômica) para ‘turística’, a região não exigiu do frequentador um calçamento imediato, ofereceu ecologia.

De acordo com Hélio, o asfaltamento pode trazer benefícios imediatos para a hotelaria, para os donos de pousadas, e até mesmo para a população, pois, hoje “muitos têm um quartinho para alugar, e sobram leitos vazios em Mauá”. No entanto, ele acredita que “o asfalto traz prejuízos para o ambiente, o que acaba prejudicando o turismo, porque o turismo depende da beleza (conservação ambiental)”, uma contradição bastante evidente.

Acredita também ser desnecessária a construção de estruturas luxuosas: “para Mauá, é mais importante oferecer ao turista boas condições ambientais que estrutura de hotelaria (ofurô, lareira, massagens)”. Essa opinião também foi mostrada pela maioria dos moradores e mesmo dos turistas entrevistados. Apesar de haver alguns turistas que procuram estruturas luxuosas em Visconde de Mauá, essa não se mostra o principal atrativo da região, conforme visto anteriormente (ver item 4.4).

4.7.2. Leônidas e o “turismo de alto padrão”

Leônidas é dono de pousada e diz possuir as “exigências ambientais” em dia: “– Eu construí a fossa lá da pousada sozinho, com o meu próprio dinheiro e sacrifício, deixei de trocar o carro nesse ano”. Diferentemente do comerciante anterior, acredita que o asfalto só vai trazer benefícios para a região, pois “a solução nunca é isolar, é sempre integrar com o

mundo (...), os recursos (financeiros) que chegarem vão fazer Mauá crescer”. Justifica essa colocação dizendo ter viajado para diversos países da Europa, e que encontrou boas estradas em locais de natureza preservada:

– Os lugares onde a natureza estava mais exuberante eram as regiões mais ricas, era um investimento que o pessoal fazia, e o lugar se recuperava mesmo após muitas guerras, onde estava tudo detonado. Já as regiões mais pobres tinham a natureza depredada.

Leônidas veio de outro estado, conheceu Mauá em uma viagem há cerca de 20 anos atrás, e pouco tempo depois voltou a Mauá, “já voltei instalando uma pousada”. Acredita que o crescimento do turismo foi positivo para o lugar:

– Posso te dizer com toda a certeza que o turismo só contribuiu para a natureza de Mauá (...). Antigamente, era tudo desmatado, não tinha tantos animais e passarinhos. Era tudo pasto.

De acordo com a sua opinião, a Região de Visconde de Mauá vem sofrendo um processo de pauperização, dizendo ainda que “a pobreza e a alienação (da comunidade) é o que detona o lugar”. Justifica a sua fala, explicando:

– Sem recursos, o povo vai dividindo as terras em partes cada vez menores, e vendendo essas terras por um preço mais baixo, e isso é irreversível. Ou então vão construindo um monte de quatinhos, que alugam barato para os turistas.

Segundo esse morador e empresário, o asfalto irá contribuir para a diminuição dessa divisão de terrenos porque tornará a Região de Visconde de Mauá mais acessível aos turistas e veranistas, que poderão vir mais vezes e, assim, ter o seu sítio, em uma área de terreno maior, para passar o fim de semana. Além disso, acredita que a melhoria das estradas de acesso irá provocar a valorização dos leitos a serem alugados, pois será beneficiado o “turismo de alto padrão”:

– O dono aumenta o preço da estadia pra não ter que construir mais quatinho, isso é lógico.

Leônidas considera que, na região, a maior parte do turismo já pode ser considerada de “alto padrão”, e que a “molecada” já não vai mais para Mauá faz um tempo, porque acaba saindo caro para eles, relacionando-se aos gastos com o transporte. De acordo com a sua percepção:

– Vem mais casal, com carrão, de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Apesar desse “turismo de alto padrão”, entretanto, avalia que nem sempre há uma preocupação com o meio ambiente por parte dos empresários:

– As pousadas que têm hoje em Mauá são construídas sem planejamento, a maioria não tem tratamento de esgoto.

E diz ainda haver pouca união entre o setor de empresários:

– Devia juntar todos os que se interessam em colocar fossa, ir na prefeitura e pedir um financiamento pra construção (...), mas não, ficam todos de braços cruzados esperando que a prefeitura faça tudo.

A questão da participação parece sempre estar atrelada aos problemas ambientais e sociais da região, aparecendo com frequência no discurso dos entrevistados.

4.7.3. Rômulo, e a Maromba que “morreu”

Rômulo é morador da Maromba e tem uma loja. Reclama que, nem mesmo nos finais de semana, acontece “alguma coisa”, e que “a Maromba morreu”. Diz que os moradores da Maromba precisam de cultura e lazer, principalmente os jovens, mas que “aqui, nada acontece, depois que anoitece parece uma cidade-fantasma”. Comenta, ainda, sobre a rotatividade de pessoas na região, pois muitos moradores, inclusive comerciantes, chegam, mas muitos também vão embora:

– O pessoal vai embora daqui porque desiste dessa luta (...). Tem que chegar gente nova por aqui, que vem cheio de idéias, agita a Maromba, até quando tiver energia pra isso. A gente tá precisando de gente assim agora, porque quem tá aqui já cansou.

Na sua visão, o turismo diminuiu nos últimos cinco anos, pois ele acredita que “os comerciantes daqui são muito bitolados, e agora eles estão vendo o que estão colhendo”. Diz isso, referindo-se ao som alto dos *shows* de música ao vivo que ocorriam nos bares da Praça da Maromba durante os feriados: “O pessoal da pousada reclamava do barulho do som alto, quando tinha alguma coisa aí na Praça, e quando os bares funcionavam até tarde, até que agora não tem mais nada.”

Considera, por isso, que os comerciantes de Maromba não possuem muita visão para investir em um empreendimento, acrescentando ainda:

– O pessoal do comércio tem uma visão muito restrita, não sabe investir no turismo, querem passar a vida vendendo pinga com mel, só sabem oferecer isso pra quem vem (...), não tem uma fachada legal.

Assim como ele, alguns moradores e turistas comentam que, no Vilarajo, há um despreparo dos comerciantes no atendimento aos clientes – embora seja muito comentada a hospitalidade característica do lugar. Esse fato é mais uma evidência de que não houve o planejamento do turismo na Região de Visconde de Mauá, e nem mesmo preparo, por parte dos moradores, para o aproveitamento do potencial dessa atividade.

Rômulo reclama, ainda, sobre a aparência dos estabelecimentos comerciais do Vilarejo da Maromba: “Aqui eles não sabem fazer uma apresentação bonitinha, igual Maringá.”. Fala ainda sobre a estética das ruas e a falta de infra-estrutura da Vila:

– As ruas de Maromba estão muito feias, muito largas, com o lixo caindo pelo caminho, as fossas estourando, o esgoto correndo no meio da rua, onde a criançada fica brincando, e podem pegar um monte de doenças (...). A água já acabou com o calçamento das ruas, tá tudo fora do lugar (...). Até os turistas percebem os problemas que têm aqui, comentam com a gente, eu morro de vergonha

E, mais uma vez, cita a questão da participação:

– O pessoal não se junta pra pedir uma reforma na Maromba, parecem que não querem o turismo, as ruas ficam largas.

Novamente, atribui-se os problemas da região à insuficiência de união e de atitude perante aos incômodos vividos pelos moradores. Os incômodos, por sua vez, já são um consenso na região, apesar de o discurso da maioria dos moradores limitar-se à reclamação dos problemas, ou, no máximo, na responsabilização da prefeitura, “que não faz nada”.

4.7.4. Túlio, e a capitalização da região

Túlio é turista e funcionário público do Município de Resende, ex-morador da cidade de Rio de Janeiro. Diz que visita a região de Visconde de Mauá há cerca de 25 anos, quando “não tinha trilha da Maromba até o Escorrega”. Diz que a divulgação do lugar era feita “boca a boca”, na época, e que ia com uns amigos para acampar na região:

– A gente ia lá, a garotada, na raça, subindo as trilhas com o mochilão nas costas, porque a gente gostava de ficar perto da natureza, passar o fim de semana, a gente curtia muito.

Túlio comenta ainda que, nas vezes em que resolvia ficar em Visconde de Mauá além do fim de semana, o comércio fechava:

– O pouco que tinha de comércio ficava fechado, tudo fechado, as ruas ficavam desertas, fechava mercado, barzinho, tudo, aí a gente acabava voltando pro Rio de novo.

Fala, também, sobre as diferenças do turismo daquela época para o de agora, que “está todo o mundo capitalizado”:

– A gente batia papo com a Dona M., eu, meus amigos, ela dava sopa pra gente, dava pão (...). Hoje, se a gente for lá, ela vai falar que a sopa é tanto, que o pão é tanto.

Diz que, antes, tinha livre acesso aos terrenos dos hotéis, mas que agora tudo é mais restrito, e que, quando começou a frequentar a região, havia poucas pousadas, em Maringá e em Maromba, e se estabelecia uma relação de amizade entre os donos desses estabelecimentos. O crescimento do turismo provoca mudanças não só ambientais, mas também sócio-culturais, a partir das novas demandas que essa atividade faz surgir. A partir do momento em que aumenta a concorrência entre os estabelecimentos, aumenta-se a busca pelo lucro, e muitos produtos e serviços passam a ser vendidos como mercadorias.

4.7.5. Daniel, e a conservação congelada

Daniel é morador da Região de Visconde de Mauá e trabalha com artesanato há cerca de 18 anos, tendo chegado na região há mais de 25 anos, época em que, segundo ele, “Mauá era mais espiritualista”, referindo-se a algumas religiões que chegaram junto com o movimento *hippie*, por volta do final dos anos 70 e início dos anos 80, como a religião *Hare Krishna* e outras de influência oriental. Conta, também, que esse foi um momento de mobilização política e contestação social, que ele diz ser diferente do momento de chegada dos “alternativos”, que veio depois, com a razão principal da busca por um “estilo de vida mais saudável e sem enlatados”.

Diz que o que mais gosta em Mauá é do ar e da água, e o que menos gosta é da “falta da consciência (sensibilidade) ambiental” dos moradores, atribuindo unicamente a estes a responsabilidade pela degradação ambiental observada na região:

– O turista não tem culpa, ele só usa a estrutura que o morador fez.

Daniel acredita serem os principais problemas locais a poluição dos rios e as queimadas da vegetação, feita principalmente em função do manejo do pasto, justificando:

– Os dois atrapalham o futuro, são um trabalho contrário ao que vem sido feito para melhorar o meio ambiente.

Comenta que o turismo é um mal necessário, pois, ao mesmo tempo em que “alimenta a economia da região”, fala sobre alguns dos seus malefícios:

– O turista deixa muito lixo no chão e traz muita ‘farofa’, a praça (da Maromba) fica cheia de carros e de barracões vendendo cachorro-quente e fast food nos feriados.

Daniel garante que o asfalto vai gerar mais especulação imobiliária e mais poluição, posicionando-se contrário a essa mudança, e acreditando ser a escória a melhor opção para manter as estradas, “mas com valas para escoar a água da chuva”.

Para a conservação da região, o entrevistado diz que:

– Não precisava mudar nada, só tinha que congelar agora, tinha que deixar do jeito que está.

Referindo-se ao número de habitantes e de construções no local, e à estrada, que “não precisa melhorar, vem quem gosta, quem paga pelo preço”, o mesmo ponto de vista já apontado anteriormente. Diz que as pessoas não têm o hábito de plantar em Mauá porque “a maioria acha que não compensa, porque tem geada no inverno, é mais fácil comprar.” Em sua casa, apenas cuida das árvores frutíferas em seu quintal, assim como grande parte dos moradores de Visconde de Mauá.

4.7.6. Sandro, e a mensagem para os turistas

Sandro mora na Região de Visconde de Mauá há mais de 10 anos, e sua principal fonte de renda é o artesanato. Cita a importância de se escolher um estilo de vida em que cada um produza ao máximo os seus próprios bens, como sapatos e roupas, e alimentos – revelando um ideal de colaborar para a produção de bens de consumo no próprio local. Ele fala de uma espécie de acordo informal que os artesãos estabelecem com os funcionários do IBAMA atuantes no local, em que os primeiros se comprometem a expor na beira do rio (no caso, o Rio Preto, na Cachoeira do Escorrega), ao mesmo tempo em que cuidam dele, recolhendo lixo, filtros de cigarros, e outros. Segundo ele, os donos de bares não costumam fazer isso, apesar de venderem os cigarros, os papéis de biscoito e as bebidas em copos plásticos – que depois poluem o local.

Diz, então, que tem vontade de passar mensagens de cuidado com o ambiente para os turistas, mas que receia que os turistas joguem esses papéis no chão e poluam mais o local, além de não possuir recursos próprios. Além disso, gostaria de passar outras mensagens, como falar para os visitantes “sentirem mais o lugar” e conhecerem melhor as pessoas que vivem nele:

Muitas pessoas chegam aqui pra conhecer o lugar, mas só ficam tirando fotos, passam rápido pra poder conhecer mais cachoeiras e não tiram o tênis pra pisar no chão, não mergulham, não tiram os óculos (escuros) nem pra falar com você (...). Acho que humanidade está se acostumando a ver tudo por detrás de lentes.

Sandro diz, ainda, achar necessário um maior reconhecimento dos artesãos como um importante traço cultural da região, mostrando a vontade de montar um mural com as fotos de cada artesão, de seu trabalho e de uma mensagem de cada um, para que o turista possa tirar foto e levar como recordação. Além disso, acha importante o estímulo ao lazer local, que pode estar atrelado à questão ambiental e à feira de artesãos.

Sandro cita, também, como outras formas de difusão de “mensagens ambientais” a montagem de um *site*, onde os artesãos também divulgariam os seus trabalhos e a feira no Escorrega, e a elaboração de placas educativas sobre lixo e cuidados para preservar os rios e as matas, ao longo das trilhas. O artesão mostrou idéias um tanto criativas, apesar de não divulgá-las ou de tentar colocá-las em prática, até mesmo pela dificuldade de acesso a determinados meios de comunicação, como a *internet*. Suas idéias, no entanto, assim como a de muitos moradores que têm a vontade de mudar o quadro ambiental da região, são pouco aproveitadas, devido à falta de união existente dentro do próprio grupo de artesãos e dentro de um contexto maior, da comunidade da Região de Visconde de Mauá.

5. CAPÍTULO IV – A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL NA GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL DA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ

5.1. OS PRINCIPAIS ENTRAVES PARA A GESTÃO DAS UCs

A reserva de áreas consideradas ambientalmente relevantes em áreas protegidas (ou UCs) tem sido uma das principais estratégias do movimento ambientalista no Brasil e no mundo. Na prática, este modelo mostra dificuldades para se concretizar, devido às inúmeras e diversificadas pressões econômicas, sociais e ambientais.

Ao avaliar a vulnerabilidade das UCs federais, o estudo “Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação do Brasil”⁵⁶ (publicado 2006 e citado no trabalho do MMA, 2007:67), constatou que a proteção e o controle são um aspecto crítico do SNUC, de acordo com os próprios chefes de unidades entrevistados. Segundo as conclusões desse estudo, as unidades pertencentes às categorias de uso sustentável são as mais vulneráveis, sendo que as dificuldades envolvendo a contratação e manutenção de funcionários e o monitoramento das atividades ilegais foram apontados entre os cinco principais fatores a fomentar a vulnerabilidade em todas as categorias de unidades de conservação federais.

Os principais desafios para a implementação de uma UC bem gerenciada e ecologicamente representativa, considerados pelo MMA (2007:33), são:

- **assegurar a sustentabilidade financeira ao SNUC:** é preciso incrementar o orçamento governamental destinado ao SNUC, consolidar fontes alternativas de financiamento, como a compensação ambiental, arrecadação via visitação pública, pagamento por serviços ambientais, concessões florestais e regulamentar fontes de receita que demandem essa medida;
- **dotar o SNUC com pessoal em número e qualificação adequados:** a dificuldade de contratação e de manutenção de funcionários e as deficiências na qualificação de parte do quadro técnico do órgão gestor federal dificultam o enfrentamento de questões-chaves para a efetividade do Sistema;

⁵⁶ realizado pelo IBAMA e pelo WWF-Brasil.

- **providenciar a regularização fundiária das UCs:** a solução dessas pendências passa pela alocação de recursos financeiros e humanos em quantidades compatíveis com a demanda, bem como pelo aprimoramento das normas pertinentes;
- **regulamentar as categorias de manejo contidas no SNUC:** as categorias previstas no SNUC precisam ser atualizadas, bem como as categorias de Parques Nacionais, Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais⁵⁷;
- **instituir sistemas estaduais e municipais compatíveis com o SNUC:** instituir sistemas nos estados em que não existam ainda, compatibilizando-os com o SNUC.
- **incrementar a elaboração e implementação de planos de manejo⁵⁸ das UCs:** foi diagnosticado que apenas 28% das UCs federais do SNUC têm planos aprovados, enquanto 26% estão com o plano em processo de elaboração e 46% das UCs federais não iniciaram o processo de elaboração de seus planos.

Ainda segundo o MMA (2007:72), no estudo da “Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil”, um pequeno número de UCs apresenta alta efetividade em todas as categorias (0% a 20%). O percentual de efetividade média de gestão das diferentes categorias varia entre 27% e 46% e de baixa efetividade entre 40% e 66%. Dentre as APAs, uma parte equivalente a apenas 15% possuem alta efetividade, enquanto 29% apresentam média efetividade 56% apresentam baixa efetividade.

O estudo também aponta que questões relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas, avaliação e monitoramento e falta de recursos humanos e financeiros foram apontados como questões críticas para todo o sistema, enquanto que planejamento da gestão, infra-estrutura existente e resultados são aspectos críticos para quatro dos cinco grupos analisados. Os autores ressaltam que a evidência de que os problemas relacionados à gestão de unidades de conservação no Brasil são sistêmicos, ou seja, afetam todas as UCs. Observa-se um processo dinâmico na busca da constituição dos instrumentos de governança, pela instalação dos conselhos e elaboração de Planos de Gestão e Zoneamentos adequados e atualizados.

⁵⁷ A regulamentação das Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), em 2006, representou um avanço para solucionar essa questão.

⁵⁸ Os planos de manejo, de acordo com o SNUC, devem contemplar a área da UC, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, integrando ainda as unidades à vida econômica e social das comunidades vizinhas.

Como a legislação que rege as APAs é bastante genérica, cabe ao Conselho Gestor organizar-se para propor medidas cujos resultados sejam revertidos em benefícios para o meio ambiente e para população local. Faz-se necessária, ainda, uma mudança de paradigmas, considerando ser a meta o ecodesenvolvimento, conforme podemos ver no quadro a seguir:

TEMA	ESTILO MODELO PRONTO	ESTILO PARTICIPATIVO
Ponto de partida	Diversidade da Natureza e seu valor comercial	Diversidade da natureza e dos processos sociais envolvidos
Metas	Pré-determinadas	Abertas e adaptáveis ao processo de desenvolvimento
Palavra-chave	Planejamento Estratégico	Participação
Nível decisório	Centralizado	Descentralizado
Abordagem	Reduccionista	Sistêmico
Método	Padronizado	Diverso, adaptado às condições
Base tecnológica	Pacote pronto	Opções variadas a escolher
Relação com as pessoas	Controlar, induzir, motivar	Possibilitar, suportar, capacitar
Perceber as pessoas como	Beneficiários	Parte ativa do jogo

Quadro 1: Mudanças de paradigmas previstas com o planejamento participativo

Fonte: Adaptado de Diretrizes Políticas para Unidades de Conservação (1994)

Dessa forma, se fará possível o planejamento participativo da UC, cujas principais vantagens são a inclusão das particularidades locais no planejamento, o favorecimento da continuidade independente das mudanças políticas, a criação do respaldo necessário da comunidade à UC e, ainda, a incorporação de conhecimentos tradicionais dos recursos naturais. De acordo com Oliveira (2005), o planejamento é:

Um processo de decisão político-social que depende de informações precisas, transparência, ética, temperança, aceitação de visões diferentes e vontade de negociar e buscar soluções conjuntas que sejam aceitáveis para toda a sociedade, principalmente para as partes envolvidas, levando continuamente ao aprendizado.

O autor comenta, ainda, que no Brasil, é comum que se dê ênfase no planejamento como forma de se tentar o controle da economia e da sociedade, em detrimento de percebê-lo como um processo de decisão construído política e socialmente com os diversos atores interessados e afetados pela decisão. O mesmo, no entanto, faz uma ressalva:

Por outro lado, essa construção tem que ser baseada em informações precisas e capacidade de articulação e compreensão do processo e dos temas debatidos pelos diversos atores envolvidos. Não podemos cair no 'participativismo' populista e demagógico que vemos em algumas políticas públicas.

Dessa forma, pode-se notar que é preciso que o planejamento aconteça como um processo que, com o tempo, leve à geração de confiança e aprendizado entre os diversos atores envolvidos na decisão para que se aprimorem na tomada de decisão conjunta. Além disso, é preciso que se reconheçam as limitações do planejamento como ferramenta capaz de prever e controlar o futuro. Dessa forma, o planejamento deve ser encarado como construtor e articulador de relações na sociedade ou na organização que busca seu bem comum de maneira ética, justa e responsável (Oliveira, 2005).

Cozzolino & Irving (2004) citam, ainda, que para nortear a construção e auxiliar na avaliação dos processos de planejamento ambiental, são fundamentais os princípios de governança, que são ao mesmo tempo objetivos e meios, na construção de uma sociedade pautada no exercício da cidadania. Dentre os princípios básicos de boa governança propostos pelos autores, encontram-se:

- a) **Legitimidade e Voz:** Participação; Orientação ao consenso.
- b) **Direcionamento:** Visão estratégica; Incluindo desenvolvimento humano e a complexidade histórico, cultural e social.
- c) **Performance:** Interação das instituições e processos com os parceiros interessados; Eficiência e efetividade.
- d) **Responsabilidade:** Responsabilidade frente ao público e aos instituições parceiras; Transparência.
- e) **Honestidade:** Equidade, Domínio da Lei.

Percebe-se, dessa forma, que, além de um bom planejamento nas políticas públicas ambientais, bem pensado e constantemente reformulado – deixando-se de se ter apenas uma participação “populista” –, torna-se imperativo que se tenha uma boa governança, por parte dos líderes que conduzem o processo, para que essa participação se dê de fato. Além disso, é de extrema importância a questão da representação dos grupos sociais, uma vez que não é possível que todos os moradores compareçam a reuniões de planejamento ambiental.

Nos Conselhos de UC, os representantes são instituições escolhidas para servir de porta-vozes dos pontos de vista e interesses de um determinado grupo, facilitando o diálogo junto às autoridades públicas, nas políticas públicas para a Região e na reivindicação de melhores condições de infra-estrutura, uma vez que facilita o acesso a projetos visando a captação de recursos por meio de convênios com órgãos públicos e privados. Ações coletivas, por ter maior organização e representação pelo número de membros, costumam alcançar resultados mais rápidos e eficazes do que ações individuais. Consegue-se mais reconhecimento e mais proteção e garantia de continuidade das ações.

5.2. A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO NO CONTEXTO AMBIENTAL

O vertiginoso crescimento do associativismo nesta década parece indicar que estamos entrando na era da participação (...). A escassez de literatura sobre o tema revela até que ponto a participação é um assunto novo e o quanto a nossa sociedade tem sido pouco participativa.

(Bordenave, 1994:8)

O autor do texto acima explica que a participação, além de um instrumento para a solução de problemas, é inerente à natureza social do homem. De acordo com o mesmo, essa prática envolve a satisfação de necessidades básicas do ser humano, como “a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros” – sugerindo ainda que “a frustração da necessidade de participar constitui uma mutilação do homem social” (idem, p. 16).

A participação coletiva é um grande passo em sentido a uma democracia mais autêntica, e um tipo diferenciado de relacionamento entre indivíduos e relações políticas. Apresenta contribuições positivas para os gestores, desde os progressistas até os que tradicionalmente não são muito favoráveis aos avanços das organizações populares, conforme ressalta Bordenave (1994: 12): “a participação pode se implantar tanto com objetivos de liberação e igualdade como para a manutenção de uma situação de controle de muitos por alguns”.

A convivência da comunidade com a conservação ambiental, e a sua presença atuante nos planejamentos, auxilia a fiscalização dos serviços públicos. As lideranças, quando centralizadas, podem facilmente desempenhar a má administração de fundos ou mesmo atitudes corruptas e infrações da lei ambiental. Ao mesmo tempo, as medidas são melhores aceitas quando correspondem à percepção que a comunidade tem das próprias necessidades e prioridades, mostradas a partir de um planejamento participativo.

O processo de inclusão da comunidade em tomadas de decisão e na noção de sua capacidade de modificação do seu ambiente mostra-se, dessa forma, uma atitude educativa, um nível mais profundo de educação ambiental. A participação é uma prática que se inicia a nível micro, e vai aumentando até um nível macro de sociedade, conforme detalha Bordenave (1994:25):

A construção de uma sociedade participativa converte-se na utopia-força que dá sentido a todas as microparticipações. Neste sentido, a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade, constituiria a aprendizagem e o caminho para a participação em nível macro numa sociedade onde não existam mais setores ou pessoas marginalizadas.

De acordo, ainda, com Bordenave (1994:72), a participação pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e a reflexão (autocrítica) – uma capacitação que se adquire na chamada *práxis*, em um processo que mistura a prática, a técnica, a invenção e a teoria. O autor ressalta que a habilidade de participar cresce rapidamente quando existem oportunidades de praticá-la. Dessa forma, passa-se de uma etapa inicial mais diretiva a uma etapa superior de maior flexibilidade e autocontrole, até culminar na auto-gestão.

Para participar, então, não basta ser afiliado a associações, é preciso ter parte na produção, gestão e nos benefícios gerados. Há diversos níveis de participação, que dependem fundamentalmente do grau de controle dos membros do grupo sobre as decisões e da importância das decisões de que se pode participar (Bordenave, 1994:30). A figura a seguir mostra os níveis de participação:

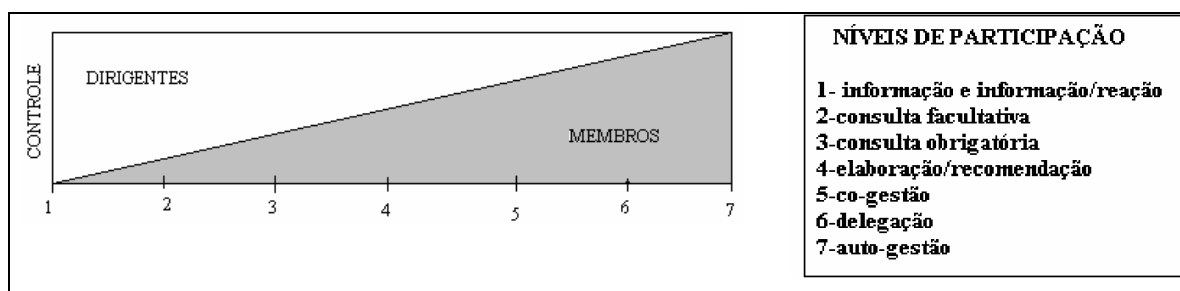


Figura 1: Níveis de participação dos membros de um grupo

Fonte: Adaptado de Bordenave (1994:30)

A democracia participativa promove a subida da população a níveis cada vez mais elevados de participação decisória, acabando com a divisão de funções e o controle final das decisões, entre os dirigentes e os membros. Em grupos sociais não acostumados à participação, é necessário induzi-los à mesma, a partir do estabelecimento de relações de confiança, o que é possível de se fazer sem a intenção de manipulação.

É preciso, também, que as pessoas aprendam a se comunicar e a debater de forma produtiva e democrática, respeitando-se as diferenças individuais na forma de participar e nos pontos de vista sobre as diversas questões. Dessa forma, podem gerar mais conflitos, mas estes podem se resolver também, de uma forma civilizada. Lopes ressalta que, geralmente, quem participa de conselhos gestores são pessoas que já possuem certa experiência em exercer a participação:

A eficácia de conselhos locais de meio ambiente e de programas de agenda 21 locais geralmente depende da experiência da participação política da população, de sua história de mobilização, desde formas comunitárias originárias de igrejas, de associações de bairro, de participação sindical.
(Lopes, 2006:53)

Lopes (idem) ainda comenta que a participação de grupos da população no espaço público sob a temática do meio ambiente dificilmente é motivada pela dinâmica de conflitos sociais, acontecendo mais como resultado do uso de programas preconcebidos e estimulados.

5.3. A GESTÃO SÓCIO-AMBIENTAL NA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ

A Região de Visconde de Mauá caminha para uma ação mais integrada entre seus diversos gestores, desde a criação, em novembro de 2004, do Programa de Gestão Sócio-ambiental da Microbacia do Alto Rio Preto, promovido pela ONG Crescente Fértil. Durante a sua realização, foram elaborados mapas e promoveram-se cursos, seminários, reuniões e entrevistas – estas últimas resultando em um diagnóstico sócio-ambiental e econômico. Como principais resultados, houve a criação do Plano de Gestão e de um Conselho Gestor, e a elaboração de 85 diretrizes prioritárias, dentre as quais se destacam duas diretrizes em vigor, o funcionamento do Conselho Gestor e do Centro de Gestão Sócio-ambiental Integrada da Microbacia Hidrográfica do Alto Rio Preto⁵⁹ (Decreto n. 1609/07), na Vila de Mauá.

⁵⁹ “Gerenciado pela Prefeitura de Resende, através da Agência do Meio Ambiente do Município de Resende- AMAR, no contexto do Programa de Gestão Sócio-Ambiental na Mantiqueira – Microbacia do Alto Rio Preto” (Art. 3, decreto .. 1609/07). A gerência dessa unidade é realizada com recursos provenientes do Fundo Municipal do Meio Ambiente-FUNCAM.

Além disso, novos projetos estão sendo criados para mobilizar recursos para a região, com verbas também estaduais e federais, como o Projeto Corredores Ecológicos, o projeto ligado à destinação e coleta do lixo e o “Projeto Básico de Saneamento da Região do Alto Rio Preto, na Bacia do Rio Paraíba do Sul/RJ” – este último aprovado em 2004 pela SERLA⁶⁰ e concluído em outubro de 2006, com a parceria das Prefeituras de Itatiaia e de Resende.

O Programa de Gestão Sócio-ambiental da Microbacia do Alto Rio Preto foi criado com o objetivo de conciliar os esforços de gerenciamento de diversos segmentos. Além de utilizar como base a microbacia hidrográfica, também se apoiou no Capítulo XVIII da Agenda 21 (que referencia a fragilidade dos ecossistemas de montanha) e no planejamento participativo. Como objetivo principal, tem-se a elaboração de um projeto-piloto que pode servir para toda a APA da Mantiqueira, buscando-se, contribuir para a construção do Corredor Ecológico da Serra do Mar.

Para a área de estudo, o SNUC torna-se especialmente relevante por estimular medidas para a participação da comunidade local, através da criação do espaço do Centro de Gestão Integrada, onde “os moradores da região podem dar entrada em processos e licenciamentos ambientais para as três prefeituras e para o IBAMA” (Informativo do Conselho Gestor do Alto Rio Preto, 2007), sede do conselho gestor em Visconde de Mauá. Além disso, a Região de Visconde de Mauá situa-se em uma área de mosaico de UCs, que, conforme o SNUC, requer a gestão integrada e participativa.

Já em relação ao PNAP – que contempla as Áreas de Preservação Permanente (APP) e as reservas legais como elementos de conectividade entre os fragmentos naturais e as próprias áreas protegidas – fica reforçada a necessidade de maior fiscalização de obras irregulares na Região de Visconde de Mauá, realizadas em APP, para a conservação da biodiversidade.

O PNAP prevê, ainda, a “cooperação entre União e os Estados, Distrito Federal e os Municípios para o estabelecimento e gestão de unidades de conservação” e a “harmonização com as políticas públicas de ordenamento territorial e desenvolvimento regional sustentável”. Na área de estudo, ainda não se mostra evidente a atuação conjunta dos três municípios, entre si e entre as demais instituições públicas atuantes, para uma gestão ambiental conjunta, uma falha também observada por Franco (2007) e Mussato (2002). Apesar disso, um passo inicial foi dado em maio de 2007, quando foi assinado um protocolo inter-estadual de gestão integrada, para:

⁶⁰ A SERLA é o órgão gestor dos recursos hídricos do Estado do Rio de Janeiro e vem trabalhando desde 2003 na implementação de políticas públicas conceituadas nos limites de bacia hidrográficas, conforme a Política de Recursos Hídricos.

estabelecer a cooperação técnica entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais para a implantação de planejamento e de gestão integrada do Polígono Turístico Sustentável da APA da Mantiqueira, com vistas à revitalização ambiental e ao desenvolvimento do turismo sustentável da região.

(Informativo do Conselho Gestor do Alto Rio Preto, 2007)

Esse termo de cooperação tornou oficial a integração da gestão da Microbacia do Alto Rio Preto, prevista pelo seu Programa de Gestão Sócio-ambiental – através da atuação das ONGs coordenadoras e parceiras do Programa de Gestão. As ações em conjunto previstas, de acordo com o protocolo inter-estadual⁶¹, encontram-se voltadas para conservação, saneamento ambiental, desenvolvimento turístico e urbanismo regional.

Na mesma data, foi também assinado o protocolo inter-municipal de gestão integrada, celebrando os municípios de Itatiaia (RJ), Resende (RJ) e Bocaina de Minas (MG), que assumiram publicamente “o compromisso e a responsabilidade de apoiar e constituir o Consórcio Intermunicipal para a Gestão Sócio-ambiental da Microbacia Hidrográfica do Alto Rio Preto” (idem). No final desse mesmo ano de 2007, foi criado um Comitê Gestor com integrantes da sociedade organizada e membros do poder público nas 3 esferas, que atua de forma consultiva.

Dentre as medidas mais importantes da assinatura desses dois protocolos, destaca-se a garantia, por parte dos municípios fluminenses de Itatiaia e Resende, em conjunto com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, de:

Financiamento para a construção das Estações de Tratamento de Esgoto da Vila de Visconde de Mauá, Lote 10, Maringá e Maromba e para a coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos nessas localidades, podendo ser utilizados recursos do FECAM.

(idem)

Esse comprometimento pode ser considerado um avanço na política ambiental da região, visto que os problemas com o saneamento básico e a disposição de resíduos sólidos (lixo) são os mais preocupantes para a comunidade. Destaca-se, nesse ponto, a atuação do conselho gestor.

Apesar disso, ainda não foi implantado o zoneamento da APA da Serra da Mantiqueira ou da Região de Visconde de Mauá. Além disso, sua gestão, efetivada pelo Ibama, é incapaz de responder adequadamente às demandas por educação ambiental, fiscalização e licenciamento ambiental, devido à falta de recursos financeiros e de pessoal. Segundo Franco (2007:89), em relação à Região de Visconde de Mauá:

⁶¹ A assinatura do protocolo inter-estadual contou com a presença de representantes dos governos dos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, dos municípios de Itatiaia (RJ), Resende (RJ) e Bocaina de Minas (MG), e ainda de instituições, como a Agência Nacional de Águas, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, a APA da Mantiqueira e a Câmara Federal.

O Ibama não tem pessoal nem recursos para controlar e fiscalizar as construções e a expansão urbana na região. Também por falta de recursos, o Ibama não consegue implementar um programa de conscientização preventivo, alertando os moradores e turistas quanto às limitações legais à utilização do meio ambiente.

O mesmo autor diz ainda que:

a ausência do poder público municipal (referente à pulverização de responsabilidades em três municípios), também em relação à aplicação das leis ambientais, transfere para o Ibama quase todo o encargo de zelar pela manutenção do meio ambiente da região.

Oliveira (2005) comenta que, por mais que se fiscalize, os resultados muitas vezes ainda são insatisfatórios porque houve diversos tipos de problemas institucionais, muito do planejado não era executável ou as condições iniciais mudaram com o tempo. Dessa forma, mostra-se mais uma vez a importância da flexibilidade do processo de planejamento de políticas ambientais, que deve ser contínuo e constantemente repensado e reformulado, juntamente com a atuação dos diversos setores sociais envolvidos.

5.4. A REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE RECURSOS HÍDRICOS

A Microbacia Hidrográfica do Alto Rio Preto foi tomada como unidade no Programa de Gestão Sócio-Ambiental, pois abrange toda a Região de Visconde de Mauá, e justifica a necessidade de iniciativas de integração no local, conforme a Política de Recursos Hídricos:

A bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. (Lei n. 9.433, Art. 1º, 1997)

Além disso, a unidade da microbacia foi tomada como referência considerando-se que a questão da conservação da qualidade da água está diretamente vinculada aos demais fatores do meio ambiente, como prevê a legislação:

Constituem diretrizes gerais de ação para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos:

(...)

II- a adequação da gestão de recursos hídricos às diversidades físicas, bióticas, demográficas, econômicas, sociais e culturais das diversas regiões do País;

III- a integração da gestão de recursos hídricos com a gestão ambiental;

IV- a articulação do planejamento de recursos hídricos com o dos setores usuários e com os planejamentos regional, estadual e nacional;

V- a articulação da gestão dos recursos hídricos com a do uso do solo.

(Idem, Art. 3º)

A Microbacia do Alto Rio Preto integra a Bacia do Rio Paraíba do Sul, cuja Gestão Integrada de Recursos Hídricos estende-se, atualmente, pelo denominado Vale do Paraíba Paulista, a Zona da Mata Mineira e mais da metade do Estado do Rio de Janeiro, sendo uma prática de grande amplitude e abrangendo 180 municípios em uma área total de 55.500 Km² (Serricchio et al, 2005:15). Esse trabalho é coordenado pelo Comitê para Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – CEIVAP.

O CEIVAP tem relevante papel integrador no processo de discussão e busca de compromisso acerca do planejamento e gestão das águas do Rio Paraíba do Sul, atuando em toda extensão da bacia. Tem como principal missão:

“promover a articulação e integração de atividades e competências na área de gestão de recursos hídricos em diversos níveis: entre a União e os Estados, entre os três estados da Bacia – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro –, e entre estes e os municípios e os organismos de sub-bacia; bem como viabilizar estudos e programas de investimento necessários para a gestão, proteção e recuperação das águas e para o desenvolvimento sustentável da bacia do rio Paraíba do Sul.”

(Serricchio et al,1997:23)

O CEIVAP é considerado um comitê de bacia de referência nacional devido à implantação pioneira da cobrança pelo uso da água – processo realizado através de um trabalho sistemático de comunicação e mobilização social (Idem, p.12). Esse trabalho de gestão participativa foi grande responsável pela credibilidade do CEIVAP na mídia nacional⁶². Antes da criação do CEIVAP, em 1997, havia apenas um organismo de sub-bacia: o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (CBH-PS), no trecho paulista, fundado em 1994. A partir de 1997, mais dez organismos foram criados com a participação do poder público, empresas usuárias de água e organizações civis na Bacia do Paraíba do Sul (Idem, p.21).

As transformações da política nacional de gerenciamento de recursos hídricos, traduzidas principalmente pela lei das águas de 1997 e legislações complementares, estabeleceram princípios que trouxeram novos modos de gestão integrada na Bacia do Rio Paraíba do Sul (Idem, p.19):

- *Reconhecimento da água como um bem público, finito e vulnerável, dotado de valor econômico*
- *Necessidade do uso múltiplo das águas*
- *Adoção da bacia hidrográfica como unidade de planejamento*
- *Participação do poder público, dos usuários e da sociedade civil no processo de tomada de decisão*

⁶² A experiência do CEIVAP foi selecionada como uma das 40 melhores práticas em nível mundial, no Programa “Melhores Práticas e Liderança Local”, promovido bianualmente pela ONU para premiar as melhores experiências de gestão local desenvolvidas no mundo (Serricchio et al, 2005:13).

De acordo com Serricchio et al (Idem, p.18), esse novo modo de gestão instituído nacionalmente é semelhante aos adotados e praticados em quase todos os países que avançaram na gestão de recursos hídricos, atualmente recomendados pelas grandes cartas e organismos internacionais, como a ONU e o Banco Mundial. A grande novidade a descentralização do processo de planejamento e de gestão, através da inserção de organismos colegiados de tomada de decisão, que passaram a incorporar ao processo decisório de gestão de gestão das águas atores tradicionalmente excluídos, ou seja, municípios, usuários e organizações civis.

Dessa forma, a Bacia do Rio Paraíba do Sul é considerada a bacia piloto pela Agência Nacional de Águas – ANA, para a implementação do novo sistema de gestão em bacias nacionais. Para operacionalizar novas práticas de gestão de gestão das águas nessa bacia, faz-se necessário a atuação, de um lado, do poder público federal (ANA) e estadual (órgãos gestores de recursos hídricos, como a SERLA-RJ) e, de outro, do CEIVAP e dos comitês e organismos de sub-bacia já existentes.

Na Região de Visconde de Mauá, inserida na Microbacia Hidrográfica do Alto Rio Preto, não há um comitê ou agência de bacias, e nem foram detectadas intenções de criação durante o desenvolvimento desse trabalho, embora tenham sido observados e comentados problemas com a poluição das águas no local, e mesmo do fornecimento de água de qualidade em alguns domicílios, estabelecimentos comerciais e escolas, além da ausência de condições de balneabilidade em vários trechos do Rio Preto. A criação desse tipo de órgão auxiliaria, ainda, por se tratar de uma bacia nacional, ou seja, uma bacia cujo rio principal percorre mais de um estado, com a gestão particularmente complexa por compreender sistemas distintos de gestão (federal e estaduais), que são “independentes em termos de dinâmica jurídico-institucional, mas profundamente interdependentes no seu conteúdo e aplicação (Serricchio et al,1997:21)”.

A ausência de um comitê para a Microbacia do Alto Rio Preto dificulta a gestão dos recursos hídricos na Região de Visconde de Mauá, pois os organismos de sub-bacia são criados com o propósito de enfrentar, localmente, o desafio de trabalhar pela melhoria das águas do Paraíba do Sul. Percebe-se, dessa forma, que as iniciativas locais não têm alcance em um contexto maior, impedindo a integração ao CEIVAP.

5.5. A PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ

O potencial humano em toda a Serra da Mantiqueira é muito grande, haja vista a mobilização gerada a partir da formação dos conselhos gestores. A participação efetiva da população na gestão da APA da Serra da Mantiqueira, entretanto, está em construção e enfrenta alguns desafios, como a abrangência da heterogeneidade de sua população. Abrangendo toda a Região de Visconde de Mauá, foi criado o Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto, no ano de 2005. Apesar do grande valor da construção desse conselho gestor, notam-se limites intrínsecos aos próprios mecanismos de intervenção da participação – conforme também observado por Ribeiro (2005), em seu estudo sobre a Serra da Mantiqueira. A dinâmica das reuniões costuma ser imposta pelas equipes dirigentes, compostas por representantes do poder público e por membros mais experientes de organizações civis locais.

Conforme cita Lopes (2006:53), “a etnografia de situações como a de conselhos municipais de meio ambiente e de audiências públicas pode mostrar os efeitos de dominação exercidos pela presença técnica de expertise, bem como o abafamento e a falta de espaço de diálogo com o saber leigo”. A preparação das reuniões é feita através de uma reunião prévia entre os membros da equipe, para selecionar os assuntos a serem tratados e determinar a seqüência destes – o que pode ser mais prático, mas acaba por tratar os conteúdos mais da forma expositiva do que argumentativa, gerando pouco estímulo à participação, pois alguns moradores reclamam de serem pouco ouvidos, em entrevistas. Lopes (2006:56) comenta que, muitas vezes, as limitações desses encontros, ocasionadas pelo grande número de participantes, “favorece uma lógica pedagógica e de difusão, assim como as ritualizações”.

Além dessa limitação, na Região de Visconde de Mauá, o movimento ambientalista é mais promovido pelos “de fora”, que não nasceram lá, mas fazem parte de algum comércio ou associação, e pelo poder público – assim como no restante da Serra da Mantiqueira, uma observação ressaltada por Ribeiro (2005) e Costa (2003). Na região, os ditos “nativos” não participam de reuniões ou discussões, mostrando, em entrevistas, que isso ocorre por não acharem que funciona a participação, não saberem da importância da participação, ou simplesmente por acanhamento na participação.

Dessa forma, não se observa uma participação popular representativa e abrangente, ficando esta restrita a poucos grupos, que geralmente vêm das cidades e já possuem certo nível de informações ambientais e experiências de participação – e, muitas vezes, conhecimento político. Isso pode ser justificado pela própria ausência da tradição de participar do Brasil, onde a população está acostumada a somente receber ordens, e se eximir de qualquer responsabilidade pelos acontecimentos públicos. Conforme cita Ribeiro (2005), “sabemos que a história do Brasil é marcada pelo autoritarismo e pela concentração de poder. Valores competitivos e individualistas têm prevalecido ao longo dos anos, enquanto as grandes questões econômicas, sociais e ambientais reclamam por soluções.”

A verdadeira educação ambiental está não em tarefas pontuais, como o dia da reciclagem de lixo ou o dia de se plantarem árvores. Está no treinamento da participação, nas casas e nas escolas – única forma de se exercitar a autonomia e a cidadania efetiva. O desafio da participação de respeitar o poder de decisão das populações locais é grande, mesmo para organizações que se dizem defensoras da gestão participativa. Porém é imperativo que as populações aprendam a participar e reconheçam-se como agentes modificadores do seu meio, saibam utilizar a sua cidadania ecológica.

Conforme cita Balick & Cox (1996:200 *apud* Diegues 2000:35), o ecolonialismo pode ser tão prejudicial às culturas tradicionais quanto o colonialismo político. É preciso que haja um equilíbrio de forças na política, além da busca por medidas que gerem a integração, e não mais a exclusão.

Com a incorporação da complexidade dos pensamentos e práticas ambientais, expande-se o entendimento para uma visão integrada entre o ambiente e sociedade, na qual a luta pelo meio ambiente demanda profundas mudanças na sociedade. De acordo com Lopes:

O processo histórico de ambientalização, assim como outros processos similares, implica simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (...) relacionadas com o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX, os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas, a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva, a questão da 'participação' e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos.

(adaptado de Lopes, 2004:36)

É importante comemorar a construção de espaços de participação, como o Centro de Gestão Sócio-ambiental Integrada, em Visconde de Mauá, e a construção do Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto – medidas conquistadas com bastante esforço dos ambientalistas do local. É importante a criação desses espaços, principalmente se considerarmos o contexto nacional de funcionamento das APAs. Uma pesquisa realizada em APAs nacionais permitiu uma visão do seu estágio atual de implementação (Guapyassu, 2003 *apud* Cozzolino & Irving, 2004), mostrando que 21% disseram não possuir Conselho Gestor, 51% declararam estar “em formação”, 18% possuem um conselho atuante e 10% declararam ser o conselho “existente, porém inoperante”.

A simples existência de conselhos gestores, entretanto, não é garantia de que haja uma efetiva participação dos diversos segmentos sociais, pois é preciso entender o funcionamento local da participação e do planejamento, elementos fundamentais que apontam para uma boa governança. No entanto, a região tem algumas potencialidades para a participação efetiva e, dessa forma, a gestão sócio-ambiental. Dentre essas, estão os ideais de ambientalismo trazidos pelos “neo-rurais”, que influenciam os demais moradores, e a consciência dos problemas ambientais por parte da comunidade, mesmo que esta ainda transfira ao poder público toda a responsabilidade por mudanças.

5.6. O CONSELHO GESTOR DA MICROBACIA DO ALTO RIO PRETO

O conselho gestor começou oficialmente com o estabelecimento de um termo de cooperação fomentado pelas ONGs coordenadoras (IDEAS, Crescente Fértil, Nova Terra, Ashoka⁶³ Brasil) e parceiras (recursos do CEPF), envolvendo os três municípios, a Serla e o Ibama - APA da Mantiqueira. Dentre as organizações da sociedade civil, participantes do Conselho Gestor da Microbacia do Alto Rio Preto, estão as de moradores (associação de moradores de Maromba, do Lote 10 e do Alcantilado), de artesãos (AAPPRVMauá), comerciais (associação de comerciantes de Visconde de Mauá (ACVM) e de produtores rurais do Alto Rio Preto), turísticas (ACVM e Mauatur) e as ambientalistas (ONG Crescente Fértil, Associação Nova Terra e Instituto Ideas). Os órgãos públicos mais atuantes são IBAMA, SERLA e prefeituras municipais.

⁶³ A Ashoka é uma organização internacional que atua no Brasil desde 1987, com empreendedorismo social.

As reuniões com os conselheiros da “Gestão sócio-ambiental da Microbacia do Alto Rio Preto”, com a notícia do asfaltamento da estrada principal de acesso a Visconde de Mauá, estão voltadas para questões de infra-estrutura, como o gerenciamento de resíduos sólidos (lixo) e o tratamento de esgoto doméstico. Pretende-se construir três estações de esgoto, em Maromba, Maringá e Lote 10, juntamente com a Serla, e fazer um trabalho de conscientização da população sobre a separação do lixo, para a coleta seletiva, patrocinado pelo Fundo Estadual de Conservação Ambiental –RJ (FECAM).

Os membros do conselho acreditam já ter reduzido o volume de lixo, devido a trabalhos de educação ambiental das escolas, que ensina a reaproveitar o lixo reciclável, a utilizar o lixo orgânico em composteiras, para a produção de adubo para as hortas e a reutilizar o óleo de cozinha, na produção de sabão. Alguns membros do Conselho Gestor são mostrados a seguir.

5.6.1. A Associação de Artesãos e Pequenos Produtores da Região de Visconde de Mauá (AAPPRVMauá)

Fundada em 1998, é formada por artesãos e pequenos produtores, sendo que estes últimos “não são pequenos produtores rurais, e sim os que vendem subprodutos, como os que fazem pão, ou chocolate, e colocam em bancas para vender” (A., membro da AAPPRVMauá). Segundo as atas passadas, a principal necessidade de fundar a associação foi de estabelecer regras, defender e valorizar o produto artesanal e sua venda na região.

A última ata das reuniões foi escrita em dezembro de 2003, e após essa data ocorreram algumas reuniões informais, com cerca de 15 participantes, e depois essas reuniões se tornaram cada vez mais escassas e esvaziadas, embora nunca tenham parado de ocorrer, o que manteve uma certa ligação entre os membros⁶⁴. Pela existência de poucos membros atuantes, a AAPPRVMauá enfrenta, atualmente, a falta de contribuição financeira para cobrir alguns gastos, como o registro das atas e as passagens para resolver burocracias e participar de eventos. Esse problema acaba por atrasar o andamento do grupo e dificultar a sua inscrição em projetos para a captação de recursos e o fortalecimento do grupo.

⁶⁴ De acordo com alguns integrantes, o motivo principal da dispersão foi uma discórdia em relação às finanças do grupo; outros integrantes acreditam que foi devido a brigas pessoais. De todo o jeito, a falta de entendimento do grupo foi gerando o desinteresse de seus membros e a descrença na eficiência dessa organização e na representação de um líder.

As leituras das atas e de outros documentos elaborados pela AAPPRVM permitem análises importantes. Foi constatado que a Associação constitui um meio de estudar as demandas da sociedade local, bem como discutir, planejar e solicitar aos órgãos públicos a contribuição para a concretização de projetos que atendam a essas demandas.

Desde o início de sua fundação, os seus membros defendiam um estatuto que valorizasse as pessoas, o trabalho e o território em que elas vivem, e já havia preocupações em programar ações de cunho ambiental na comunidade. Um exemplo disso foi a proposta de aquisição de uma sede para atividades comunitárias ligadas à cultura, turismo e educação ambiental, discutindo-se sobre a utilização de espaços em coletivo para:

oficinas, trabalhos de conscientização e preservação do meio ambiente (...). Contando com o apoio de todos os artesãos para que esse sonho se realize em harmonia e aproveitando de nosso tempo nesse planeta, contribuindo assim para o futuro de nossos filhos e netos.

(extraído da ata de reunião da AAPPRVM, dezembro de 2003)

Sendo assim, essa organização social age no sentido de valorizar o saber artesanal, o trabalho em família e os princípios da organização social e da política da população e para o desenvolvimento local.

5.6.2. A Associação de Comerciantes de Visconde de Mauá (MAUATUR)

A Mauatur é uma organização sem fins lucrativos criada em 1986, a partir da necessidade de congregação e de representação dos hoteleiros e comerciantes locais, frente aos órgãos governamentais, a mídia e outras entidades, por meio de convênios com entidades privadas e públicas, “de modo a agilizar e influir em prol dos interesses comuns do setor turístico da região” (Franco, 2007: 86).

Com a finalidade de aumentar o fluxo e o desenvolvimento turístico da região, e visando ações com ênfase na divulgação da região, a Mauatur organizou um Projeto de Desenvolvimento Turístico para a Região de Visconde de Mauá, estabelecendo o seu Planejamento Estratégico, com ações voltadas para:

- “Aumentar o rendimento dos estabelecimentos locais, cujas atividades estão voltadas à exploração da atividade turística, a partir do potencial da Região.
- Aumentar o fluxo turístico de maior renda, ou de nichos específicos como os de terceira idade (visando atrair um turismo “de melhor qualidade”).

- Garantir a sustentabilidade do aumento de fluxo, com foco nos aspectos ambientais e socioeconômicos, de modo que não haja depreciação dos atrativos turísticos de Visconde de Mauá.” (idem)

Dessa forma, conforme citado por Franco (2007: 87), a Mauatur busca “contribuir e efetivamente influir para que a região seja reconhecida como exemplo de preservação ecológica e também por oferecer uma infra-estrutura turística, primando por um atendimento profissional diferenciado pelo charme e pela hospitalidade”. Um dos objetivos principais da organização é destacar a Região de Visconde de Mauá como destino turístico, em função de suas qualidades ambientais.

Suas ações foram centradas na criação de uma página da *internet* mantida pela Mauatur (que apresenta os atrativos turísticos da região e os hotéis e restaurantes associados) e no funcionamento de um Posto de Informações Turísticas (que indica os atrativos da região e realiza reservas em hotéis).

A Mauatur conta com um diretor-executivo remunerado, que permite que seus membros estejam ocupados em dirigir e gerenciar os próprios negócios. Como pontos fracos, destacados por Franco (idem), pode-se destacar o pequeno número de associados, quando comparado ao total de hotéis e estabelecimentos comerciais da região, que gera a falta de recursos para ações específicas da entidade, necessárias para a sua representação e divulgação de forma sistemática. A Mauatur atua como conselheira no Programa de Gestão Socioambiental da Microbacia do Alto Rio Preto.

5.6.3. As Organizações Civis Ambientalistas atuantes em Visconde de Mauá

- A ONG **Crescente Fértil** foi fundada no ano de 1994, na Serrinha do Alambari, e promove atividades ligadas ao meio ambiente, cultura e comunicação, atuando principalmente no Vale do Rio Paraíba do Sul, na Serra da Mantiqueira e no entorno do PNI. Desde 1999, integra o Programa Mantiqueira, e em 2002 realizou o Seminário de Mobilização Nacional para o Ecodesenvolvimento de Montanhas, no PNI. De 2002 a 2004, atuou no Projeto Integrando Ações na Mantiqueira, juntamente com outras organizações civis locais, e promove, desde 2004, a Mobilização Nacional para os

Ecossistemas de Montanha, com o apoio da Ashoka Empreendedores Sociais, e é co-fundadora da Rede Andino-Atlântica de Ação pelas Montanhas. Coordena, desde 2004, o Programa de Gestão Socioambiental na APA da Serra da Mantiqueira, do qual surgiu o Conselho Gestor para a Microbacia do Alto Rio Preto, na Região de Visconde de Mauá.

- A Associação de Pais e Amigos da Escola Nova Terra - **Nova Terra** foi criada em 2001 e objetiva desenvolver ações ligadas ao meio ambiente, cultura e educação, atuando na Região de Visconde de Mauá, estando voltada principalmente para os jovens. Entre 2002 e 2006, apoiou o Projeto Escola Caminho da Luz, em parceria com a Prefeitura do município de Bocaina de Minas, incluindo oficinas de teatro, música, artes, capoeira, agricultura e tecelagem com crianças e jovens. De 2002 a 2004, atuou no Projeto Integrando Ações na Mantiqueira, realizando atividades de educação ambiental com 12 jovens de Mauá. De 2004 a 2007, apoiou o Projeto de Gestão Sócio Ambiental na microbacia do Alto Rio Preto, colaborando com a sua coordenação. Recentemente, a entidade viabilizou o plantio de 200 mudas de araucária, em parceria com o Ibama, o Ministério Público Federal e proprietários rurais da APA da Mantiqueira.
- O Instituto para o Desenvolvimento Social e Ambiental de Visconde de Mauá – **Ideas** foi criado em 1994, e atua com projetos de educação ambiental na Região de Visconde de Mauá, particularmente voltado para a recuperação da qualidade das águas do Rio Preto. Realizou o Programa “Jogue limpo com o Rio Preto”, em diversas escolas da região, realizou fóruns de meio ambiente juntando as escolas para debates e atua como Conselheiro no Projeto de Gestão Sócio Ambiental na microbacia do Alto Rio Preto, identificando como a maior conquista deste a elaboração de um projeto para três estações de tratamento de esgoto, para as vilas de Maringá, Maromba e Lote Dez, realizada pela SERLA.

5.7. OS DIFERENTES ASPECTOS DA PARTICIPAÇÃO LOCAL – ALGUNS DEPOIMENTOS

5.7.1. Sílvia, e a inspiração das escolas

Sílvia é foi recentemente professora da Escola Municipal de Visconde de Mauá e diz que a grande maioria dos professores dessa escola não veio da Região, e que, na Escola Estadual, onde há o ensino médio, todos os professores vieram “de fora”, pois não havia pessoas com a formação para esse tipo de ensino, não havia ensino médio até 1995. Sílvia conta que esses professores vieram motivados por uma vida mais tranqüila, assim como muitos universitários, engenheiros, médicos.

A professora conta que a escola tinha, todo o ano, o fórum de meio ambiente, onde todas as escolas se reuniam para discutir temas ambientais. Diz, ainda, que a Escola de Mauá trabalhava junto à Prefeitura de Resende, e que projetos em Educação Ambiental (E.A.) sempre foram o eixo central da escola, desde anos próximos à ECO-92, e que os temas giravam em torno de água, esgoto e lixo. Segundo o seu relato, essa escola acabou inspirando as outras escolas, servindo de estímulo para também trabalharem E.A.:

– Os professores de Mauá eram muito respeitados em todos os locais, até quando iam na prefeitura (de Resende) pra pedir alguma coisa. A partir desses trabalhos, as outras escolas também foram se inspirando e também trabalhando a Educação Ambiental.

Segundo Sílvia, esses projetos trouxeram melhorias para a Região de Visconde de Mauá, tais como a instalação de fossas, o aumento da qualidade da água que abastecia a escola, e a recuperação de matas ciliares pelo plantio de mudas:

– A gente já desconfiava da qualidade da água, que estava dando diarréia nas crianças, e pedimos pra fazer uma análise, ela estava contaminada mesmo. Então, a gente foi seguindo o córrego até a nascente, e vimos que ele passava no meio de um pasto, os boi passavam dentro dele. Mas conseguimos negociar com o dono da fazenda, e ela foi cercada e dividida em dois, e os alunos ajudaram a plantar mudas de mata ciliar, que foram escolhidas (as espécies apropriadas para o ecossistema local) com a ajuda de técnicos da EMATER.

Além disso, a professora conta que, dentre outras iniciativas, foram realizadas oficinas de papel reciclado, teatro com o tema ambiental, confecções de placas educativas (principalmente relacionadas ao lixo) e de mudas e panfletos com mensagens para a orientação de turistas. Também foram coletadas amostras de água de rios em vários trechos dos vilarejos e realizados fóruns anuais reunindo todas as escolas da Região de Visconde de Mauá: de Maromba, Mauá, Campo Alegre, Vale das Flores, com a participação dos pais, onde se discutiam os principais problemas de cada região, e buscavam providências junto à prefeitura.

A entrevista com Sílvia ressalta a importância do papel das escolas como meio de divulgação de princípios de conservação e de busca da promoção da qualidade de vida das comunidades. A prática da Educação Ambiental na escola, contextualizada com a realidade local e permeando as diversas disciplinas, mostra-se um meio eficaz de aprendizagem não só de sensibilização e de construção de conteúdos, mas também como um exercício de participação em um contexto maior de sociedade, e de reconhecimento da capacidade de questionamento e transformação do contexto local.

5.7.2. Alexandre, e o “seu jeito”

Alexandre foi motivado a se mudar para a Região de Visconde de Mauá com o propósito de montar uma pousada no local, há cerca de 15 anos, e mora na região desde então. É um associado da Mauatur, mas revela que não participa de reuniões dessa organização ou do Conselho Gestor:

– Eu não sou ‘polítiqueiro’, não participo dessas reuniões mensais, passo a maior parte do tempo dentro da pousada, cuidando das coisas. Quando tem algum problema para resolver, já me junto com as pessoas que eu sei que vão me ajudar, ligo, resolvo, dou o meu jeito. Vejo quanto vai precisar gastar, quantos homens precisa para fazer o serviço, e faço logo o que precisa.

Alexandre, como muitos moradores da região, considera “perda de tempo” participar de reuniões e discutir idéias, por não ver uma aplicação imediata dos temas tratados. Fala ainda sobre os seus conhecimentos políticos:

– (...) e também tem aquilo, quando se mora há um tempo em um lugar, já se conhece as figuras que estão na prefeitura, aí é só dar uma ligada e pronto, está tudo (obras de reforma) liberado.

Mais uma vez, o fator personalismo mostra-se presente no discurso de um entrevistado. Para os que não possuem o hábito de participar, ou já tiveram experiências frustradas de reuniões pouco objetivas, torna-se, ainda, mais difícil a credibilidade nos resultados práticos da participação, e acaba optando-se por resolver tudo a “seu jeito”, pois é a forma pela qual os resultados tornam-se mais visíveis. Essa forma de resolver os problemas, entretanto, torna-se excludente, à medida que se restringe àqueles que possuem condições financeiras e/ou conhecimento político.

5.7.3. Celeste, e o “passo pequeno”

Celeste possui uma pousada e mora na região há mais de 10 anos, e participa do movimento ambiental, tendo feito parte das reuniões do Conselho Gestor desde a sua criação. Comenta sobre a descrença generalizada da população em relação ao mesmo:

– Quem está de fora fica descrente, não acredita que vai funcionar porque não vê uma mudança rápida. A gente que está aqui sempre (participando do Conselho Gestor) sabe que as coisas são mais lentas, que pra gente alcançar um passo pequeno, precisa fazer muito, é muito aos poucos.

A mesma conselheira diz ainda, otimista, “– eu acho que Mauá estaria pior se a gente não estivesse nessa luta”. No entanto, para os que não possuem experiência de participação, é difícil adquirir esse hábito, pois há várias gerações tem-se o costume de atribuir todas as responsabilidades e poder de decisão ao poder público.

5.7.4. Lídio, e a “prefeitura distante”

Lídio mora no Lote 10, tendo nascido na região, assim como os seus pais. Em sua opinião, a separação da parte fluminense de Visconde de Mauá – que antes apenas pertencia à Prefeitura de Resende, e agora se divide também entre a Prefeitura de Itatiaia – atrapalha a comunicação da comunidade com a prefeitura: “– Pra mim, isso só dificulta para as pessoas terem acesso à sede da prefeitura, que acaba ficando mais longe do que Resende”. Além disso, Lídio acredita que essa medida enfraqueceu ainda mais a união da comunidade:

– A prefeitura separada enfraquece na nossa luta porque a associação de moradores também teve que se separar (...). Às vezes, tem um mesmo problema que atinge todos de Mauá, mas as pessoas precisam se separar pra reclamar, isso enfraquece.

Lídio fala, ainda, que para os moradores que estão sob o regimento da Prefeitura de Itatiaia a comunicação é ainda mais difícil, pois a sede fica mais distante, e são necessários dois ônibus para chegar ao local, o que equivale a um gasto maior, e “às vezes, a gente não consegue resolver as coisas num dia só, e ainda tem que voltar”. Essa última dificuldade também foi levantada pelo diagnóstico sócio-ambiental (2006), que já fez o contato com a Prefeitura de Itatiaia para providenciar um itinerário de ônibus da Região de Visconde de Mauá até a sede do município.

Os moradores, inclusive Lídio, frequentemente colocam que o governo precisava fazer uma ou outra coisa para o desenvolvimento da comunidade, mas não se referem à necessidade de uma organização social ou não reconhecem o seu potencial transformador. Na maioria de associações (de artesãos, de moradores), os moradores assumem uma postura crítica em relação à liderança e à capacidade de organização dos componentes.

5.7.5. Benedito, e a “luta individual”

Benedito é morador da região há mais de 10 anos, e artesão. Assim como a maioria dos moradores locais, reconhece alguns problemas ambientais e algumas dificuldades enfrentadas pelos artesãos, mas mostra pouco interesse na participação política, justificando:

– Pra mim, isso (organizar em associação e/ou participar do conselho gestor) não é tão importante. O negócio é com a gente mesmo, é a nossa luta individual, essa é a luta maior, e é por isso que eu acho que a gente está aqui.

A abstenção de qualquer participação política é relativamente comum entre alguns novos moradores, que privilegiam muito mais o bem estar da alma e do indivíduo. Muitas vezes, essa opção é confundida com o pacifismo, ou seja, com o querer evitar conflito, em qualquer circunstância. Na maior parte das vezes, o conflito é visto como um fator negativo, e mesmo como causador de desavenças pessoais, pois geralmente se confundem as discussões:

– Não quero ir numa reunião, falar o que eu penso, e no dia seguinte ver gente virando a cara pra mim, como eu já vi acontecer, quero ficar em paz, ficar na minha, e só.

Essa “busca pela paz”, como prioridade e filosofia de vida, pôde também ser percebida em alguns outros entrevistados. Os debates que naturalmente surgem, na tentativa de conciliação dos diferentes interesses, demandas e opiniões, muitas vezes não são encarados como elementos para a construção em conjunto – e sim como apenas desavenças pessoais.

5.7.6. Otávio, e o “lugar de família”

Otávio é artesão, e mora em Visconde de Mauá há mais de 10 anos. Diz ter sido um dos primeiros a vender artesanatos com sementes na Praça do Escorrega, mas que agora “um monte de gente está usando sementes”. Assim como outros artesãos, idealiza uma organização, pois se sente prejudicado com a concorrência com os artesãos que “vêm de fora”:

– Pra mim, a gente devia se concentrar para tornar oficial o espaço do Escorrega, fazer uma feira organizada, aqui o turismo é alto nível (...). Duvido que em outro lugar chegue artesanato de fora e coloque banca assim, sem prestar nenhuma satisfação. O pessoal marca durinho.

Além de perceber o potencial turístico, Otávio vê também vantagem em morar na região por considerar que é um “lugar de família”, mais um motivo apontado por ele para lutar por espaço, através de uma organização:

– A gente quer é ter tranqüilidade e segurança para viver e expor os nossos trabalhos, o pessoal que mora aqui não é igual àqueles ‘doidão’ que vêm aí de vez em quando. E a gente não pode se misturar não (...), temos uma família para cuidar.(...) Todo mundo que mora aqui, mora há mais de 10 anos, tem família, tem filhos, não está mais naquela onda encher a cara e ficar acordado até tarde da noite, vendendo artesanato. Eu não tenho mais esse pique não, tudo o que eu quero é acordar em paz, ouvir os passarinhos, curtir a natureza, cuidar da minha horta.

E ainda acrescenta:

– Tem que lutar agora por um espaço no Escorrega, que é para onde a gente vai mesmo todo o fim de semana, e é um lugar gostoso, a gente relaxa, curte e fica numa boa enquanto expõe os tramos, vai na cachoeira, nossos filhos têm espaço para se encontrar e brincar, a gente consegue conversar e se reunir ali mesmo.(...) E é lugar de tradição, o pessoal daqui (de Visconde de Mauá) expõe lá (na Praça do Escorrega) há mais de 20 anos.

Apesar de concordar com a necessidade de organização, questiona sobre criar uma nova associação de artesãos, com outro nome e uma nova presidência:

– A associação antiga tem muitas pessoas que não têm mais nada a ver, foi criada junto com os pequenos produtores, e isso pode complicar (...), quando eles se apertarem e precisarem expor lá no Escorrega também (...). Vai virar uma confusão.E também tinha que ter um novo presidente, mas ninguém quer se dispor também (...). A gente precisava de alguém político para representar, que não se exalte na hora de falar, por isso que o pessoal desistiu da associação da outra vez (...). Precisa ter mais clareza.

Assim como alguns artesãos, Otávio acredita que a criação de uma nova associação resolveria o problema da pouca organização atual desse segmento. O argumento mais citado, em entrevistas, foi a questão de conflitos pessoais. Apesar disso, o mesmo concorda que o melhor é manter a Associação, que “conseguiu conquistar muitas coisas, e se a gente criar outra vamos começar do zero, é uma desvantagem”. Confunde-se tanto a questão pessoal nas organizações coletivas, que se cogita a possibilidade de criar outra associação, e portanto, de se fazer uma cisão entre os artesãos.

5.7.7. Beatriz, e a “panelinha”

Beatriz é artesã, e possui bastante consciência de cidadania, de luta pelos seus direitos e pela proteção à natureza. Reclama dos moradores da região, que “têm a cabeça muito pequena e são muito acomodados.” Diz ter vindo para Visconde de Mauá atrás do sonho de uma luta coletiva, de conseguir conquistar o espaço em conjunto, mas que se decepcionou um pouco.

Em relação ao conselho gestor, faz uma crítica à falta de atenção que os demais participantes oferecem a pessoas da comunidade (moradores). Em sua opinião, os representantes do conselho apenas oferecem atenção aos moradores, a suas demandas ou denúncias, quando estão presentes “gente da universidade”. Dessa forma, critica o andamento da reunião:

– Mas é uma panelinha só, você viu?(...) o que a gente vai falar fica em ‘considerações finais’, no final, quando tá mais vazio, e aí de quem interromper a fala deles, eles falam que você tá ‘fugindo do assunto’. Tratam a gente como ignorantes, como se a gente não soubesse falar (...) a gente tá ali pra fazer número, pra aprovarem o que querem e dizer que todos estavam de acordo, que é aberto à comunidade.

Apesar disso, diz que não desiste de participar: “– Eu falo mesmo as coisas de errado que eu vejo que estão acontecendo, e peço uma providência, pra gente resolver junto.” Comenta também sobre uma reunião, em que mostraram uma espécie de zoneamento:

– Mostraram um mapa do Alto Rio Preto, que tinha uma região assinalada em vermelho escrito ‘região potencial para o turismo’ (referindo-se a áreas de nascente de rios, no Alcantilado), eu perguntei ‘vocês querem o turismo ou a preservação do meio ambiente?’. Aquela área tinha que estar intocada, só usada pra estudo, vai colocar turista jogando lixo lá? Estragar mais um lugar? S.O.S. meio ambiente!

Também fala sobre a disputa com o comércio e da competitividade do lugar:

– O pessoal do comércio daqui de Maromba parece que tem inveja da gente, que disputam, querem que a gente saia daqui pra transformar isso num lugar de elite, um ‘pólo gastronômico’ como em Maringá, mas a natureza fala por si só.

Beatriz, assim como muitos moradores entrevistados – alguns, inclusive, ex-membros do conselho gestor – percebe a dinâmica de organização das reuniões e aponta que dessa forma, cria-se a inibição da iniciativa de participar. A questão dos representantes do conselho ser um grupo fechado também foi bastante abordada nas entrevistas, alguns entrevistados, inclusive, revelam que mostraram-se interessados a participar das reuniões do conselho gestor, mas que com o tempo, foram se desmotivando. Outros, nem mesmo chegaram a ir a uma só reunião, apenas pelos comentários negativos que ouviam de outros moradores.

5.7.8. Renato, e o *hippie* como “patrimônio cultural de Mauá”

Segundo Renato, morador e artesão, a Região de Visconde de Mauá já é conhecida por ser “terra de duendes” e freqüentada pelos *hippies*⁶⁵, que considera “patrimônio cultural de Mauá”. Comentando, ainda, que:

– Muita gente vem aqui pra conhecer as figuras, é uma cultura diferente, pedem pra tirar foto com a gente, eles curtem o nosso visual, barba grande, cabelo grande. Querem levar a recordação da marca do lugar.

Porém, diz que muitas vezes o fato de serem vendedores ambulantes os prejudica, pois os artesãos que moram em Visconde de Mauá – e expõem durante todo o ano – são confundidos com artesãos e/ou vendedores que vêm de outros lugares na alta temporada, e nem sempre possuem um comportamento adequado:

– Tinha uns ‘micróbios’⁶⁶ aqui no mês de julho que foram expor na frente do restaurante (no centro de Maringá-RJ) e arrumaram muita confusão. Beberam muito, ficaram agressivos, arrumaram briga e gritaram com a S. (moradora de Mauá) (...). Entraram no restaurante várias vezes, sujaram o banheiro todo e acamparam no meio da calçada de Maringá.

Renato relata que essas atitudes acabam por dificultar a exposição dos trabalhos dos artesãos e o seu reconhecimento na região, pois, depois desse acontecimento, por exemplo, os artesãos não foram mais permitidos de expor nesse local – em uma rua que costumavam expor –, pois foram colocados uns vasos grandes na calçada: “– Eu tentei conversar com o J. (dono do restaurante), mas ele ainda está meio inflexível, mesmo sabendo quem a gente é, que não faz parte desse pessoal, mas ele não quer correr o risco.”

Ele ressalta que esse é mais um dos problemas que deveriam ser evitados se houvesse uma associação sólida e atuante de artesãos, pois os artesãos de Mauá poderiam ter, além de uma organização maior no Escorrega, um espaço oficial para a exposição em Maringá, para fazerem uma feira à noite, de forma oficial, “para os turistas saberem onde encontrar a feira quando viessem nos visitar. E ainda comenta:

– Se a gente tivesse uma associação legal, nessas horas a gente já podia determinar que lugares o pessoal de fora podia expor os seus trabalhos, em que dias, e ainda contribuindo com dinheiro, quando a associação precisar, quando o presidente for na prefeitura ou precisar resolver alguma coisa (para os custos de passagem). Sem a associação, a gente fica mal representado, e não podemos negociar com os caras.

⁶⁵ Apesar de muitos artesãos discordarem da denominação de *hippie* para os representar, muitos são vistos e se vêem como tais.

⁶⁶ *Micróbios* são assim denominados pelos moradores de Visconde de Mauá os vendedores que vêm de fora somente em altas temporadas, que dormem acampados em lugares não pagos e costumam arranjar confusão.

5.7.9. Neli, e a “fuga das leis”

Neli mora em Mauá há cerca de 20 anos, é artesã e preocupa-se com a questão da ausência de uma associação atuante e representativa:

– Se um dia resolverem tirar os artesãos do Escorrega, não vai ter nada pra provar que fazemos parte da história do lugar, estamos ali há mais de 10 anos, temos família, moramos em Mauá. A associação seria uma organização reconhecida pela prefeitura, ninguém ia poder fazer nada.

E comenta sobre a postura dos outros integrantes:

– o pessoal fala que não quer esquentar a cabeça com isso, mas acabam deixando de crescer, fica cada um com a sua vidinha, eles dizem que vieram pra cá pra fugir das leis, dessa burocracia (...), e aí não vai sair disso, não vai conseguir conquistar nada assim.

Além disso, diz que, como consequência disso, se sente desprotegida em relação a outros artesãos, que vêm de outros lugares nos feriados:

– Chega gente de fora e expõe junto da gente sem ajudar em nada, em lugar nenhum é assim (...). Só pegam o ‘filé’, só vêm nos feriados, que é quando se vende mais, colocam um painel enorme, e depois vão embora. É claro que sempre tem espaço pra todo o mundo, a gente nunca vai expulsar ninguém, mas vai limitar os dias de exposição, criar alguma restrição pra nos proteger, a gente que está aqui todo o dia, com chuva e com sol.

Neli reclama também sobre a pouca valorização dada aos artesãos (do Escorrega), à disputa com outros comerciantes e até mesmo à restrição da compra de seus produtos, por parte de alguns guias turísticos – revelando certo preconceito com essa categoria:

o que era pra ser reconhecido como artesanato do lugar, às vezes fica marginalizado, como se a gente fosse só uns ambulantes que param ali (no Escorrega). Às vezes, a pessoa compra escondido porque o guia deu instrução pra não comprar. (...) e não sei por que existe uma rixa entre o artesão de loja e o que expõe em banca, sofremos preconceito.

Diz ser importante um espaço para os artesãos de banca. Isso, porque diz que “muitos turistas dizem que não sabiam que tinha a feira no Escorrega, que vieram despreparados, sem dinheiro, e ficam até surpresos (...). A feira não é divulgada em Mauá.” E comenta ainda sobre a divulgação na *internet*, em sites de turismo, pois esses não falam sobre os artesãos de Mauá, o que acredita que os prejudica: “hoje em dia, tudo se vê pela *internet*: o lugar, as pousadas, como é (...), e não tem nenhuma página que fale sobre a gente.”. Além disso, lembra que acabam sofrendo certa exclusão por não terem tido a oportunidade de aprender a dominar os meios de comunicação: “A gente acaba deixando de conseguir as coisas porque não tem acesso, não sabe escrever um projeto, não tem um computador, não sabe usar a *internet*, não sabe falar direito.”

5.7.10. Amanda, e o “castelo prestes a cair”

Amanda nasceu na Região de Visconde de Mauá, assim como seus pais. A respeito do Conselho Gestor, diz que os empresários que participam (donos de pousadas, hotéis e/ou restaurantes) não são “gente da terra”, que abriu seu negócio com muito suor, depois de muitos anos de esforço”, são pessoas “de fora”, que já vieram com a grana para montar o seu negócio”. Segundo ela, as pessoas que participam, os “de fora”, apenas possuem a intenção de explorar, de derrubar a paisagem de Mauá, e colocar outra estrutura em seu lugar. E faz uma analogia a um conto infantil:

– Me lembro quando eu era pequena, e assistia o ‘Castelo Rá-Tim-Bum’. Tinha um personagem que sempre queria comprar o castelo, pra derrubar e construir um arranha-céu no lugar dele. Aqui é igualzinho, esses empresários só querem sugar.’

Alguns comentam que possui maior consciência ambiental os que são de fora, mas essa questão é bastante controversa. De qualquer forma, fica explícito o desentendimento que os diversos segmentos sociais possuem, muitas vezes resultando em rotulações – ao invés de se tentar chegar a um entendimento, para que a heterogeneidade de pessoas que formam a comunidade da região seja vista como uma questão vantajosa, como um aliado a uma participação mais rica e dinâmica.

De acordo com Amanda, esses mesmos empresários que “vêm de fora” participam do Conselho Gestor porque são as mesmas pessoas que querem o asfalto, para “lucrar ainda mais”. Mas ela diz não acreditar ainda que vai ocorrer o asfaltamento, pois diz que há mais de 20 anos falam sobre isso, mas nada se faz. Conta que alguns moradores querem a pavimentação das vias de acesso, com a “ilusão de cidade”:

Eles têm a ilusão de transformar isso aqui numa cidade, com shopping, como tem em Penedo (...). Muita gente pega ônibus pra ir a Resende tomar um picolé, porque é Kibon, é melhor, não serve um picolé de Liberdade (MG).

Na sua visão, as pessoas “comuns” (moradores que não são empresários) não têm voz no conselho, e “têm medo de falar, de reclamar e serem tachadas de malucas”. A seu ver, isso acontece devido ao corporativismo que acontece na região e durante os encontros do Conselho Gestor: “- É uma panelinha, difícil de entrar. Não adianta ir nas reuniões e não ser ouvido.”

Segundo ela, se o Conselho Gestor realmente quisesse chamar a comunidade para participar do Conselho, reclamando a respeito da divulgação da data dos encontros:

– Se quisessem mesmo, iam divulgar direito, iam colocar um carro de som chamando as pessoas para a reunião, iam colocar cartazes pra todo o mundo saber a data e a hora certa.

Mas as reuniões do Conselho Gestor não são nem mesmo divulgadas nos jornais locais – que acabam por ter como foco a propaganda de restaurantes, pousadas e empresas de turismo de aventura. Ela lamenta, também, a visão apenas voltada para o lucro, que a seu ver os empresários “de fora” possuem:

– Eu quero Mauá com natureza pra poder morar aqui, viver, criar os meus filhos. Acho que 80% das pessoas com a minha idade não tiveram a infância que eu tive, andar descalça, subir em árvore, beber água do rio, essas coisas que agora não se pode fazer porque a água não é confiável, nunca tive verme, micose.

Amanda se diz que não aprova o asfaltamento, brincando: “– Vou virar uma ativista contra o asfalto, vou chamar o *Greenpeace* pra vir aqui, ver essa situação.”. Diz que o asfalto:

“– Vai trazer gente que não tem nada a ver com o lugar, um bando de mal educados que não tem amor pelo lugar, uma molecada que vai vir pra zoar, arrumar confusão e colocar som alto no carro. Igual a Trindade (Paraty-RJ) e São Tomé (das Letras-MG), que acabou depois do asfalto”.

E diz ainda que: “– se alguém estivesse atrás de estrada, ia pra outro lugar, pro Rio, pra Campos do Jordão.” Na sua visão, é uma ilusão que se pense que o asfalto vai gerar mais lucro:

– Os turistas vêm aqui há mais de 20 anos e gostam, trazem seus filhos, que passam a frequentar também, não é por causa da estrada, é porque gostam da natureza de Mauá, e se identificam com o lugar, não se incomodam com a estrada.

Além disso, ela lembra que esse tipo de pavimentação, além de poluir os rios, vai precisar desbarrancar mais as montanhas, para a construção de pista dupla (condição para o asfaltamento). Diz que o ideal seria o calçamento, mas que sairia muito caro para um trecho tão grande (de Resende a Maromba). Amanda finaliza a sua fala lembrando que faltam coisas muito mais importantes do que o asfalto para os moradores: “– Por que a gente não luta pra conseguir ônibus? Posto de saúde? O asfalto não vai melhorar em nada pra gente que mora aqui, só vai deixar o acesso mais rápido. Isso reforça a questão de que o planejamento de melhorias das condições do turismo não podem sobrepor a prioridade da região, de garantir uma infra-estrutura mínima para a qualidade de vida da população residente – o que justifica, novamente, a grande necessidade da participação da comunidade local no planejamento de políticas ambientais para a região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação, procurou-se levantar os processos sociais que hoje ocorrem na Região de Visconde de Mauá como resultantes da criação de uma unidade de conservação (UC) no local, a APA da Serra da Mantiqueira, e do crescimento do turismo na localidade. Foram mostradas algumas implicações sociais, culturais e ambientais decorrentes destes dois fatores para a população de Mauá, buscando-se entender as novas percepções sobre o local e de que forma estas influenciam na participação dos diversos segmentos sociais no contexto de planejamento do turismo e da proteção ambiental – uma recente abordagem na regulamentação de UCs.

Apesar de grande parte dos habitantes da Região de Visconde de Mauá já possuírem a visão da importância da conservação da natureza e expressarem certo incômodo com algumas questões, como o lixo e o esgoto, a participação no contexto de políticas públicas ainda é fraca. A maioria, também, desconhece a legislação ambiental, necessária para a aplicação em seu cotidiano, e os métodos para se escrever projetos e expressar as suas idéias e ideais.

Os principais motivos de reclamação dos turistas, em entrevistas, foram as condições das estradas de acesso e transporte coletivo moradores, enquanto os dos moradores foram as condições de infra-estrutura (saneamento básico, saúde, lazer) – interesses consideravelmente antagônicos. Torna-se evidente que a maioria dos turistas não percebe ou não se incomoda com algumas carências da região, sendo atraídos essencialmente pela natureza e beleza cênica.

Faz-se necessária a educação para a participação, visando a autonomia dos participantes, uma educação ambiental menos pontual e mais contínua, utilizando vocabulário mais acessível e conteúdos práticos, que interfiram na vida dos participantes, e a real intenção dos gestores em instruir a população, inspirando a construção de relações de confiança. A Educação Ambiental deve incluir a acessibilidade à Legislação Ambiental e a popularização de termos científicos de áreas relacionadas à ecologia, para que se entenda o funcionamento dos ciclos de vida dos seres vivos, buscando o uso sustentável dos recursos naturais.

Para isso, é também importante haver um diálogo entre os trabalhos científicos e as autoridades públicas. Muitos trabalhos desenvolvidos nas UCs podem ser usados pelo poder público para as comunidades. Ainda é insuficiente o retorno dos trabalhos científicos para as comunidades diretamente envolvidas com eles, e os trabalhos acabam não se utilizando na prática, a academia acaba tornando-se como um “mundo paralelo”.

É necessário que haja mais divulgação também sobre as reuniões com os conselhos gestores, de forma convidativa, e uma predisposição a ouvir as críticas dos diversos segmentos, o que por vezes pode gerar mais conflitos, mas a longo prazo pode solucionar muitos problemas, visto que os moradores são os melhores conhecedores da realidade do local. Os conflitos ambientais ainda não são os temas geradores das reuniões, que acabam ocorrendo segundo modelos pré-determinados e, por isso, pouco estimulantes à participação.

Apesar de haver iniciativas locais significativas, principalmente observadas a partir da criação do Programa de Gestão Sócio-Ambiental Integrada da Microbacia do Alto Rio Preto, estas ainda não possuem um alcance maior, pois se encontram descontextualizadas em termos de recursos hídricos. Apesar de estritamente necessária, por enfrentar problemas principalmente com a qualidade da água, a Região de Visconde de Mauá ainda não apresenta intenções de criação de um comitê de bacia hidrográfica. A Microbacia do Alto Rio Preto, dessa forma, mostra-se descontextualizada da realidade maior da Bacia do Rio Paraíba do Sul, na qual está inserida, e ao programa do CEIVAP, considerado um modelo de gestão de águas a nível nacional.

Em muitas instituições existe vontade institucional de autoridades competentes para trabalhar de forma participativa. Incorporar o componente sócio-econômico possibilita às UCs converter-se em experiências piloto de desenvolvimento sustentado, pois o próprio estabelecimento de UCs provoca o aparecimento de um novo arranjo nas relações sociais locais. A participação popular na Gestão de Unidades de Conservação é fundamental, para ambos os lados. É saudável, por promover o desenvolvimento da cidadania, e democracia, e também é essencial para a saúde do meio ambiente. É preciso aceitar o desafio de promover mudanças nas políticas de desenvolvimento e encontrar alternativas para os modelos até agora adotados.

Dessa forma, pode-se obter um turismo organizado e sustentado, em relação aos patrimônios culturais e naturais. Deve acomodar adequadamente as peculiaridades de cada ecossistema e de cada traço da cultura popular brasileira, para constituir uma estrutura acessível e durável. Se conduzido dessa forma, pode ser considerada uma atividade positiva, pois pode assegurar melhores condições de vida e reais benefícios à comunidade, a valorização dos recursos naturais ao meio ambiente, uma fonte de riquezas e uma oportunidade de conhecer e utilizar o patrimônio natural dos ecossistemas de forma participativa e inovadora ao país. É preciso aceitar o desafio de promover mudanças nas políticas de desenvolvimento e encontrar alternativas para os modelos até agora adotados.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGENDA 21 - BRASIL. **Gerenciamento de Ecossistemas Frágeis: Desenvolvimento Sustentável das Montanhas**. Capítulo 13. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 1997.

ALIER, J. M. **Da economia ecológica ao ecologismo popular**. Blumenau: EDIFURB, 1998. 402p.

BAILLIE, J.E.M. *et al* (Ed.) **Red list of threatened species: a global species assessment**. Gland, Switzerland and Cambridge: IUCN, 2004. 191 p.

BECKER, B. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. *In: YÀZIGI, E. et al* (orgs.). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**, 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 181-193.

BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1997. 427 p.

BIDONE, E. D.; MORALES, P. R. D. **Desenvolvimento sustentável e engenharia**. Rio de Janeiro: Fundação Ricardo Franco, 2004. 247 p.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. 85 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. 140 p.

_____. Decreto nº 26.243, de 10 de julho de 1934. Dispõe sobre o Código das Águas. Rio de Janeiro, 10 jul. de 1934.

_____. Decreto Federal nº 1713, de 14 de junho 1937. Cria o Parque Nacional do Itatiaia. Brasília, DF: 20 set. de 1982.

_____. Decreto nº 84.017, de 25 de setembro de 1979. Aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 set.1979.

_____. Decreto nº 91.304, de 3 de junho de 1985. Dispõe sobre a implantação de Área de Proteção Ambiental nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, e dá outras providências. Brasília, DF, 3 jun.1985.

_____. Decreto nº 97.635/89. Dispõe sobre a prevenção e combate a incêndio florestal. Brasília, DF, 12 fev. 1998.

_____. Decreto nº 2.661/98. Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (código florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego do fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências. Brasília, DF, 9 set.1998.

_____. Decreto nº 4340, de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 out. 2002.

_____. Decreto nº 6040, de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF, 8 fev. 2007.

_____. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Brasília, DF, 15 set. 1965.

_____. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional dos Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art.21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Brasília, DF, 8 jan. 1997.

_____. Lei nº 9985, de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 18 jul. 2000.

_____. Lei nº 5758, de 13 de abril de 2006. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP.

CADEI, M. S. **A Promoção da saúde ambiental e as práticas sociais em Vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ:** a contribuição da educação ambiental na criação de ambientes favoráveis à saúde. 2004. 237 p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva – área de concentração em Política, Planejamento e Administração em Saúde) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

CAMARGOS, R. M. F. **Homem, natureza e sensibilidade ambientais:** as concepções de áreas naturais protegidas. 2006. 101 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COSTA, J. P. L. **Ambientalismo e mundo rural em Itamonte-MG.** 2003. 153 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COZZOLINO, L.F.F.; IRVING, M.A. Unidades de conservação e desenvolvimento local: as APAs do Rio de Janeiro e seus processos de governança local. ANAIS do I Congresso Acadêmico sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro. **Administração para um desenvolvimento sustentável.** Eixo 4- sociedade e meio ambiente. 2004. 14 p.

CRESPO, S. ; CARNEIRO, L. P. Perfil Sócio-demográfico-ambiental e identificação das demandas do entorno. Pesquisa sócio-econômica do entorno. *In:* Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável. **O Parque Nacional do Itatiaia.** Caderno FBDS 3: Rio de Janeiro, 2000. p. 49-72.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo.** 1. ed. São Paulo: Roca, 2001.107 p.

CUNHA, M. I. A pesquisa qualitativa e a didática. *In*: OLIVEIRA, M.R.N.S. (Org.). **Didática**: ruptura, compromisso e pesquisa. 2. ed. São Paulo: Papirus, 1995. 141 p.

DAUSTER, T. A fabricação de livros infanto-juvenis e os usos escolares: o olhar de editores. **Revista Educação/PUC-Rio**. Rio de Janeiro, n. 49, p. 1-18, nov. 1999.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 484 p.

DIEGUES, A. C. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. *In*: DIEGUES, A. C. **Etnoconservação**: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos. São Paulo: Hucitec / NUPAUB, 2000. p. 1-46.

DINIZ, N. *et al.* (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 364 p.

EFETIVIDADE DE GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS DO BRASIL. Disponível em: <http://www.wwf.org.br>. Acesso em 19 set. 2007.

FERREIRA, L.F. ; COUTINHO, M.C.B. Educação ambiental em estudos do meio: a experiência do bioma educação ambiental. SERRANO, C. (org.). *In*: **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronus, 2000. 170 p.

FRANCO, F. L. **Prospectiva estratégica**: uma metodologia para a construção do futuro. 2007, 167 p. Tese (Doutorado em Engenharia – Área de concentração Engenharia de Produção). COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Geografia do Brasil sudeste**, V.3, Rio de Janeiro, 1997, 667 p.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA & INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. **Atlas da evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do domínio de Mata Atlântica do Estado de São Paulo no período de 1985-1990**. São Paulo: Fundação SOS Mata Atlântica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e Ministério da Ciência e Tecnologia, 1992. 464 p.

GARAY, I.; DIAS, B. **Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais**: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Petrópolis: Vozes, 2001. 430 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental**: no consenso um embate?Campinas: Papirus:2000.94p.

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. *In*: DINIZ, *et. al.* (Org.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 364 p.

HERMMAN, G.; COSTA, C. **Programa de gestão participativa no Parque Nacional de Itatiaia**. In: FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O Parque Nacional do Itatiaia. Caderno FBDS 3. Rio de Janeiro: 2000. p.147- 162.

HISTÓRIA DA OCUPAÇÃO DA SERRA DA MANTIQUEIRA. Disponível em: <http://www.matutu.org/projetos/Cartilhaocupacao.pdf>, acessado em 21/03/2007. Cartilha produzida pelo Projeto “Fortalecimento da Gestão Participativa APA da Serra da Mantiqueira”. Convênio MMA/FNMA 057/2003.

HOLLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 224 p.

INFORMATIVO DO CONSELHO GESTOR DO ALTO RIO PRETO. n. 1. Região de Visconde de Mauá, ago. 2007. Não paginado.

LAYRARGUES, P.P. Educação para a gestão ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C. F. B. *et al* (Org.). **Sociedade e meio ambiente**: a educação ambiental em debate. São Paulo: Cortez, 2002. 184 p.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: EDIFURB, 2000. 373 p.

LICKORISH, L.J.; JENKINS, C. L. **Introdução ao turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 320 p.

LINO, C. F.; ALBUQUERQUE, J. L. **Mosaicos de unidades de conservação no corredor da Serra do Mar**. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 2007. 96 p. Cadernos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Série 1 – Conservação e Áreas Protegidas.

LOPES, J. S. L. Sobre os processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n.25, p.31-64, jan./jun. 2006.

MAIA SANTOS, J. S. **Análise da paisagem de um corredor ecológico na Serra da Mantiqueira**. 2002. 174 p. Dissertação (mestrado em Sensoriamento Remoto). INPE, São José dos Campos.

MENDES JR., L. S. (Coord.) Frente de Defesa da Mantiqueira. **Relatório Mantiqueira**. São Paulo, 1991. 54 p.

EMBRATUR/MICT - IBAMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Grupo de Trabalho Interministerial: Brasília-DF. República Federativa do Brasil, 1994. 236 p.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Projeto Paraíba do Sul – Fase B – Implantação da Agência Técnica e Diagnóstico da Bacia**. Rio de Janeiro: 1994, 40 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria de áreas Protegidas. **Diretrizes para visitação em áreas de conservação.** (Áreas Protegidas do Brasil, 3). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006. 61 p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Informe nacional sobre áreas protegidas no Brasil.** Relatório Preliminar. Brasília, 2007. 114 p.

MORAES, A. C. R. **Meio ambiente e ciências humanas.** 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997. 100 p.

MUSSATO, A. A. **O turismo na Região de Visconde de Mauá: impactos sobre o meio ambiente.** 2002, 147 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana), Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo.

NEVES, C. ; TÁVORA, J. L. **Subsídios para debates e informações gerais.** Fórum para o Desenvolvimento da Região do Médio Paraíba. Rio de Janeiro: 1992. 56 p.

ODUM, E.P. **Ecologia.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 434 p.

OLIVEIRA, J. A. P. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública,** Rio de Janeiro, v.40 n.2. mar./abr. 2006.

PINTO, I. A.; COSTA, J. P. L. **A dissociação como entrave à participação na gestão das áreas protegidas da Serra da Mantiqueira.** In: I Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2005, Rio de Janeiro.

PIRES, P. S. **Ecoturismo: uma abordagem histórica e conceitual na perspectiva ambientalista.** 1998. 218 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. **Biologia da conservação.** Londrina: Edição dos autores, 2001. 327 p.

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”.** In: VON SIMSON, O. M. (Org.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, 1988, v.5.

RIBEIRO, K. O. **Ação coletiva, conselho consultivo e gestão: um estudo na área de proteção ambiental da Serra da Mantiqueira.** 2005. 119 p. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal de Lavras, Minas Gerais.

_____. (Org.). **Nossa APA: vivendo e aprendendo com a participação social.** Fundação Matutu & Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Coord.). 2003. Não paginado.

RIBEIRO, K. O.; PINTO, I. A.; GOMES, M. A. **O fortalecimento da gestão participativa na APA Serra da Mantiqueira: o papel dos jovens pesquisadores.** *In:* I Seminário de Áreas Protegidas e Inclusão Social, 2005, Rio de Janeiro.

RICKLEFS, R. E. **A economia da natureza.** 5.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. 542 p.

ROCHA, A. M. **Imigrantes em Resende: Visconde de Mauá.** 1984.

RUSCHMANN, D. **Planejamento sustentável do turismo: a questão ambiental,** 1.ed, São Paulo: Papirus, 1997.199p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** CDS-UNB. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 95 p.

SERRICCHIO, C.; CALAES, V.; FORMIGA-JOHNSSON, R. M. *et al.* **O CEIVAP e a gestão integrada dos recursos hídricos da bacia do rio Paraíba do sul.** Um relato da prática. Rio de Janeiro: Caixa, 2005.

VARGAS, H. C. **População e meio ambiente na entrada do terceiro milênio: em busca de uma nova ética.** *In:* XI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS DA ABEP. BELO HORIZONTE, 1998.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1992.128 p.

8. APÊNDICES

APÊNDICE A – FOTOS DA REGIÃO DE VISCONDE DE MAUÁ



Foto 1: Aspecto da Serra da Mantiqueira



Foto 2: Áreas de pastagem e áreas de floresta convivem na Região de Visconde de Mauá

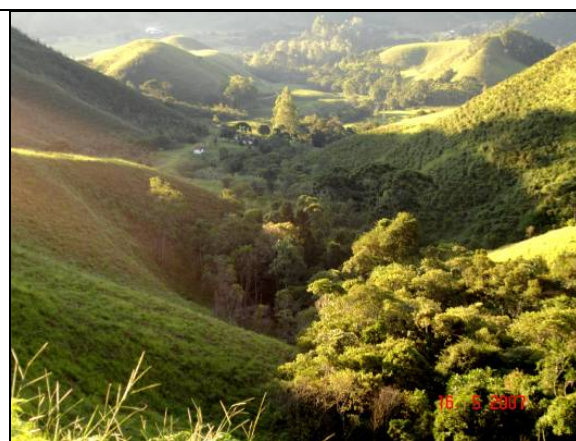


Foto 3: Recuperação da vegetação em áreas de pastagem



Foto 4: Mata de Araucárias



Foto 5: Áreas de pastagem queimadas para a manutenção; araucárias usadas como cerca-viva



Foto 6: A Vila de Mauá



Foto 7: A Vila de Maringá



Foto 8: A Vila de Maromba



Foto 9: Vista da Vila de Maromba



Foto 10: A Vila de Campo Alegre



Foto 11: Proximidades da Ponte dos Cachorros



Foto 12: Placas informativas na Ponte da Santa Clara (limite RJ-MG)



Foto 13: Placa informativa sobre a APA da Mantiqueira, próxima à Ponte da Sta. Clara



Foto 14: Placas informativas na entrada da Vila de Maromba



Foto 15: Placas informativas na Estrada-Parque (depois da Cachoeira da Sta. Clara)



Foto 16: Placa mostrando o limite do Parque do Itatiaia (Cachoeira Sta. Clara)



Foto 17: Placa educativa, na Vila de Maromba (a caminho da Cachoeira do Escorrega)



Foto 18: A Cachoeira do Escorrega



Foto 19: O Poção da Maromba



Foto 20: A prática de Rapel na Cachoeira da Santa Clara

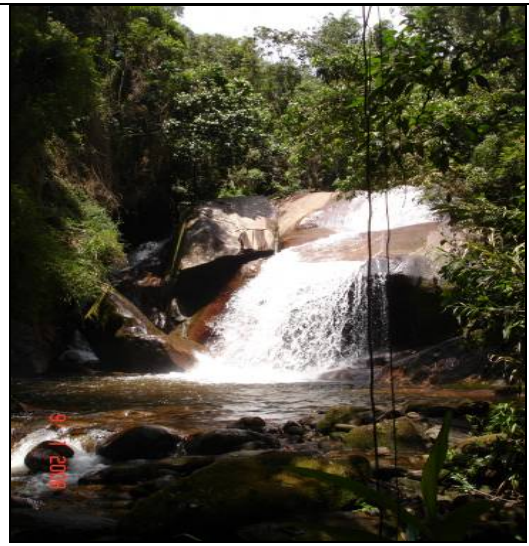


Foto 21: A Cachoeira da Santa Clara



Foto 22: Cachoeira Vêu da Noiva



Foto 23: O Pico da Pedra Selada



Foto 24: Feira de artesanatos na Cachoeira do Escorrega



Foto 25: Detalhe da artesã e da Cachoeira do Escorrega, ao fundo, na feira de artesanatos



Foto 26: Detalhe dos artesãos, bancas, e colares de sementes, na feira de artesanatos do Escorrega



Foto 27: Detalhe dos turistas, na feira de artesanatos do Escorrega



Foto 28: Música ao vivo nos bares da Região



Foto 29: Mineiros ainda aparecem na Região trazendo mel, doces, queijos, no lombo de burros e cavalos



Foto 30: Feira de artesanatos na Praça da Maromba



Foto 31: Artesanatos feitos com materiais naturais (à frente) e reciclados (ao fundo)



Foto 32: Artesanatos feitos com materiais naturais (cipó, penas, bambu)



Foto 33: A pinha da araucária, também utilizada para o artesanato



Foto 34: Presença de um estilo “alternativo” nas lojas da Região



Foto 35: Presença de elementos místicos nas lojas da Região



Foto 36: Erosão das barreiras na estrada

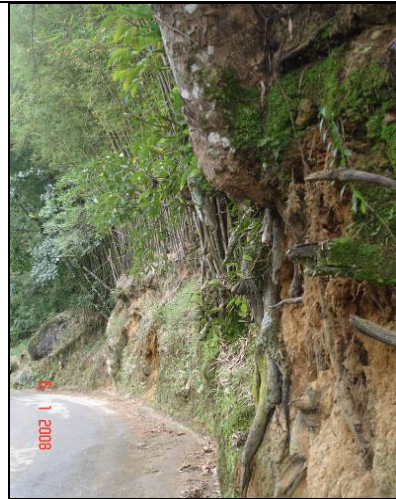


Foto 37: Detalhe das raízes das plantas saindo do solo



Foto 38: Calçamento irregular e vazamento de esgoto na Rua de Baixo



Foto 39: Vazamento de esgoto na Praça da Maromba



Foto 40: Coletor de lixo na beira do Rio Preto (que passa embaixo da ponte, à esquerda)

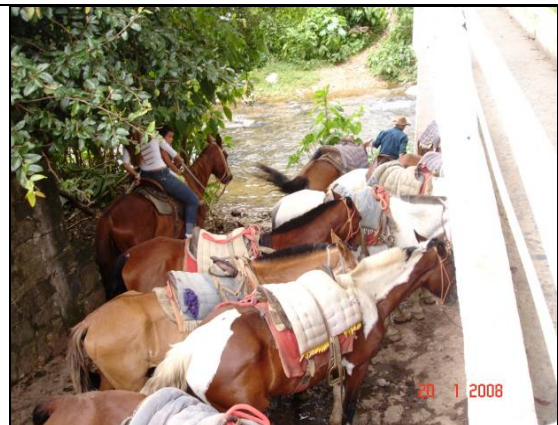


Foto 41: Parada de cavalos para passeio na beira do Rio Preto



Foto 42: O lixo nas ruas durante o fim de semana é uma cena comum



Foto 43: Animais soltos nas ruas causam o espalhamento do lixo



Foto 44: Lixo vazando do coletor



Foto 45: Saco de lixo rasgado por cavalo



Foto 46: Caminhão coletor de lixo com a caçamba aberta



Foto 47: Coletor de lixo doméstico nas proximidades da Cachoeira do Escorrega, causando impacto visual



Foto 48: Placas educativas dos moradores/estudantes alertando quanto ao problema do lixo



Foto 49: lixeiras feitas nas escolas com mensagens educativas



Foto 50: Placa educativa nas casas dos moradores



Foto 51: Placas educativas nas proximidades dos rios

APÊNDICE B – ROTEIROS DE ENTREVISTA UTILIZADOS NA PESQUISA

Roteiro 1 – Entrevista aos moradores da Região de Visconde de Mauá

1. NOME? _____ GÊN: F M IDADE: ___anos ESCOL.: prim. gin. 2 grau sup. comp. in.
2. ONDE MORA? _____ MUNICÍPIO: _____ É PROPRIETÁRIO? S N
3. HÁ QUANTO TEMPO MORA EM MAUÁ? ___anos LOCAL DE ORIGEM: _____
4. POR QUE VEIO PARA MAUÁ? _____
5. O QUE FAZ? _____
6. HÁ QTO TEMPO TRABALHA COM ISSO? _____
7. QUAL A SUA RELIGIÃO? _____

8. O QUE ACHA QUE MAUÁ TEM DE MELHOR/BOM? _____
9. E DE PIOR/RUIM? _____
10. PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE AVALIA EM MAUÁ: _____
11. ALGUM DESSES ATRAPALHA O SEU TRABALHO? _____
12. O QUE VÊ DE BOM E DE RUIM NO TURISMO? POR QUE? _____
13. CONTRA OU A FAVOR DO ASFALTO? CONTRA A FAVOR POR QUE? _____
14. QUE ALTERNATIVAS SUGERE? _____

15. VOCÊ SABE O QUE É UMA APA? S N SABE QUE AQUI É UMA APA? S N
16. VOCÊ ACHA QUE MUDOU ALGUMA COISA COM ISSO? _____
17. O QUE VOCÊ ENTENDE POR MEIO AMBIENTE? _____
18. VÊ PROBLEMAS NOS RIOS, VEGETAÇÃO (MATA) OU NOS MORROS? _____
19. QUEM CUIDA DESSES PROBLEMAS? _____
20. QUEM ACHA QUE DEVIA CUIDAR? _____
21. VOCÊ ACHA QUE CONTRIBUI PARA MELHORAR ESSAS CONDIÇÕES? _____
22. COMO ACHA QUE PODERIA CONTRIBUIR? _____
23. PARTICIPA DO CONSELHO GESTOR? POR QUE? _____

24. COMO COSTUMA TRATAR AS SUAS DOENÇAS? _____
25. PLANTA O QUE? PARA QUE? _____
26. VOCÊ ACHA QUE OS MORADORES DE MAUÁ TÊM O HÁBITO DE PLANTAR? POR QUE? _____
27. O QUE ACHA QUE PRECISA MUDAR AQUI? _____
28. GOSTARIA DE DIZER MAIS ALGUMA COISA QUE EU NÃO PERGUNTEI? _____

**Roteiro 2 – Entrevista aos representantes do poder público/organizações civis
atuantes na Região de Visconde de Mauá**

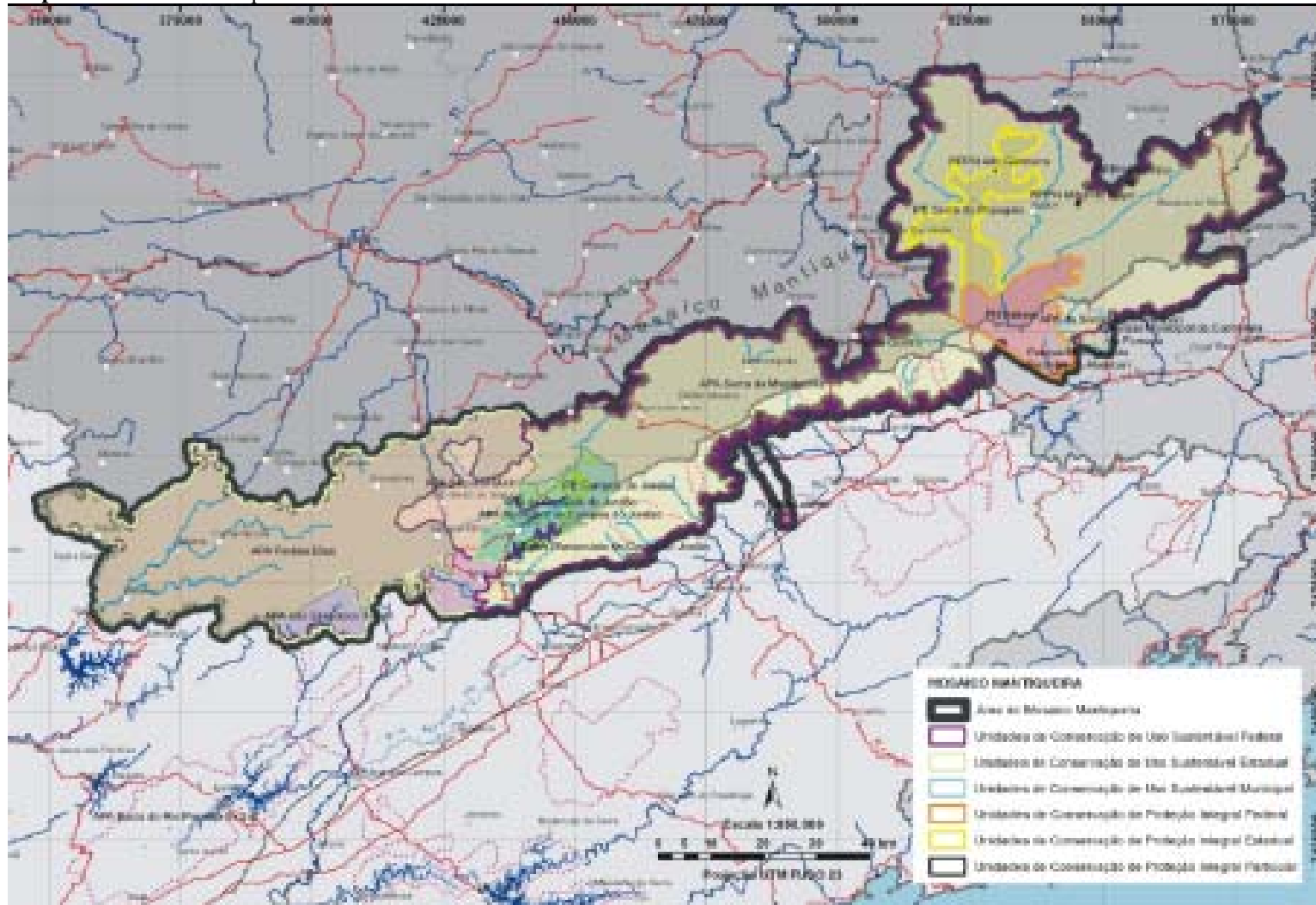
1. CARGO? _____
2. TEMPO DE TRABALHO? _____
3. REGIÃO DE ABRANGÊNCIA DO SEU CARGO? _____
4. REGIÃO DE ATUAÇÃO? _____
5. QUAIS SÃO OS (OUTROS) ÓRGÃOS PÚBLICOS ATUANTES HOJE NA REGIÃO? _____
6. QUAL A FREQUÊNCIA DE ATUAÇÃO DOS MESMOS? _____
7. COMO VÊ ATUAÇÃO DAS ONGS? _____
8. O QUE CONSIDERA COMO PRINCIPAIS ENTRAVES À SUA ATUAÇÃO? _____
9. COMO ACHA QUE PODERIA AMENIZÁ-LOS? _____
10. COMO OCORRE A FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL EM MAUÁ? _____
11. QUE INCENTIVOS SÃO DADOS AOS FUNCIONÁRIOS PARA A FISCALIZAÇÃO? _____

12. VÊ MUDANÇAS DEPOIS DA CRIAÇÃO DA APA DA MANTIQUEIRA? _____
13. VÊ MUDANÇAS DEPOIS DA NOVA DIVISÃO DE MUNICÍPIOS? _____
14. QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES IMPACTANTES PRATICADAS EM MAUÁ? _____
15. HÁ ALGUM HÁBITO DA COMUNIDADE QUE CONSIDERA IMPACTANTE? _____
16. CONSIDERA QUE A COMUNIDADE POSSUI UM BOM NÍVEL DE INFORMAÇÃO/ CONSCIÊNCIA AMBIENTAL? (SOBRE A APA, A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL, OS ÓRGÃOS PÚBLICOS) _____
17. COMO ACHA QUE SE PODE MELHORAR A COMUNICAÇÃO COM A COMUNIDADE? _____
18. O QUE ACHA DO CONSELHO GESTOR? _____
19. VÊ AS PESSOAS PARTICIPANDO DO CONSELHO GESTOR? _____
20. QUAIS SÃO AS MULTAS/ DENÚNCIAS MAIS FREQUENTES? _____

OBS: A esse roteiro 2, somam-se as perguntas do roteiro 1, mostrado anteriormente, visto que a maioria dos representantes do poder público/organizações civis atuantes na Região de Visconde de Mauá também são moradores do local.

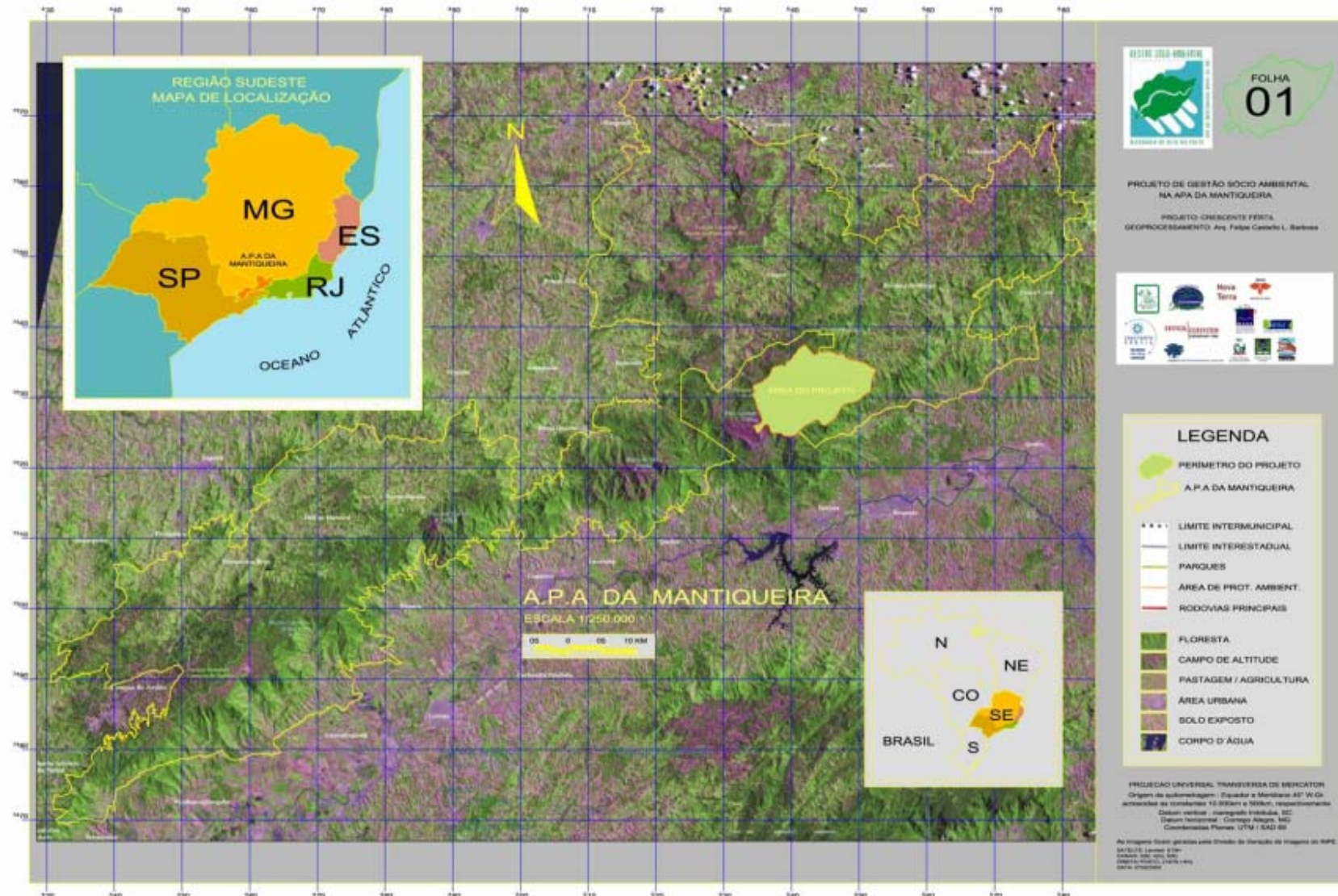
9. ANEXOS
ANEXO A – MAPAS

Mapa 1 – Mosaico Mantiqueira



Fonte: Lino & Albuquerque, 2007:71

Mapa 2 – Localização da Área de Estudo: a Região de Visconde de Mauá (“Área do Projeto”) e a APA da Mantiqueira



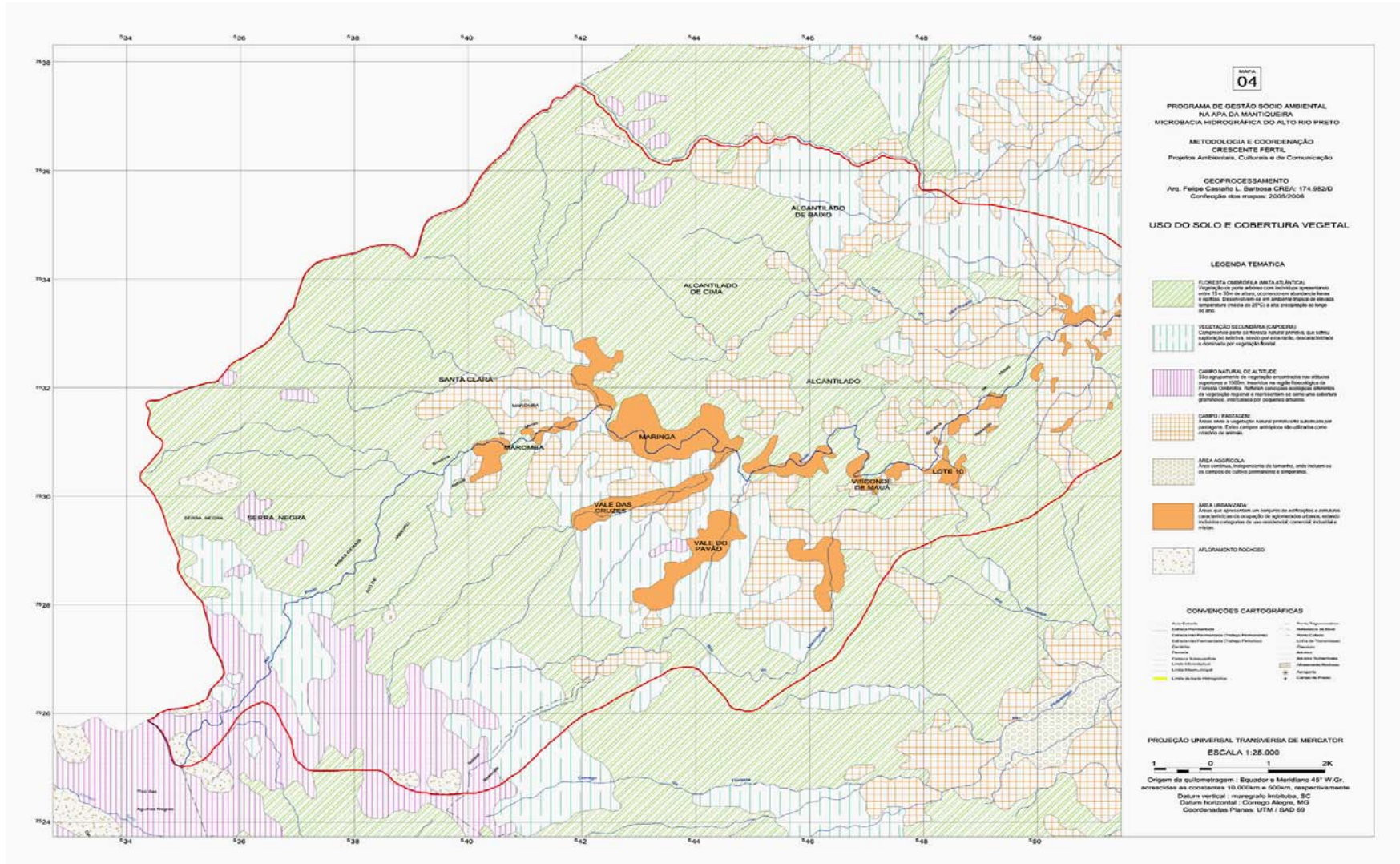
Fonte: Programa de Gestão Sócio-ambiental da Microbacia do Alto Rio Preto, 2007

Mapa 3 – Hidrografia e Vilarejos da Região de Visconde de Mauá



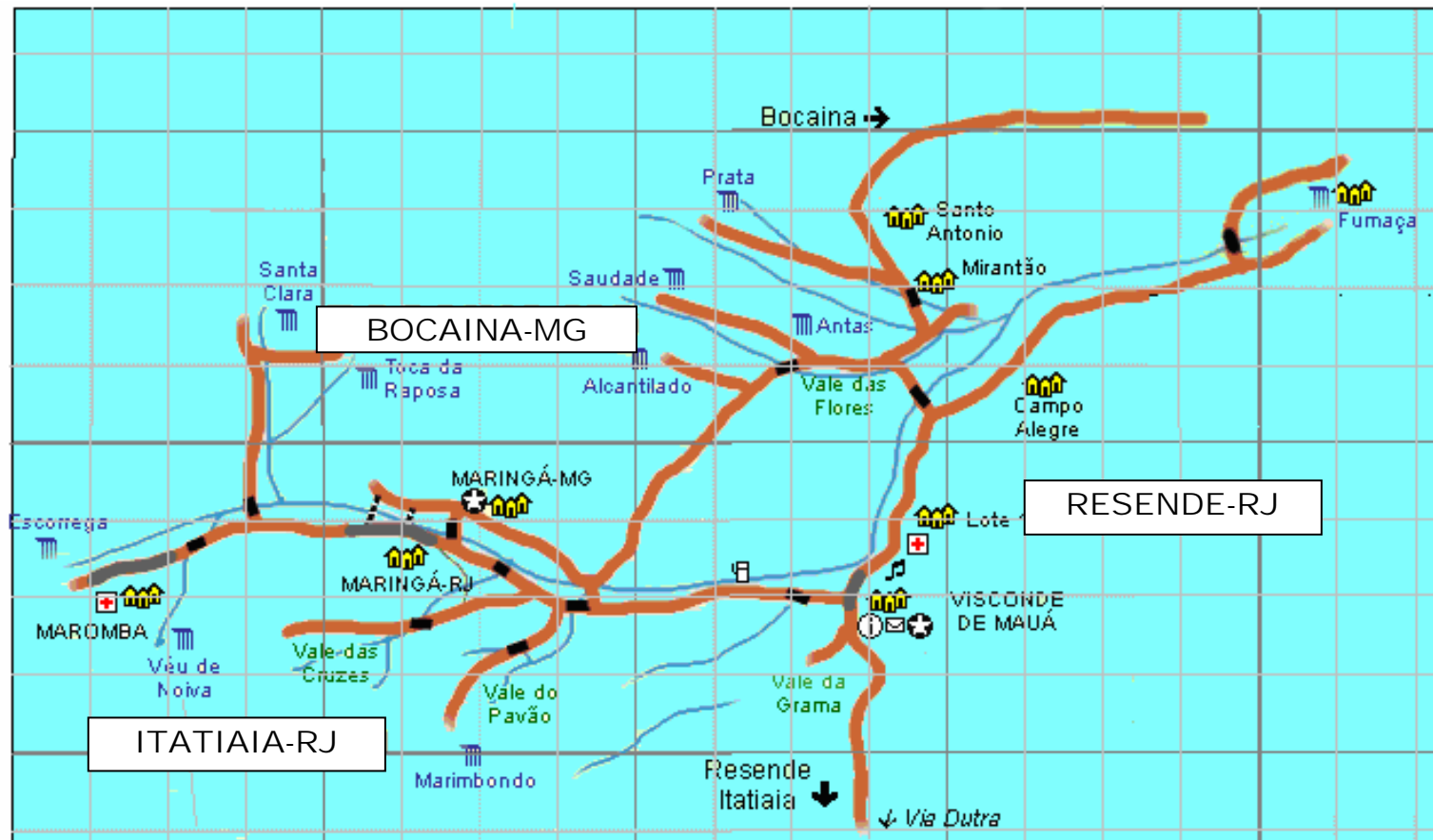
Fonte: Programa de Gestão Sócio-ambiental da Microbacia do Alto Rio Preto, 2007

Mapa 4 – Uso do Solo da Região de Visconde de Mauá



Fonte: Programa de Gestão Sócio-ambiental da Microbacia do Alto Rio Preto, 2007

Mapa 5 – Principais Vias de Acesso à Região de Visconde de Mauá (Mapa Turístico)



- | | | | |
|-----------|--------------|---------|---------|
| Cachoeira | Posto Médico | Correio | Asfalto |
| Rio | Informações | Polícia | Terra |
| Vila | Combustível | Eventos | Ponte |

Fonte: Modificado de www.guiamaua.com.br, acessado em 13/07/2007

ANEXO B – Agenda 21, Capítulo XVII: Gerenciamento de Ecossistemas Frágeis: Desenvolvimento Sustentável das Montanhas

Introdução

13.1. As montanhas são uma fonte importante de água, energia e diversidade biológica. Além disso, fornecem recursos fundamentais -- como minérios, produtos florestais e produtos agrícolas -- e são fonte de lazer. Enquanto importante ecossistema que representa a ecologia complexa e inter-relacionada de nosso planeta, os ambientes montanhosos são essenciais para a sobrevivência do ecossistema mundial. No entanto os ecossistemas das montanhas estão passando por uma rápida mutação. Eles são vulneráveis à erosão acelerada do solo, deslizamentos de terras e rápida perda da diversidade genética e de habitat. No que diz respeito ao homem, verifica-se um estado generalizado de pobreza entre os habitantes das montanhas e a perda do conhecimento autóctone. O resultado é que a maior parte das áreas montanhosas do mundo estão experimentando degradação ambiental. Em decorrência, o gerenciamento adequado dos recursos montanhescos e o desenvolvimento sócio-econômico das pessoas exigem ação imediata.

13.2. Cerca de 10 por cento da população do mundo depende dos recursos montanhescos. Uma porcentagem muito maior utiliza outros recursos oferecidos pelas montanhas, inclusive -- e principalmente -- água. As montanhas são um reservatório de diversidade biológica e espécies ameaçadas de extinção.

13.3. Duas áreas de programas estão incluídas neste capítulo, com o objetivo de aprofundar o exame da questão dos ecossistemas frágeis no que se refere a todas as montanhas do mundo. Essas duas áreas de programas são as seguintes:

- (a) Geração e fortalecimento dos conhecimentos relativos à ecologia e ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas das montanhas;
- (b) Promoção do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas e de meios alternativos de subsistência.

Áreas de programas

A. Geração e fortalecimento dos conhecimentos relativos à ecologia e ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas das montanhas

Bases para a ação

13.4. As montanhas são extremamente vulneráveis ao desequilíbrio ecológico, tanto natural como provocado pelo homem. As montanhas são as áreas mais sensíveis a toda e qualquer mudança do clima da atmosfera. É fundamental haver informações específicas sobre sua ecologia, seu potencial de recursos naturais e suas atividades sócio-econômicas. As montanhas e suas encostas apresentam grande variedade de sistemas ecológicos; devido a suas dimensões verticais, as montanhas criam gradientes de temperatura, precipitação e insolação. Uma determinada encosta pode reunir diversos sistemas climáticos -- como tropical, subtropical, temperado e alpino --, cada um representando um microcosmo de uma diversidade ainda mais ampla de habitat. Não obstante, verifica-se uma carência de conhecimentos acerca dos ecossistemas das montanhas. A criação de uma base de dados mundial sobre montanhas é, portanto, fundamental para a implementação de programas que contribuam para o desenvolvimento sustentável dos ecossistemas das montanhas.

Objetivos

13.5. Os objetivos desta área de programas são:

- (a) Empreender um estudo dos diferentes tipos de solos, florestas, usos da água, plantio e recursos animais e vegetais dos ecossistemas das montanhas, levando em conta o trabalho das organizações internacionais e regionais existentes;
- (b) Manter e gerar bases de dados e sistemas de informações para facilitar o gerenciamento integrado e a avaliação ambiental dos ecossistemas de montanhas, levando em conta o trabalho das organizações internacionais e regionais existentes;
- (c) Melhorar e implementar a atual base de conhecimentos ecológicos sobre terra/água no que diz respeito a tecnologias e práticas agrícolas e de conservação nas regiões montanhosas do mundo, com a participação das comunidades locais;
- (d) Criar e fortalecer redes de comunicações e centros de difusão de informações para atender organizações que atualmente se ocupem de questões relativas a montanhas;
- (e) Melhorar a coordenação dos esforços regionais para proteger os ecossistemas frágeis das montanhas através da consideração de mecanismos adequados, inclusive instrumentos jurídicos regionais e outros instrumentos;
- (f) Gerar informações para o estabelecimento de bases de dados e sistemas de informação que facilitem a avaliação dos riscos ambientais e dos efeitos dos desastres naturais nos ecossistemas das montanhas.

Atividades

(a) Atividades relacionadas a gerenciamento

13.6. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Fortalecer as instituições existentes atualmente ou criar outras novas nos planos local, nacional e regional, com o objetivo de gerar uma base multidisciplinar de conhecimentos ecológicos sobre as terras e as águas dos ecossistemas de montanha;
- (b) Promover políticas nacionais que ofereçam incentivos às populações locais para o uso e transferência de tecnologias inócuas para o meio ambiente, bem como de práticas de cultivo e conservação;
- (c) Ampliar a base de conhecimentos e a compreensão criando mecanismos de cooperação e intercâmbio de informações entre instituições nacionais e regionais voltadas para os ecossistemas frágeis;
- (d) Estimular políticas que ofereçam incentivos aos agricultores e às populações locais para que apliquem medidas de conservação e recuperação;
- (e) Diversificar as economias das montanhas, entre outras coisas através da criação e/ou fortalecimento do turismo, em harmonia com o gerenciamento integrado das áreas montanhosas;
- (f) Integrar todas as atividades relacionadas a florestas, pastagens e fauna e flora silvestres de forma a manter ecossistemas de montanha específicos;
- (g) Estabelecer reservas naturais apropriadas em locais e regiões ricos em espécies representativas.

(b) Dados e Informações

13.7. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Manter e estabelecer análises e capacidades de monitoramento nas áreas meteorológica, hidrológica e física abrangendo a diversidade climática e a distribuição hídrica das diversas regiões montanhosas do mundo;
- (b) Preparar um inventário das diferentes formas de solo, floresta, uso da água, cultivo e recursos genéticos vegetais e animais, dando prioridade aos que estejam sob ameaça de extinção. Os recursos genéticos devem ser protegidos in situ através da manutenção e criação de áreas protegidas, do aperfeiçoamento das técnicas tradicionais de cultivo e criação de animais, e da criação de programas de avaliação do valor potencial dos recursos;
- (c) Identificar áreas nevrálgicas que se mostrem particularmente vulneráveis à erosão, inundações, deslizamentos, terremotos, avalanches de neve e outros acidentes naturais;
- (d) Identificar áreas montanhosas ameaçadas pela poluição atmosférica das áreas industriais e urbanas próximas.

(c) Cooperação nos planos internacional e regional

13.8. Os governos nacionais e as organizações intergovernamentais devem:

- (a) Coordenar a cooperação regional e internacional e facilitar um intercâmbio de informações e experiências entre as agências especializadas, o Banco Mundial, o FIDA e outras organizações internacionais e regionais, governos nacionais, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais voltados para o desenvolvimento das áreas montanhosas;
- (b) Estimular a coordenação, nos planos regional, nacional e internacional, das iniciativas populares e das atividades das organizações não-governamentais internacionais, regionais e locais voltadas para o desenvolvimento das áreas montanhosas, como a Universidade das Nações Unidas, o Woodland Mountain Institutes (WMI), o Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado das Montanhas (ICIMOD), a International Mountain Society (IMS), a Associação Africana para a Proteção das Montanhas e a Associação Andina para a Proteção das Montanhas, bem como apoiar essas organizações no intercâmbio de informações e experiências;
- (c) Proteger os Ecossistemas Montanhosos Frágeis através da consideração de mecanismos adequados que incluam instrumentos jurídicos regionais e outros.

Meios de implementação

(a) Financiamento e estimativa de custos

O secretariado da Conferência estimou o custo total anual médio (1993-2000) da implementação das atividades deste programa em cerca de \$50 milhões de dólares a serem providos pela comunidade internacional sob a forma de subvenções ou concessões. Estas são estimativas exclusivamente indicativas e aproximadas, não examinadas pelos governos. Os custos reais e as especificações financeiras, inclusive as não concessórias, dependerão, entre outras coisas, das estratégias e programas específicos que os governos decidam adotar.

(b) Meios científicos e tecnológicos

13.10. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem fortalecer os programas de pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico, inclusive sua divulgação através das instituições nacionais e regionais, especialmente nas áreas de meteorologia, hidrologia, silvicultura, ciências do solo e ciências das plantas.

(c) Desenvolvimento dos recursos humanos

13.11. Os governos, no nível apropriado e com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem;

- (a) Lançar programas de treinamento e extensão sobre tecnologias e práticas ambientalmente adequadas que se mostrassem condizentes com os ecossistemas das montanhas;
- (b) Apoiar a instrução superior através da concessão de bolsas de estudo e subsídios para a pesquisa favorecendo os estudos ambientais sobre áreas montanhosas e onduladas, em especial para candidatos pertencentes a populações nativas das montanhas;
- (c) Oferecer instrução ambiental aos agricultores, em especial às mulheres, com o objetivo de ajudar a população rural a entender melhor as questões ecológicas relativas ao desenvolvimento sustentável dos ecossistemas montanhosos.

(d) Capacitação

13.12. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem criar bases institucionais nacionais e regionais capazes de empreender pesquisas, oferecer treinamento e difundir informações sobre o desenvolvimento sustentável das economias dos ecossistemas frágeis.

B. Promoção do desenvolvimento integrado das bacias hidrográficas e de meios alternativos de subsistência

Bases para a ação

13.13. Cerca de metade da população do mundo se vê afetada de diversas maneiras pela ecologia das montanhas e a degradação das regiões de bacias hidrográficas. Cerca de 10 por cento da população do mundo vivem em áreas montanhosas de altas encostas, enquanto cerca de 40 por cento ocupam as áreas adjacentes às bacias baixas e médias. Essas áreas próximas a bacias apresentam sérios problemas de deterioração ecológica. Por exemplo, nas áreas de encosta dos países andinos da América do Sul uma grande parte da população que se dedica à agricultura defronta-se com uma rápida deterioração dos recursos terrestres. Similarmente, as áreas montanhosas e regiões elevadas do Himalaia, o sudeste asiático e a África do leste e central, que contribuem de forma marcante para a produção agrícola, vêm-se ameaçadas pelo cultivo de terras marginais devido à expansão da população. Em muitas áreas esse fato é agravado pelo excesso de ruminantes nas pastagens, pelo desflorestamento e pela perda da cobertura de biomassa.

13.14. A erosão do solo pode ter um efeito devastador sobre uma imensa quantidade de pessoas que vivem na área rural -- pessoas que dependem da agricultura irrigada pela chuva tanto em áreas montanhosas como em encostas. A pobreza, o desemprego, a doença e as deficiências sanitárias estão por toda parte. A promoção de programas integrados em prol do desenvolvimento das bacias hidrográficas com a participação efetiva da população local é uma maneira de impedir o aumento do desequilíbrio ecológico. É indispensável uma abordagem integrada para a conservação, melhora e aproveitamento da base de recursos naturais de terras, águas, plantas, animais e recursos humanos. Além disso, a promoção de formas alternativas de subsistência, particularmente através do desenvolvimento de planos de emprego que aumentem a base produtiva, contribuirá significativamente para a melhoria do nível de vida da grande população rural que vive em ecossistemas de montanha.

Objetivos

13.15. Os objetivos desta área de programas são:

- (a) Até o ano 2000, desenvolver sistemas adequados de planejamento e gerenciamento do uso da terra, tanto para terras aráveis como não aráveis, nas áreas montanhosas próximas a bacias fluviais, com o objetivo de impedir a erosão do solo, aumentar a produção de biomassa e manter o equilíbrio ecológico;
- (b) Promover atividades geradoras de rendimentos, como o turismo e a pesca sustentáveis e a mineração ambientalmente saudável, e melhorar os serviços sociais e de infra-estrutura, em especial para proteger os meios de subsistência das comunidades locais e dos populações indígenas;
- (c) Elaborar dispositivos técnicos e institucionais para os países afetados, com o objetivo de mitigar os efeitos dos desastres naturais através de medidas preventivas, do zoneamento das áreas de risco, de sistemas de pronto alerta, de planos de evacuação e da criação de fundos de emergência.

Atividades

(a) Atividades relacionadas a gerenciamento

13.16. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Adotar medidas para evitar a erosão do solo e promover, em todos os setores, atividades destinadas a controlar a erosão;
- (b) Estabelecer grupos de trabalho ou comitês para o desenvolvimento das bacias hidrográficas que venham complementar as instituições existentes na coordenação dos serviços integrados de apoio às iniciativas locais voltadas para a pecuária, a silvicultura, a horticultura e o desenvolvimento rural em todos os níveis administrativos;
- (c) Estimular a participação popular no gerenciamento dos recursos locais através de uma legislação apropriada;
- (d) Apoiar as organizações não-governamentais e outros grupos privados que contribuam com as organizações e comunidades locais na preparação de projetos que propiciem o desenvolvimento participativo dos habitantes locais;
- (e) Criar mecanismos que preservem as áreas ameaçadas que tenham condições de proteger a flora e a fauna silvestres, conservar a diversidade biológica ou funcionar como parques nacionais;
- (f) Desenvolver políticas nacionais que ofereçam incentivos a agricultores e habitantes locais para que esses adotem medidas de conservação e utilizem tecnologias inócuas para o meio ambiente;
- (g) Empreender atividades geradoras de rendimentos em indústrias familiares e de processamento agrícola, como o cultivo e processamento de plantas medicinais e aromáticas;
- (h) Realizar as atividades acima, levando em conta a necessidade de que o desenvolvimento conte com a plena participação das mulheres, dos populações indígenas e das comunidades locais.

(b) Dados e informações

13.17. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Manter e estabelecer instalações que permitam a observação e a avaliação sistemáticas nos níveis nacional, estadual ou provincial, para gerar informações utilizadas nas operações cotidianas e avaliar os impactos ambientais e sócio-econômicos dos projetos;

- (b) Gerar informações sobre meios alternativos de subsistência e sistemas diversificados de produção no nível de povoado, versando sobre cultivos anuais e de árvores, pecuária, avicultura, apicultura, pesca, indústrias locais, mercados, transportes e oportunidades de fontes de rendimentos, levando plenamente em conta o papel da mulher e sua integração ao processo de planejamento e implementação.
- (c) *Cooperação nos planos internacional e regional*

13.18. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Fortalecer o papel dos institutos internacionais de pesquisa e treinamento adequados, como o Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (GCPAI) e a International Board for Soil Research and Management (IBSAM), bem como de centros regionais de pesquisa, como os Woodland Mountain Institutes e o Centro Internacional para o Desenvolvimento Integrado das Montanhas, na realização de pesquisas aplicadas que contribuam para o desenvolvimento das bacias hidrográficas;
- (b) Promover a cooperação regional e o intercâmbio de dados e informações entre países que partilhem cadeias montanhosas e bacias fluviais, especialmente os que se vêem afetados por desastres nas montanhas e inundações;
- (c) Manter e estabelecer parcerias com organizações não-governamentais e outros grupos privados cuja ação se volte para o desenvolvimento das bacias hidrográficas.

Meios de implementação

(a) *Financiamento e estimativa de custos*

13.19. O secretariado da Conferência estimou o custo total anual (1993-2000) da implementação das atividades deste programa em cerca de \$13 bilhões de dólares, inclusive cerca de \$1,9 bilhão a ser provido pela comunidade internacional sob a forma de subvenções ou concessões. Estas são estimativas exclusivamente indicativas e aproximadas, não examinadas pelos governos. Os custos reais e as especificações financeiras, inclusive as não concessórias, dependerão, entre outras coisas, das estratégias e programas específicos que os governos decidam adotar.

13.20. As subvenções para promoção de meios alternativos de subsistência em ecossistemas de montanha devem ser consideradas parte do programa de combate à pobreza ou da promoção de meios alternativos de subsistência de cada país, também discutido nos capítulos 3 ("O Combate à Pobreza") e 14 ("Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável") da Agenda 21.

(b) *Meios científicos e tecnológicos*

13.21. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Estudar a possibilidade de dar andamento a projetos pilotos que associem a proteção ambiental ao desenvolvimento, com ênfase especial para alguns sistemas ou práticas tradicionais de gerenciamento do meio ambiente que apresentem efeitos positivos sobre o meio ambiente.
- (b) Gerar tecnologias para situações específicas de bacias hidrográficas e explorações agrícolas através de uma abordagem participativa que envolva homens e mulheres locais, bem como pesquisadores e agentes de extensão que levem a cabo experiências e testes sobre essas situações agrícolas;

(c) Promover tecnologias de conservação da vegetação com vistas a prevenir a erosão; de gerenciamento da umidade in situ; e de aperfeiçoamento das técnicas de cultivo, produção de forragem e agro-silvicultura baratas, simples e facilmente adotáveis pelos habitantes locais.

(c) Desenvolvimento dos recursos humanos

13.22. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem:

- (a) Promover uma abordagem multidisciplinar e intersetorial do treinamento e da difusão de conhecimentos para os habitantes locais sobre um amplo leque de questões, como sistemas domésticos de produção, conservação e utilização de terras aráveis e não-aráveis, tratamento de canais de drenagem e reposição de águas subterrâneas, gerenciamento da pecuária, pesca, silvicultura e horticultura;
- (b) Desenvolver os recursos humanos através do acesso à educação, à saúde, à energia e à infra-estrutura;
- (c) Promover a sensibilização e a preparação das populações locais para a prevenção e mitigação de desastres e utilizar, ao mesmo tempo, as tecnologias de pronto alerta e prognóstico mais recentes de que se disponha.

(d) Capacitação

13.23. Os governos, no nível apropriado, com o apoio das organizações internacionais e regionais competentes, devem desenvolver e fortalecer centros nacionais de gerenciamento para as bacias hidrográficas, com o objetivo de estimular uma abordagem abrangente dos aspectos ambientais, sócio-econômicos, tecnológicos, legislativos, financeiros e administrativos e oferecer apoio às pessoas em posição de definir políticas, aos administradores, ao pessoal de campo e aos agricultores, com vistas à promoção do desenvolvimento das bacias hidrográficas.

13.24. O setor privado e as comunidades locais, em cooperação com os governos nacionais, devem promover o desenvolvimento da infra-estrutura local, inclusive de redes de comunicação e de projetos hidrelétricos em escala mínima ou pequena, com o objetivo de apoiar indústrias familiares e o acesso aos mercados.